



Estado do Tocantins  
Prefeitura Municipal de Oliveira de Fátima

- d) o nome, o endereço, o número da ICAM – Inscrição Cadastral Mobiliária e o CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do estabelecimento prestador de serviço que utilizará a NF – Documento Gerencial solicitada;
- e) o nome, o endereço, o número da ICAM – Inscrição Cadastral Mobiliária e o CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do estabelecimento prestador que imprimirá e confeccionará o DOG – Documento Gerencial solicitado;
- f) o tipo, a série, a numeração inicial e a numeração final do DOG – Documento Gerencial autorizado;
- g) o nome, a matrícula e a assinatura do funcionário responsável pela AI-DG – Autorização para Impressão de Documento Gerencial;
- h) a data da entrega da AI-DG – Autorização para Impressão de Documento Gerencial;
- i) o nome, a matrícula e a assinatura do funcionário responsável pela entrega da AI-DG – Autorização para Impressão de Documento Gerencial;
- j) o nome, o número da CI – Carteira de identidade e a assinatura da pessoa responsável pelo seu recebimento da AI-DG – Autorização para Impressão de Documento Gerencial;
- III** – será emitida em 3 (três) vias, com as seguintes destinações:
- a) a primeira via para a Repartição Fiscal competente;
- b) a segunda via para o estabelecimento prestador de serviço que utilizará o Documento Gerencial;
- c) a terceira via para o estabelecimento gráfico que imprimirá e confeccionará o Documento Gerencial;
- IV** – poderá ser suspensa, modificada ou cancelada, pelo responsável pela Administração de Finanças Pública Municipal, a seu critério e a qualquer tempo, de ofício ou a requerimento do interessado.

**Subseção III**  
**Emissão de Documento Gerencial**

**Art. 353.** O DOG – Documento Gerencial deverá ser emitido:

- I – quando o tomador de serviço solicitar orçamento;
- II – quando o prestador de serviço passar ordem ou instrução de execução de serviço;
- III – para controlar a prestação de serviço;
- III – por decalque ou por carbono;
- IV – de forma manuscrita;
- V – a tinta;
- VI – com clareza e com exatidão;
- VII – sem emendas, sem borrões e sem rasuras;

**Parágrafo Único.** Quando ocorrer a existência de emendas, de borrões, de rasuras e de incorreções, o DOG – Documento Gerencial será:

- I – cancelado:
- a) sendo conservado no bloco, com todas as suas vias;
- b) contendo a exposição de motivo que determinou o cancelamento;
- II – substituído e retificado por uma outro DOG – Documento Gerencial.

**Subseção IV**  
**Regime Especial de Emissão de Documento Gerencial**

**Art. 354.** O responsável pela Administração de Finanças Pública Municipal poderá autorizar, de ofício ou a requerimento do interessado, REDOG – Regime Especial de Emissão de Documento Gerencial.



Estado do Tocantins  
Prefeitura Municipal de Oliveira de Fátima

**Art. 355.** O REDOG - Regime Especial de Emissão de Documento Gerencial compreende a emissão de DOG - Documento Gerencial por processo:

- I** - mecanizado;
- II** - de formulário contínuo;
- III** - de computação eletrônica de dados;
- IV** - solicitado pelo interessado;
- V** - indicado pela AF - Autoridade Fiscal.

**Art. 356.** O pedido de concessão de REDOG - Regime Especial de Emissão de Documento Gerencial será apresentado pelo contribuinte, à REPAF - Repartição Fiscal competente, acompanhado:

- I** - da FIC-CAMOB - Ficha de Inscrição no Cadastro Mobiliário;
- II** - dos comprovantes de pagamentos, dos últimos 5 (cinco) anos:
  - a)** do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - IPTU;
  - b)** do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN;
  - c)** das Taxas em razão do exercício do poder de polícia e pela utilização efetiva ou potencial, de serviços públicos específicos e divisíveis, prestados ao contribuinte ou postos a sua disposição;
- III** - com o "fac simile" dos modelos, dos processos e dos sistemas pretendidos, bem como a descrição, circunstanciada e pormenorizada, de sua utilização.

**Art. 357.** O responsável pela Administração de Finanças Pública Municipal poderá, a seu critério e a qualquer tempo, de ofício ou a requerimento do interessado, suspender, modificar ou cancelar a autorização do REDOG - Regime Especial de Emissão de Documento Gerencial.

#### Subseção V

#### Extravio e Inutilização de Documento Gerencial

**Art. 358.** O extravio ou a inutilização de DOGs - Documentos Gerenciais devem ser comunicados, por escrito, à REPAF - Repartição Fiscal competente, no prazo máximo de até 10 (dez) dias, contados da data da ocorrência.

§ 1.º A comunicação deverá:

- I** - mencionar as circunstâncias de fato;
- II** - esclarecer se houve ou não registro policial;
- III** - identificar as DOGs - Documentos Gerenciais que foram extraviados ou inutilizados;
- IV** - informar a existência de débito fiscal;
- V** - dizer da possibilidade de reconstituição da escrita, que deverá ser efetuada no prazo máximo de até 60 (sessenta) dias, contados da data da ocorrência, sob pena de arbitramento por parte da AF - Autoridade Fiscal.
- VI** - publicar edital sobre o fato, em jornal oficial ou no de maior circulação do Município.

§ 2.º A autorização de novas DOGs - Documentos Gerenciais fica condicionada ao cumprimento das exigências estabelecidas.

#### Subseção VI

#### Disposições Finais

**Art. 359.** Os DOGs - Documentos Gerenciais:



Estado do Tocantins  
Prefeitura Municipal de Oliveira de Fátima

**I** - deverão ser conservados, no próprio estabelecimento do prestador de serviço, pelo prazo de 10 (dez) anos, contados da data da emissão;

**II** - ficarão, no próprio estabelecimento do prestador de serviço, à disposição da AF - Autoridade Fiscal;

**III** - apenas poderão ser retirados, do próprio estabelecimento do prestador de serviço, para atender à requisição da justiça ou da AF - Autoridade Fiscal;

**IV** - são de exibição obrigatória à AF - Autoridade Fiscal;

**V** - para prestadores de serviço com mais de um estabelecimento, deverão ser emitidos, em separado, individualmente, de forma distinta, para cada um dos estabelecimentos.

**Art. 360.** Em relação aos modelos de Documentos Gerenciais, desde que não contrariem as normas estabelecidas, é facultado ao contribuinte:

**I** - aumentar o número de vias;

**II** - incluir outras indicações.

**Art. 361.** Os contribuintes que emitirem Documentos Gerenciais deverão manter, em local visível e de acesso ao público, junto ao setor de recebimento ou onde o fisco vier a indicar, mensagem com o seguinte teor: "Este estabelecimento somente poderá emitir Documento Gerencial acompanhado de Nota Fiscal de Serviço. Qualquer denúncia, ligue para a Fiscalização - Telefone: .... Você não precisará se identificar. O Município agradece a sua importante participação nesta luta de combate à Sonegação Fiscal."

**Parágrafo Único.** A mensagem será inscrita em placa ou em painel de dimensões não inferiores a 25 cm x 40 cm.

**Art. 362.** O regime constitucional da imunidade tributária e a benesse municipal da isenção fiscal não dispensa a AI-DG - Autorização para Impressão de Documento Gerencial.

**Art. 363.** O prazo para utilização de DOG - Documento Gerencial fica fixado em 12 (doze) meses, contados da data de expedição da AI-DG - Autorização para Impressão de Documento Gerencial, sendo que o estabelecimento gráfico fará imprimir no cabeçalho, em destaque, logo após a denominação do DOG - Documento Gerencial e, também, o número e a data da AI-DG - Autorização para Impressão de Documento Gerencial, constantes de forma impressa, a data limite para seu uso, com inserção da seguinte expressão: "válida para uso até... (doze meses após a data da AI-DG - Autorização para Impressão de Documento Gerencial)".

**Art. 364.** Esgotado o prazo de validade, os DOGs - Documentos Gerenciais, ainda não utilizados, serão cancelados pelo próprio contribuinte.

**Art. 365.** Os DOGs - Documentos Gerenciais cancelados, por prazo de validade vencido, deverão ser conservados no bloco, com todas as suas vias, fazendo constar no LRDO - Livro de Registro e de Utilização de Documento Fiscal e Termo de Ocorrência, na coluna "Observações e as Anotações Diversas", os registros referentes ao cancelamento.

**Art. 366.** O DOG - Documento Gerencial será considerado inidôneo, independentemente de formalidades e de atos administrativos da FPM - Fazenda Pública Municipal, fazendo prova, apenas, a favor do Fisco, quando:

**I** - for emitido:

**a)** após o seu prazo de validade;

**b)** mesmo dentro do seu prazo de validade, não estiver acobertado por NTF - Nota Fiscal;

**II** - não atender e nem obedecer às normas estabelecidas.



Estado do Tocantins  
Prefeitura Municipal de Oliveira de Fátima

**I** – Em relação ao Imposto Predial e Territorial Urbano, serão aplicadas penalidades à razão de percentuais sobre o valor venal do imóvel, da seguinte forma:

- a)** multa de **1% (um por cento)**, quando não for promovida a inscrição ou sua alteração na forma e no prazo determinados;
- b)** multa de **2% (dois por cento)**, quando houver erro, omissão ou falsidade nos dados e possam alterar a base de cálculo do imposto, assim como embargo ao cadastramento do imóvel.

**II** – Em relação ao Imposto sobre a Transmissão "Inter Vivos", a Qualquer Título, por Ato Oneroso, de Bens Imóveis, por natureza ou acessão física, e de Direitos Reais sobre Imóveis, exceto os de Garantia, bem como Cessão de Direitos a sua Aquisição – ITBI:

**a)** de **200 UFMs**, quando os escriturais, os tabeliães, os oficiais de notas, de registro de imóveis e de registro de títulos e de documentos e de quaisquer outros serventuários da justiça, quando da prática de atos que importem transmissão de bens imóveis ou de direitos a eles relativos, bem como suas cessões, na forma e nos prazos regulamentares:

**1** – não exigirem que os interessados apresentem comprovante original do pagamento do imposto, deixando-o de transcrever em seu inteiro teor no instrumento respectivo;

**2** – não facilitarem, à fiscalização de Finanças Pública Municipal, o exame, em cartório, dos livros, dos registros e dos outros documentos e não lhe fornecer, quando solicitadas, certidões de atos que foram lavrados, transcritos, averbados ou inscritos e concernentes a imóveis ou direitos a eles relativos, na forma e nos prazos regulamentares;

**b)** **50% (cinquenta por cento)** do valor do imposto corrigido, na prática de qualquer ato de transmissão de bens e/ou direitos sem o pagamento do imposto nos prazos legais;

**c)** **100% (cem por cento)** do imposto corrigido, quando constatado o não pagamento devido através de procedimento fiscal;

**d)** **200% (duzentos por cento)** do imposto corrigido, caso ocorra omissão ou inexatidão fraudulenta de declaração relativa a elementos que possam influir no cálculo do imposto ou que resultem na não incidência, isenção ou suspensão de pagamento.

**III** – Em relação ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN:

**a)** multa de **40% (vinte por cento)** do valor do imposto corrigido, após o vencimento e antes de qualquer ação fiscal, aos que recolherem espontaneamente o imposto devido;

**b)** multa de **60% (quarenta por cento)** do valor do imposto corrigido aos que recolherem o tributo devido, em decorrência de ação fiscal;

**c)** multa de **100% (cem por cento)** do valor do imposto corrigido, aos que, em decorrência de ação fiscal, quando obrigados, deixarem de efetuar a retenção do tributo devido por terceiro;

**d)** multa de **100% (cem por cento)** do valor do imposto corrigido, aos que, em decorrência de ação fiscal, quando obrigados, não recolherem no prazo regulamentar o imposto retido do prestador de serviços;

**e)** multa de **200% (duzentos por cento)** do valor do imposto corrigido, quando, em decorrência de ação fiscal, se configurar sonegação, adulteração, falsificação ou emissão de documentos fiscais, com declaração falsa quanto à espécie ou preço do serviço ou pela prática de qualquer outro meio fraudulento;

**IV** – Em relação as Taxas:

**a)** multa de **20% (vinte por cento)** sobre o valor da Taxa devida e não paga, ou paga a menor, fora do prazo regulamentar;

**b)** multa de **40% (quarenta por cento)** sobre o valor da Taxa devida e não paga, ou paga a menor, exigida através de ação fiscal ou efetuada após seu início;

**c)** multa de **250 UFMs**, ao contribuinte que deixarem de efetuar, na forma e prazos regulamentares, a inscrição inicial, as alteração de dados cadastrais ou sua baixa cadastral.

95



Estado do Tocantins  
Prefeitura Municipal de Oliveira de Fátima

**TÍTULO VIII**  
**PENALIDADES E SANÇÕES**

**CAPÍTULO I**  
**PENALIDADES EM GERAL**

**Art. 367.** Constitui infração a ação ou omissão, voluntária ou não, que importe inobservância, por parte do sujeito passivo ou de terceiros, de normas estabelecidas na legislação tributária.

**Art. 368.** Será considerado infrator todo aquele que cometer, constranger ou auxiliar alguém a praticar infração, e ainda, os responsáveis pela execução das leis e outros atos normativos baixados pela Administração Municipal que, tendo conhecimento da infração, deixarem de autuar o infrator.

**Art. 369.** As infrações serão punidas, separadas ou cumulativamente, com as seguintes cominações:

- I** - aplicação de multas;
- II** - proibição de transacionar com os órgãos integrantes da Administração Direta e Indireta do Município;
- III** - suspensão ou cancelamento de benefícios, assim entendidas as concessões dadas aos contribuintes para se eximirem do pagamento total ou parcial de tributos;
- IV** - sujeição a regime especial de fiscalização.

**Art. 370.** A aplicação de penalidade de qualquer natureza em caso algum dispensa:

- I** - o pagamento do tributo e dos acréscimos cabíveis;
- II** - o cumprimento das obrigações tributárias acessórias e de outras sanções cíveis, administrativas ou criminais que couberem.

**Art. 371.** Não se procederá contra servidor ou contribuinte que tenha agido ou pago tributo de acordo com a orientação ou interpretação fiscal, constante de decisão de qualquer instância administrativa, mesmo que, posteriormente venha a ser modificada essa orientação ou interpretação.

**Seção I**  
**Multas**

**Art. 372.** As multas serão calculadas tomando-se como base:

- I** - o valor da Unidade Fiscal do Município - UFM;
- II** - o valor do tributo, corrigido monetariamente.

§ 1.º As multas serão cumulativas quando resultarem, concomitantemente, do não cumprimento da obrigação tributária acessória e principal.

§ 2.º Apurando-se, na mesma ação fiscal, o não-cumprimento de mais de uma obrigação tributária acessória pela mesma pessoa, em razão de um só fato, impor-se-á penalidade somente à infração que corresponder à multa de maior valor.

§ 3.º O valor de uma Unidade Fiscal do Município UFM, é correspondente a **R\$ 1,00 (um real)**.

§ 4.º Além das multas previstas, incorrerão juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, e correção monetária, atualizada com base no INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) divulgado pelo IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

**Art. 373.** Com base no Artigo anterior desta lei, serão aplicadas as seguintes multas:



Estado do Tocantins  
Prefeitura Municipal de Oliveira de Fátima

**V – Em relação ao Cadastro Imobiliário Municipal:**

**a)** multa de **200 UFMs**, quando o proprietário de imóvel, o titular de seu domínio útil ou o seu possuidor a qualquer título, na forma e nos prazos regulamentares:

**1** – não promover a inscrição, de seus bens imóveis;

**2** – não informar qualquer alteração na situação do seu bem imóvel, como parcelamento, desmembramento, remembramento, fusão, demarcação, divisão, ampliação, medição judicial definitiva, reconstrução, reforma ou qualquer outra ocorrência que possa afetar o valor do seu bem imóvel;

**3** – não exibir os documentos necessários à atualização cadastral e prestar todas as informações solicitadas pela Autoridade Fiscal;

**4** – não franquear, à Autoridade Fiscal, devidamente apresentada e credenciada, as dependências do bem imóvel para vistoria fiscal.

**b)** multa de **300 UFMs**, quando os responsáveis por loteamento, os incorporadores, as imobiliárias, os registros públicos, cartorários e notariais não fornecerem, até o último dia útil do mês subsequente, a relação dos bens imóveis que, no mês anterior, tenham sido alienados, definitivamente ou mediante compromisso de compra e venda, registrados ou transferidos, mencionando o nome e o endereço do adquirente, os dados relativos à situação do imóvel alienado e o valor da transação.

**c)** multa de **400 UFMs**, quando as delegadas, as autorizadas, as permissionárias e as concessionárias de serviços públicos de energia elétrica, de telecomunicações, de gás, de água e de esgoto, não fornecerem, até o último dia útil do mês subsequente, a relação dos bens imóveis que, no mês anterior, tenham solicitado inscrição, alteração ou baixa de serviço, mencionando o nome, a razão social e o endereço do solicitante e a data e o objeto da solicitação.

**VI – Em relação ao Cadastro Econômico:**

**a)** multa de **250 UFMs**, quando as pessoas físicas, com ou sem estabelecimento fixo, bem como as pessoas jurídicas, de direito público ou privado, ainda que isenta ou imune, na forma e nos prazos regulamentares:

**1** – não promoverem a sua inscrição;

**2** – não informarem qualquer alteração ou baixa, como de nome ou de razão social, de endereço, de atividade, de sócio, de responsabilidade de sócio, de fusão, de incorporação, de cisão e de extinção;

**3** – não exibirem os documentos necessários à atualização cadastral e prestar todas as informações solicitadas pela AF – Autoridade Fiscal;

**4** – não franquearem, à AF – Autoridade Fiscal, devidamente apresentada e credenciada, as dependências do local onde estão sendo exercidas as atividades econômicas ou sociais para diligência fiscal.

**5** – aos que deixarem de proceder, no prazo regulamentar, o recadastramento Municipal, quando solicitados pelo Município.

**b)** multa de **5 UFMs** aplicável a cada documento fiscal em que for obrigado, e não constar o número da inscrição cadastral do Município;

**c)** multa de **200 UFMs**, por outras faltas;

**VII – Em relação ao Cadastro Sanitário:**

**a)** multa de **500 UFMs**, quando as pessoas físicas, com estabelecimento fixo, e as pessoas jurídicas, de direito público ou privado, desde que estejam relacionadas com fabricação, produção, manipulação, acondicionamento, conservação, depósito, armazenamento, transporte, distribuição, venda ou consumo de alimentos, bem como atividades pertinentes à higiene pública, na forma e nos prazos regulamentares:

**1** – não promoverem a sua inscrição;



Estado do Tocantins  
Prefeitura Municipal de Oliveira de Fátima

2 - não informarem qualquer alteração ou baixa, como de nome ou de razão social, de endereço, de atividade, de sócio, de responsabilidade de sócio, de fusão, de incorporação, de cisão e de extinção;

3 - não exibirem os documentos necessários à atualização cadastral e prestar todas as informações solicitadas pela AF - Autoridade Fiscal;

4 - não franquearem, à Autoridade Fiscal, devidamente apresentada e credenciada, as dependências do local onde estão sendo exercidas as atividades econômicas ou sociais para diligência fiscal.

**VIII - Em relação ao Cadastro de Anúncio:**

a) multa de **200 UFM**s, quando as pessoas físicas, com ou sem estabelecimento fixo, e as pessoas jurídicas, de direito público ou privado, titulares de veículos de divulgação, de propaganda ou de publicidade de anúncio, na forma e nos prazos regulamentares:

1 - não promoverem a inscrição do veículo de divulgação, de propaganda e de publicidade de anúncio;

2 - não informarem qualquer alteração e baixa ocorrida no veículo de divulgação, de propaganda e de publicidade de anúncio, como dizeres, dimensões, modalidade, iluminação, localização e retirada;

3 - não exibirem os documentos necessários à atualização cadastral e prestar todas as informações solicitadas pela AF - Autoridade Fiscal;

4 - não franquearem, à AF - Autoridade Fiscal, devidamente apresentada e credenciada, as dependências do local onde estão sendo instalados, afixados, colocados, expostos, distribuídos, utilizados ou explorados os veículos de divulgação, de propaganda e de publicidade de anúncio, para verificação fiscal.

**IX - Em relação ao Cadastro de Horário Especial, de multa de 200 UFM**s, quando os estabelecimentos comerciais, desde que em funcionamento em horário especial, na forma e nos prazos regulamentares:

a) não promoverem a sua inscrição;

b) não informarem qualquer alteração ou baixa no funcionamento em horário especial;

c) não exibirem os documentos necessários à atualização cadastral e prestar todas as informações solicitadas pela Autoridade Fiscal;

d) não franquearem, à Autoridade Fiscal, devidamente apresentada e credenciada, as dependências do local onde estão sendo exercidas as atividades comerciais em horário especial, para diligência fiscal.

**X - Em relação ao Cadastro de Ambulante e de Eventual, multa de 100 UFM**s, quando os ambulantes e os eventuais, na forma e nos prazos regulamentares:

a) não promoverem a sua inscrição;

b) não informarem qualquer alteração ou baixa no sua localização, instalação e funcionamento;

c) não exibirem os documentos necessários à atualização cadastral e prestar todas as informações solicitadas pela Autoridade Fiscal;

d) não franquearem, à Autoridade Fiscal, devidamente apresentada e credenciada, as dependências do local onde estão sendo exercidas as atividades ambulantes, eventuais, os feirantes e os rudimentares, para diligência fiscal.

**XI - Em relação ao Cadastro de Obra Particular, multa de 100 UFM**s, quando as pessoas físicas ou jurídicas titulares de obras particulares, desde que em construção, em reforma ou em execução, na forma e nos prazos regulamentares:

a) não promoverem a sua inscrição;



Estado do Tocantins  
Prefeitura Municipal de Oliveira de Fátima

- b) não informarem qualquer alteração ou baixa na construção, na reforma ou na execução de obras particulares;
- c) não exibirem os documentos necessários à atualização cadastral e prestar todas as informações solicitadas pela Autoridade Fiscal;
- d) não franquearem, à Autoridade Fiscal, devidamente apresentada e credenciada, as dependências do local onde estão sendo construídas, reformadas ou executadas obras particulares, para vistoria fiscal.

**XII** – Em relação ao Cadastro de Ocupação e de Permanência no Solo de Logradouros Públicos:

a) multa de **200 UFMs**, quando as pessoas físicas, com ou sem estabelecimento fixo, e as pessoas jurídicas, de direito público ou privado, titulares de equipamentos, de veículos, de utensílios ou de quaisquer outros objetos, desde que, localizados e instalados, estejam ocupando ou permaneçam no solo de áreas, de vias e de logradouros públicos, na forma e nos prazos regulamentares:

1 – não promoverem a inscrição do equipamento, do veículo, do utensílio ou de qualquer outro objeto;

2 – não informarem qualquer alteração e baixa ocorrida no equipamento, no veículo, no utensílio ou em qualquer outro objeto, como dimensões, modalidade, localização, ocupação, permanência e retirada;

3 – não exibirem os documentos necessários à atualização cadastral e prestar todas as informações solicitadas pela Autoridade Fiscal;

4 – não franquearem, à Autoridade Fiscal, devidamente apresentada e credenciada, o acesso aos equipamentos, aos veículos, aos utensílios ou a quaisquer outros objetos, para verificação fiscal.

b) multa de **100 UFMs** quando a numeração padrão, seqüencial e própria, correspondente ao registro e ao controle:

1 – não for afixada no equipamento, no veículo, no utensílio ou em qualquer outro objeto ou reproduzida através de pintura, de adesivo ou de autocolante, ou, no caso de equipamentos, de veículos, de utensílios ou de quaisquer outros objetos novos, ou incorporada ao equipamento, ao veículo, ao utensílio ou a qualquer outro objeto como sendo parte integrante, devendo, em qualquer hipótese, apresentar condições análogas às do próprio equipamento, veículo, utensílio ou qualquer outro objeto, no tocante à resistência e à durabilidade;

2 – não estar em posição destacada, em relação às outras mensagens que, por ventura, revestirem a sua superfície;

3 – não oferecer condições perfeitas de legibilidade.

**XIII** – Em relação aos Livros Fiscais da Prefeitura, na forma e nos prazos regulamentares:

a) multa de **200 UFMs**, quando:

1) sendo obrigatórios, o contribuinte não os possuir;

2) aos que utilizarem sem a devida autenticação;

3) aos que utilizarem em desacordo com as normas regulamentares;

4) aos que escriturarem fora do prazo regulamentar;

5) aos que não apresentar ou apresentar fora do prazo regulamentar, dos livros fiscais nos casos de encerramento da escrituração por extinção da empresa;

6) aos que deixarem de fazer a necessária comunicação ao órgão fiscal competente, dentro do prazo prévio, quando ocorrer inutilização ou extravio de livros fiscais e não forem, devidamente, observados os procedimentos cabíveis e aplicáveis;

7) aos que retirarem do estabelecimento prestador, os livros fiscais ou contábeis, sem autorização da repartição competente;

b) multa de **300 UFMs**, quando ficar constatado através de diligência Fiscal:





Estado do Tocantins  
Prefeitura Municipal de Oliveira de Fátima

- 1) aos que, sujeitos à escrita fiscal, deixarem de lançar no livro próprio, o imposto devido;
- 2) aos que escriturarem ou emitirem livros fiscais, por sistema mecanizado ou de processamento de dados, sem prévia autorização da repartição competente;
- 3) pela não exibição, no prazo, dos livros comerciais, contábeis e fiscais, quando solicitados pelo fisco, por meio de notificação;
- 4) por outras faltas.

**XIV** - Em relação às Notas Fiscais da Prefeitura, na forma e nos prazos regulamentares:

- a) multa de **10 UFM**s quando:
  - 1) aos que utilizarem Notas Fiscais de Prestação de Serviços em desacordo com as normas regulamentares ou após decorrido o prazo regulamentar de utilização, por documento;
  - 2) aos que utilizarem Notas Fiscais de Prestação de Serviços sem a devida autenticação pelo órgão competente, por documento;
- b) multa de **50,00 UFM**s quando:
  - 1) aplicável em cada operação, aos que, isentos ou não tributados, deixarem de emitir Nota Fiscal de Prestação de Serviços;
  - 2) aos que emitirem Nota Fiscal de Prestação de Serviços de série diversa, não sendo a mesma prevista para a operação, aplicada a cada mês;
  - 3) aos que, mesmo tendo pago o imposto, deixarem de emitir a Nota Fiscal de Prestação de Serviços correspondentes à operação tributada, aplicada a cada mês;
  - 4) quando os contribuintes, obrigados à emissão de Notas Fiscais, não manterem, em local visível e de acesso ao público, junto ao setor de recebimento ou onde o fisco vier a indicar, mensagem, inscrita em placa ou em painel de dimensões não inferiores a 25 cm x 40 cm., com o seguinte teor: "Este estabelecimento é obrigado a emitir Nota Fiscal - Qualquer denúncia, ligue para a Fiscalização - Telefone: .... Você não precisará se identificar. O Município agradece a sua importante participação nesta luta de combate à Sonegação Fiscal."
- c) multa de **100 UFM**s quando:
  - 1) quando não forem, devidamente, conservadas, no próprio estabelecimento do prestador de serviço;
  - 2) quando, sendo obrigatórias, o contribuinte não as possuir ou, as possuindo, sendo solicitadas pelo Fisco, não as exibir, por bloco;
- d) multa de **200 UFM**s quando:
  - 1) aos que se recusarem a emitir Nota Fiscal de Prestação de Serviços, quando sua emissão for solicitada pelo consumidor;
  - 2) aos que deixarem de fazer a necessária comunicação ao órgão fiscal competente, dentro do prazo prévio, quando ocorrer inutilização ou extravio de Notas Fiscais de Prestação de Serviços, e não forem, devidamente, observados os procedimentos cabíveis e aplicáveis;
  - 3) por outras faltas.
- e) multa de **1.000 UFM**s quando forem, emitidas com dolo, má-fé, fraude, simulação, consignar em documento fiscal importância inferior ao efetivo valor da operação ou consignar valores diferentes nas vias do mesmo documento fiscal, por bloco.

**XV** - Em relação às Declarações Fiscais da Prefeitura, na forma e nos prazos regulamentares:

- a) multa de **200 UFM**s quando em proveito próprio ou alheio, se utilizarem de qualquer, declaração ou documento falso para produção de qualquer efeito fiscal, por documento;
- b) multa de **100 UFM**s quando:
  - 1) sendo obrigatórias, o contribuinte não as possuir ou, as possuindo, sendo solicitadas pelo Fisco, não as exibir;
  - 2) por outras faltas;
- c) multa de **10 UFM**s quando:



Estado do Tocantins  
Prefeitura Municipal de Oliveira de Fátima

- 1) aos contribuintes que, sujeitos à apresentação das Declaração Mensal de Serviço Prestado - DMSP, não o fizerem no prazo regulamentar, por mês;
- 2) aos contribuintes que, sujeitos à apresentação da Declaração Mensal de Serviço Tomado - DMST, não o fizerem no prazo regulamentar; por mês;
- 3) aos que ocultarem ou extraviarem Declarações fiscais, por documento, sem prejuízo ao arbitramento previsto nesta Lei;

**XVI** - Em relação aos Documentos Gerenciais da Prefeitura, na forma e nos prazos regulamentares:

- a) multa de **100 UFMs**, quando, o contribuinte os possuindo, sendo solicitados pelo Fisco, não os exibir;
- b) multa de **200 UFMs**, quando não forem, devidamente, autorizados, emitidos, escriturados e cancelados;
- c) multa de **400 UFMs**, quando, extraviados ou inutilizados, não forem, devidamente, observados os procedimentos cabíveis e aplicáveis;

**XVII** - em relação a Autorização para Imprensão de Documentos Fiscais, da Prefeitura, na forma e nos prazos regulamentares:

- a) multa de **500 UFMs** quando:
  - 1) aos que imprimirem para si ou para terceiros, documentos fiscais sem prévia autorização da repartição, por Bloco de Notas;
  - 2) aos que se utilizarem documentos fiscais, sem os mesmos terem sido autorizados pela repartição competente, por Bloco de Notas;
  - 3) aos que imprimirem para si ou para terceiros, documentos fiscais com numeração e seriação em duplicidade, por Bloco de Notas;
  - 4) aos que se utilizarem documentos fiscais, com numeração e seriação em duplicidade, por Bloco de Notas;
  - 5) aos que imprimirem para si ou para terceiros, documentos fiscais em desacordo com a Autorização concedida, por Bloco de Notas;
  - 6) aos que utilizarem, documentos fiscais em desacordo com a Autorização concedida, por Bloco de Notas;
  - 7) aos que utilizarem notas fiscais de serviços, através de sistema mecanizado ou de processamento de dados, sem prévia autorização da repartição competente;
  - 8) por outras faltas.

**XVIII** - em relação a Ação Fiscal:

- a) multa equivalente a **200 UFMs** aos que estiverem sob ação fiscal, e efetuarem o recolhimento do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, Taxas de Licença e Multas, sem a prévia autorização da repartição competente;
- b) multa equivalente a **1.000 UFMs** pela não apresentação, no prazo regulamentar, dos Blocos de Notas Fiscais de Serviços, ou quaisquer documentos fiscais, contábeis e comerciais, quando solicitados pelo fisco, por meio de notificação, TIAF, ou Termo de Intimação;
- c) multa equivalente a **500 UFMs** aos que sonegarem documentos para apuração do preço dos serviços ou da fixação da estimativa;
- d) multa equivalente a **1.000 UFMs** aos que, desacatarem os funcionários do fisco, embaraçarem ou iludirem a ação fiscal;
- e) multa equivalente a **500 UFMs**, por outras faltas.

**Art. 374.** O valor da multa aplicada será reduzido em 40% (quarenta por cento), se recolhido dentro do prazo de 30 (trinta) dias contados da data da autuação, exceto nos casos comprovados de dolo, má-fé, fraude ou simulação.



Estado do Tocantins  
Prefeitura Municipal de Oliveira de Fátima

**Seção II**  
**Proibição de Transacionar com os Órgãos Integrantes**  
**Administração Direta e Indireta do Município**

**Art. 375.** Os contribuintes que se encontrarem em débito para com a Secretaria Municipal de Finanças não poderão dela receber quantias ou créditos de qualquer natureza nem participar de licitações públicas ou administrativas para fornecimento de materiais ou equipamentos, ou realização de obras e prestações de serviços nos órgãos da Administração Municipal direta ou indireta, bem como gozarem de quaisquer benefícios fiscais.

**Parágrafo Único.** A proibição a que se refere este **Art. 375** não se aplicará quando, sobre o débito ou a multa, houver recurso administrativo em andamento, ou ainda não decidido definitivamente.

**Seção III**  
**Suspensão ou Cancelamento de Benefícios**

**Art. 376.** Poderão ser suspensas ou canceladas as concessões dadas aos contribuintes para se eximirem de pagamento total ou parcial de tributos, na hipótese de infringência à legislação tributária pertinente.

**Parágrafo Único.** A suspensão ou cancelamento será determinado pelo Prefeito, Secretário de Finanças ou o Chefe da Fiscalização, considerada a gravidade e natureza da infração.

**Seção IV**  
**Sujeição a Regime Especial de Fiscalização**

**Art. 377.** Será submetido a regime especial de fiscalização, o contribuinte que:

- I** – apresentar indício de omissão de receita;
- II** – tiver praticado sonegação fiscal;
- III** – houver cometido crime contra a ordem tributária;
- IV** – reiteradamente viole a legislação tributária.

**Art. 378.** Constitui indício de omissão de receita:

- I** – qualquer entrada de numerário, de origem não comprovada por documento hábil;
- II** – a escrituração de suprimentos sem documentação hábil, idônea ou coincidente, em datas e valores, com as importâncias entregues pelo supridor, ou sem comprovação de disponibilidade financeira deste;
- III** – a ocorrência de saldo credor nas contas do ativo circulante ou do realizável;
- IV** – a efetivação de pagamento sem a correspondente disponibilidade financeira;
- V** – qualquer irregularidade verificada em máquina registradora utilizada pelo contribuinte, ressalvada a hipótese de defeito mecânico, devidamente comprovado por oficina credenciada.

**Art. 379.** Sonegação fiscal é a ação ou omissão dolosa, fraudulenta ou simulatória do contribuinte, com ou sem concurso de terceiro em benefício deste ou daquele:

- I** – tendente a impedir ou retardar, total ou parcialmente, o conhecimento por parte da autoridade fazendária:
  - a)** da ocorrência do fato gerador da obrigação tributária principal, sua natureza ou circunstâncias materiais;
  - b)** das condições pessoais do contribuinte, suscetíveis de afetar a obrigação tributária principal ou crédito tributário correspondente.



Estado do Tocantins  
Prefeitura Municipal de Oliveira de Fátima

**II** – tendente a impedir ou retardar, total ou parcialmente, a ocorrência do fato gerador da obrigação tributária principal, ou a excluir ou modificar as suas características essenciais, de modo a reduzir o montante do imposto devido, ou a evitar ou diferir o seu pagamento.

**Art. 380.** Enquanto perdurar o regime especial, os blocos de notas fiscais, os livros e tudo o mais que for destinado ao registro de operações, tributáveis ou não, será visado pelas Autoridades Fiscais incumbidas da aplicação do regime especial, antes de serem utilizados pelos contribuintes.

**Art. 381.** O Secretário, responsável pela área fazendária, poderá baixar instruções complementares que se fizerem necessárias sobre a modalidade da ação fiscal e a rotina de trabalho indicadas em cada caso, na aplicação do regime especial.

**CAPÍTULO II**  
**PENALIDADES FUNCIONAIS**

**Art. 382.** Serão punidos com multa equivalente, até o máximo, de 15 (quinze) dias do respectivo vencimento, os funcionários que:

**I** – sendo de sua atribuição, se negarem a prestar assistência ao contribuinte, quando por este solicitada;

**II** – por negligência ou má fé, lavrarem autos e termos de fiscalização sem obediência aos requisitos legais, de forma a lhes acarretar nulidades;

**III** – tendo conhecimento de irregularidades que impliquem sanções penais, deixarem de aplicar ou comunicar o procedimento cabível.

**Art. 383.** A penalidade será imposta pelo Prefeito, mediante representação da autoridade fazendária a que estiver subordinado o servidor.

**Art. 384.** O pagamento de multa decorrente de aplicação de penalidade funcional, devidamente documentada e instruída em processo administrativo, inclusive com defesa apresentada pelo servidor, somente se tornará exigível depois de transitada em julgado a decisão que a impôs.

**CAPÍTULO III**  
**CRIMES CONTRA A ORDEM TRIBUTÁRIA**

**Seção I**  
**Crimes Praticados por Particulares**

**Art. 385.** Constitui crime contra a ordem tributária suprimir ou reduzir tributo, ou qualquer acessório, mediante as seguintes condutas:

**I** – omitir informações, ou prestar declaração falsa às autoridades fazendárias;

**II** – fraudar a fiscalização tributária, inserindo elementos inexatos, ou omitindo operação de qualquer natureza, em documentos ou livro exigido pela lei fiscal;

**III** – falsificar ou alterar nota fiscal, fatura, duplicata, ou qualquer outro documento relativo à operação tributável;

**IV** – elaborar, distribuir, fornecer ou utilizar documento que saiba ou deva saber falso ou inexato;

**V** – negar ou deixar de fornecer, quando obrigatório, nota fiscal ou documento equivalente, relativa à prestação de **serviço**, efetivamente realizada, ou fornecê-la em desacordo com a legislação;



Estado do Tocantins  
**Prefeitura Municipal de Oliveira de Fátima**

**VI** – emitir fatura, duplicata ou nota fiscal de serviço que não corresponda, em quantidade ou qualidade, ao serviço prestado.

**Art. 386.** Constitui crime da mesma natureza:

**I** – fazer declaração falsa ou omitir declaração sobre rendas, bens ou fatos, ou empregar outra fraude, para eximir-se, total ou parcialmente, de pagamento de tributo;

**II** – deixar de recolher, no prazo legal valor de tributo, descontado ou cobrado, na qualidade de sujeito passivo de obrigação e que deverá recolher aos cofres públicos;

**III** – exigir, pagar ou receber, para si ou para o contribuinte beneficiado, qualquer percentagem sobre a parcela dedutível ou deduzida de imposto como incentivo fiscal;

**IV** – deixar de aplicar, ou aplicar em desacordo com o estatuído, incentivo fiscal;

**V** – utilizar ou divulgar programa de processamento de dados que permite ao sujeito passivo da obrigação tributária possuir informação contábil diversa daquela que é, por lei, fornecida à finanças pública municipal.

### **Seção II**

#### **Crimes Praticados por Funcionários Públicos**

**Art. 387.** Constitui crime funcional contra a ordem tributária, além dos previstos no código penal:

**I** – extraviar livro fiscal, processo fiscal ou qualquer documento, de que tenha a guarda em razão da função; sonegá-lo ou inutilizá-lo, total ou parcialmente, acarretando pagamento indevido ou inexato de tributo;

**II** – exigir, solicitar ou receber, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes e iniciar seu exercício, mas em razão dela, vantagem indevida; ou aceitar promessa de tal vantagem, para deixar de lançar ou cobrar tributo, ou cobrá-los parcialmente;

**III** – patrocinar, direta ou indiretamente, interesse privado perante a administração fazendária, valendo-se da qualidade de funcionário público;

**IV** – exigir tributo que sabe ou deveria saber indevido, ou, quando devido, emprega na cobrança meio vexatório ou gravoso, que a lei não autoriza.

### **Seção III**

#### **Obrigações Gerais**

**Art. 388.** Extingue-se a publicidade dos crimes quando o agente promover o pagamento do tributo, inclusive acessórios, antes do recebimento da denúncia.

**Art. 389.** Os crimes previstos neste capítulo são de ação penal pública, aplicando-se-lhes o disposto no Art. 100 do código penal.

**Art. 390.** Qualquer pessoa poderá provocar a iniciativa do Ministério Público nos crimes descritos neste capítulo, fornecendo-lhe por escrito informações sobre o fato e a autoria, bem como indicando o tempo, o lugar e os elementos de convicção.

## **TÍTULO IX PROCESSO FISCAL**

### **CAPÍTULO I**



Estado do Tocantins  
Prefeitura Municipal de Oliveira de Fátima

**PROCEDIMENTO FISCAL**

**Art. 391.** O procedimento fiscal compreende o conjunto dos seguintes atos e formalidades:

- I - atos;
  - a) apreensão;
  - b) arbitramento;
  - c) diligência;
  - d) estimativa;
  - e) homologação;
  - f) inspeção;
  - g) interdição;
  - h) levantamento;
  - i) plantão;
  - j) representação;
- II- formalidades:
  - a) Auto de Apreensão - APRE;
  - b) Auto de Infração - AI;
  - c) Auto de Interdição - INTE;
  - d) Relatório de Fiscalização ou Fiscal - REFI;
  - e) Termo de Diligência Fiscal - TEDI;
  - f) Termo de Início de Ação Fiscal - TIAF;
  - g) Termo de Inspeção Fiscal - TIFI;
  - h) Termo de Sujeição a Regime Especial de Fiscalização -TREF;
  - i) Termo de Intimação - TI;
  - j) Termo de Recebimento de Documentos - TRD;
  - l) Termo de Devolução de Documentos - TDD;
  - m) Termo de Encerramento de Ação Fiscal - TEAF;
  - n) Notificação Preliminar de Lançamento - NPL;
  - o) Contestação Fiscal;
  - p) Ordem de Serviços;
  - q) Notificação Fiscal.

**Art. 392.** O procedimento fiscal considera-se iniciado, com a finalidade de excluir a espontaneidade da iniciativa do sujeito passivo em relação aos atos anteriores, com a lavratura:

**I** - do Termo de Início de Ação Fiscal - TIAF ou do Termo de Intimação, para apresentar documentos fiscais ou não fiscais, de interesse da Finanças Pública Municipal;

**II** - do Auto de Apreensão, da Notificação Preliminar de Lançamento, do Auto de Infração e Termo de Intimação e do Auto de Interdição;

**III** - do Termo de Diligência Fiscal, do Termo de Inspeção Fiscal e do Termo de Sujeição a Regime Especial de Fiscalização, desde que caracterize o início do procedimento para apuração de infração fiscal, de conhecimento prévio do contribuinte.

**Seção I**  
**Apreensão**

**Art. 393.** A Autoridade Fiscal apreenderá bens e documentos, inclusive objetos e mercadorias, móveis ou não, livros, notas e quaisquer outros papéis, fiscais ou não-fiscais, desde que constituem prova material de infração à legislação tributária.

**Parágrafo Único.** Havendo prova, ou fundada suspeita, de que os bens e documentos se encontram em residência particular ou lugar utilizando como moradia, serão



Estado do Tocantins  
Prefeitura Municipal de Oliveira de Fátima

promovidas a busca e apreensão judiciais, sem prejuízo de medidas necessárias para evitar a remoção clandestina.

**Art. 394.** Os documentos apreendidos poderão, a requerimento do autuado, ser-lhe devolvidos, ficando no processo cópia do inteiro teor ou da parte que deva fazer prova, caso o original não seja indispensável a esse fim.

**Art. 395.** As coisas apreendidas serão restituídas, a requerimento, mediante depósito das quantias exigíveis, cuja importância será arbitrada pela autoridade competente, ficando retidas, até decisão final, os espécimes necessários à prova.

**Parágrafo Único.** As quantias exigíveis serão arbitradas, levando-se em conta os custos da apreensão, transporte e depósito.

**Art. 396.** Se o autuado não provar o preenchimento das exigências legais para liberação dos bens apreendidos, no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da data da apreensão, serão os bens levados a hasta pública ou leilão.

§ 1.º Quando a apreensão recair em bens de fácil deterioração, a hasta pública poderá realizar-se a partir do próprio dia da apreensão.

§ 2.º Apurando-se, na venda, importância superior aos tributos, multas, acréscimos e demais custos resultantes da apreensão e da realização da hasta pública ou leilão, será o autuado notificado, no prazo de 5 (cinco) dias, para receber o excedente, se já não houver comparecido para fazê-lo.

§ 3.º Prescreve em 1 (um) mês o direito de retirar o saldo dos bens levados a hasta pública ou leilão.

§ 4.º Decorrido o prazo prescricional, o saldo será convertido em renda eventual.

**Art. 397.** Não havendo licitante, os bens apreendidos de fácil deterioração ou de diminuto valor serão destinados, pelo Prefeito, a instituições de caridade.

**Parágrafo Único.** Aos demais bens, após 60 (sessenta) dias, a administração dará destino que julgar conveniente.

**Art. 398.** A hasta pública ou leilão serão anunciados com antecedência de 10 (dez) dias, através de edital afixado em lugar público e veiculado no órgão oficial e, se conveniente, em jornal de grande circulação.

**Parágrafo Único.** Os bens levados a hasta pública ou leilão serão escriturados em livros próprios, mencionando-se as suas identificações, avaliações e os preços de arrematação.

## Seção II Arbitramento

**Art. 399.** A Autoridade Fiscal arbitrará, sem prejuízo das penalidades cabíveis, a base de cálculo, quando:

I – quanto ao ISSQN:

a) não puder ser conhecido o valor efetivo do preço do serviço ou da venda, inclusive nos casos de perda, extravio ou inutilização de documentos fiscais;

b) os registros fiscais ou contábeis, bem como as declarações ou documentos exibidos pelo sujeito passivo ou pelo terceiro obrigado, por serem insuficientes, omissos, inverossímeis ou falsos, não merecerem fé;

c) o contribuinte ou responsável, após regularmente intimado, recusar-se a exhibir à fiscalização os elementos necessários à comprovação do valor dos serviços prestados;

d) existirem atos qualificados em lei como crimes ou contravenções, mesmo sem essa qualificação, forem praticados com dolo, fraude ou simulação, atos esses evidenciados pelo



Estado do Tocantins  
Prefeitura Municipal de Oliveira de Fátima

exame de declarações ou documentos fiscais ou contábeis exibidos pelo contribuinte, ou por qualquer outro meio direto ou indireto de verificação;

e) ocorrer prática de subfaturamento ou contratação de serviços por valores abaixo dos preços de mercado;

f) houver flagrante insuficiência de imposto pago em face do volume dos serviços prestados;

g) tiver serviços prestados sem a determinação do preço ou, reiteradamente, a título de cortesia.

h) for apurado o exercício de qualquer atividade que constitua fato gerador do imposto, sem se encontrar o sujeito passivo devidamente inscrito no Cadastro Mobiliário.

II - quanto ao IPTU:

a) a coleta de dados necessários à fixação do valor venal do imóvel for impedida ou dificultada pelo contribuinte;

b) os imóveis se encontrarem fechados e os proprietários não forem encontrados.

III - quanto ao ITBI, não concordar com o valor declarado pelo sujeito passivo.

**Art. 400.** O arbitramento será elaborado tomando-se como base:

I - relativamente ao ISSQN:

a) o valor da matéria-prima, insumo, combustível, energia elétrica e outros materiais consumidos e aplicados na execução dos serviços;

b) ordenados, salários, retiradas pró-labore, honorários, comissões e gratificações de empregados, sócios, titulares ou prepostos;

c) aluguéis pagos ou, na falta destes, o valor equivalente para idênticas situações;

d) o montante das despesas com luz, água, esgoto e telefone;

e) impostos, taxas, contribuições e encargos em geral;

f) outras despesas mensais obrigatórias.

II - relativamente ao IPTU e ao ITBI: o valor obtido adotando como parâmetro os imóveis de características e dimensões semelhantes, situados na mesma quadra ou região em que se localizar o imóvel cujo valor venal ou transferência estiver sendo arbitrados.

**Parágrafo Único.** O montante apurado será acrescido de 50% (cinquenta por cento), a título de lucro ou vantagem remuneratória a cargo do contribuinte, em relação ao ISSQN.

**Art. 401.** Na impossibilidade de se efetuar o arbitramento pela forma estabelecida, no caso do ISSQN, apurar-se-á o preço do serviço, levando-se em conta:

I - os recolhimentos efetuados em períodos idênticos por outros contribuintes que exerçam a mesma atividade em condições semelhantes;

II - o preço corrente dos serviços, à época a que se referir o levantamento;

III - os fatores inerentes e situações peculiares ao ramo de negócio ou atividades, considerados especialmente os que permitam uma avaliação do provável movimento tributável.

**Art. 402.** O arbitramento:

I - referir-se-á, exclusivamente, aos fatos atinentes ao período em que se verificarem as ocorrências;

II - deduzirá os pagamentos efetuados no período;

III - será fixado mediante relatório da Autoridade Fiscal, homologado pela chefia imediata;

IV - com os acréscimos legais, será exigido através de Auto de Infração ou Notificação de Lançamento;

V - cessará os seus efeitos, quando o contribuinte, de forma satisfatória, a critério do fisco, sanar as irregularidades que deram origem ao procedimento.

Seção III





Estado do Tocantins  
Prefeitura Municipal de Oliveira de Fátima

### Diligência

**Art. 403.** A Autoridade Fiscal realizará diligência, com o intuito de:

- I** - apurar fatos geradores, incidências, contribuintes, responsáveis, bases de cálculo, alíquotas e lançamentos de tributos municipais;
- II** - fiscalizar o cumprimento de obrigações tributárias principais e acessórias;
- III** - aplicar sanções por infração de dispositivos legais.

### Seção IV Estimativa

**Art. 404.** A Autoridade Fiscal estimará de ofício ou mediante requerimento do contribuinte, a base de cálculo do ISSQN, quando se tratar de:

- I** - atividade exercida em caráter provisório;
- II** - sujeito passivo de rudimentar organização;
- III** - contribuinte ou grupo de contribuintes cuja espécie, modalidade ou volume de negócios aconselhem tratamento fiscal específico;
- IV** - sujeito passivo que não tenha condições de emitir documentos fiscais ou deixe, sistematicamente, de cumprir obrigações tributárias, acessórias ou principais.

**Parágrafo Único.** Atividade exercida em caráter provisório é aquela cujo exercício é de natureza temporária e está vinculada a fatores ou acontecimentos ocasionais ou excepcionais.

**Art. 405.** A estimativa será apurada tomando-se como base:

- I** - o preço corrente do serviço, na praça;
- II** - o tempo de duração e a natureza específica da atividade;
- III** - o valor das despesas gerais do contribuinte, durante o período considerado.

**Art. 406.** O regime de estimativa:

**I** - será fixado por relatório da Autoridade Fiscal, homologado pela chefia imediata, e deferido por um período de até 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por mais 3 (três) períodos iguais;

- II** - terá a base de cálculo expressa em moeda corrente do país;
- III** - a critério do Secretário, responsável pela área fazendária, poderá, a qualquer tempo, se suspenso, revisto ou cancelado.
- IV** - dispensa o uso de livros e notas fiscais, por parte do contribuinte.
- V** - por solicitação do sujeito passivo e a critério do fisco, poderá ser encerrado, ficando o contribuinte, neste caso, subordinado à utilização dos documentos fiscais exigidos.

**Art. 407.** O contribuinte que não concordar com a base de cálculo estimada, poderá apresentar reclamação no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data da ciência do relatório homologado.

**Parágrafo único.** No caso específico de atividade exercido em caráter provisório, a ciência da estimativa se dará através da Notificação de Lançamento.

**Art. 408.** A reclamação não terá efeito suspensivo e mencionará, obrigatoriamente, o valor que o interessado reputar justo, assim como os elementos para a sua aferição.

**Parágrafo Único.** Julgada procedente a reclamação, total ou parcialmente, a diferença recolhida na pendência da decisão será compensada nos recolhimentos futuros.

### Seção V Homologação



Estado do Tocantins  
Prefeitura Municipal de Oliveira de Fátima

**Art. 409.** A Autoridade Fiscal, tomando conhecimento da atividade exercida pelo contribuinte, analisando a antecipação de recolhimentos sem prévio exame do sujeito ativo, homologará ou não os autolançamentos ou lançamentos espontâneos atribuídos ao sujeito passivo.

§ 1.º O pagamento antecipado pelo contribuinte extingue o crédito, sob condição resolutória da ulterior homologação do lançamento.

§ 2.º Não influem sobre a obrigação tributária quaisquer atos anteriores à homologação, praticados pelo sujeito passivo ou por terceiro, visando à extinção total ou parcial do crédito.

§ 3.º Tais atos serão, porém, considerados na apuração do saldo porventura devido e, sendo o caso, na imposição de penalidade, ou sua graduação.

§ 4.º O prazo da homologação será de 5 (cinco) anos, a contar da ocorrência do fato gerador; expirado esse prazo sem que a Fazenda Pública Municipal se tenha pronunciado, considera-se homologado o lançamento e definitivamente extinto o crédito, salvo se comprovada a ocorrência de dolo, fraude ou simulação.

**Seção VI**  
**Inspeção**

**Art. 410.** A Autoridade Fiscal, auxiliada por força policial, inspecionará o sujeito passivo que:

- I - apresentar indício de omissão de receita;
- II - tiver praticado sonegação fiscal;
- III - houver cometido crime contra a ordem tributária;
- IV - opuser ou criar obstáculo à realização de diligência ou plantão fiscal.

**Art. 411.** A Autoridade Fiscal, auxiliada por força policial, examinará e apreenderá mercadorias, livros, arquivos, documentos, papéis e efeitos comerciais ou fiscais dos comerciantes, industriais, produtores e prestadores de serviço, que constituam prova material de indício de omissão de receita, sonegação fiscal ou crime contra a ordem tributária.

**Seção VII**  
**Interdição**

**Art. 412.** A Autoridade Fiscal, auxiliada por força policial, interditará o local onde será exercida atividade em caráter provisório, sem que o contribuinte tenha efetuado o pagamento antecipado do imposto estimado.

**Parágrafo Único.** A liberação para o exercício da atividade somente ocorrerá após sanada, na sua plenitude, a irregularidade cometida.

**Seção VIII**  
**Levantamento**

**Art. 413.** A Autoridade Fiscal levantará dados do sujeito passivo, com o intuito de:

- I - elaborar arbitramento;
- II - apurar estimativa;
- II - proceder homologação.

**Seção IX**  
**Plantão**



Estado do Tocantins  
Prefeitura Municipal de Oliveira de Fátima

**Art. 414.** A Autoridade Fiscal, mediante plantão, adotará a apuração ou verificação diária no próprio local da atividade, durante determinado período, quando:

**I** - houver dúvida sobre a exatidão do que será levantado ou for declarado para os efeitos dos tributos municipais;

**II** - o contribuinte estiver sujeito a regime especial de fiscalização.

**Parágrafo único.** O Secretário de Finanças determinará, através de escala, o Plantão Fiscal na repartição, com o intuito de melhor atendimento ao contribuinte.

**Seção X**  
**Representação**

**Art. 415.** A Autoridade Fiscal ou qualquer pessoa, quando não competente para lavrar Auto e Termo de Fiscalização, poderá representar contra toda ação ou omissão contrária às disposições da Legislação Tributária ou de outras leis ou regulamentos fiscais.

**Art. 416.** A representação:

**I** - far-se-á em petição assinada e discriminará, em letra legível, o nome, a profissão e o endereço de seu autor;

**II** - deverá estar acompanhada de provas ou indicará os elementos desta e mencionará os meios ou as circunstâncias em razão das quais se tornou conhecida a infração;

**III** - não será admitida quando o autor tenha sido sócio, diretor, preposto ou empregado do contribuinte, quando relativa a fatos anteriores à data em que tenham perdido essa qualidade;

**IV** - deverá ser recebida pelo Secretário, responsável pela área fazendária, que determinará imediatamente a diligência ou inspeção para verificar a veracidade e, conforme couber, intimará ou autuará o infrator ou a arquivará se demonstrada a sua improcedência.

**Seção XI**  
**Autos e Termos de Fiscalização**

**Art. 417.** Quanto aos Autos e Termos de Fiscalização;

**I** - serão impressos e numerados, de forma destacável, em 04 (quatro) vias:

**a)** tipograficamente em talonário próprio;

**b)** ou eletronicamente e numerado.

**II** - conterão, entre outros, os seguintes elementos:

**a)** a qualificação do contribuinte:

**a.1)** nome ou razão social;

**a.2)** domicílio tributário;

**a.3)** atividade econômica;

**a.4)** número de inscrição no cadastro, se o tiver.

**b)** o momento da lavratura:

**b.1)** local;

**b.2)** data;

**b.3)** hora.

**c)** a formalização do procedimento:

**c.1)** nome e assinatura da Autoridade incumbida da ação fiscal e do responsável, representante ou preposto do sujeito passivo;

**c.2)** enumeração de quaisquer fatos e circunstâncias que possam esclarecer a ocorrência.



Estado do Tocantins  
Prefeitura Municipal de Oliveira de Fátima

**III** - sempre que couber, farão referência aos documentos de fiscalização, direta ou indiretamente, relacionados com o procedimento adotado no Relatório Fiscal que será parte integrante do procedimento;

**IV** - se o responsável, representante ou seu preposto, não puder ou não quiser assiná-los, far-se-á menção dessa circunstância;

**V** - a assinatura não constitui formalidade essencial às suas validades, não implica confissão ou concordância, nem a recusa determinará ou agravará a pena;

**VI** - as omissões ou incorreções não acarretarão nulidades, desde que do procedimento constem elementos necessários e suficientes para a identificação dos fatos;

**VII** - nos casos específicos do Auto de Infração e Termo de Intimação e do Auto de Apreensão, é condição necessária e suficiente para inoccorrência ou nulidade, a determinação da infração e do infrator.

**VIII** - serão lavrados, cumulativamente, quando couber, por Autoridade Fiscal, com precisão e clareza, sem entrelinhas, emendas ou rasuras:

**a)** pessoalmente, sempre que possível, mediante entrega de cópia ao contribuinte responsável, seu representante ou preposto, contra recibo datado no original ou, no caso de recusa, certificado pelo Agente encarregado do procedimento;

**b)** por carta, acompanhada de cópia e com aviso de recebimento (AR) datado e firmado pelo destinatário ou alguém de seu domicílio;

**c)** por edital, com prazo de 30 (trinta) dias, quando resultarem improficuos os meios referidos nas alíneas "a" e "b" deste inciso, ou for desconhecido o domicílio tributário do contribuinte.

**IX** - presumem-se lavrados, quando:

**a)** pessoalmente, na data do recibo ou da certificação;

**b)** por carta, na data de recepção do comprovante de entrega, e se esta for omitida, 30 (trinta) dias após a data de entrega da carta no correio;

**c)** por edital, no termo da prova indicada, contado este da data de afixação ou de publicação.

**X** - uma vez lavrados, terá a Autoridade Fiscal o prazo, obrigatório e improrrogável, de 72 (setenta e duas) horas, para entregá-lo a registro na repartição.

**Art. 418.** É o instrumento legal utilizado pela Autoridade Fiscal com o objetivo de formalizar:

**I** - o Auto de Apreensão: a apreensão de bens e documentos;

**II** - o Auto de Infração, Notificação de Lançamento e Termo de Intimação: a penalização pela violação, voluntária ou não, de normas estabelecidas na legislação tributária;

**III** - o Auto de Interdição: a interdição de atividade provisória inadimplente com a Fazenda Pública Municipal;

**IV** - o Relatório Fiscal ou Fiscalização: a realização de plantão, "in-loco" e o levantamento fiscal, Auditoria Fiscal, Arbitramento, Estimativa e Homologação;

**V** - o Termo de Diligência Fiscal: a realização de diligência;

**VI** - o Termo de Início de Ação Fiscal: o início de levantamento homologatório, Auditoria, Levantamento Fiscal;

**VII** - o Termo de Inspeção Fiscal: a realização de inspeção;

**VIII** - o Termo de Sujeição a Regime Especial de Fiscalização: o regime especial de fiscalização;

**IX** - o Termo de Intimação: a ciência de decisões fiscais;

**X** - Termo de Recebimento de Documentos: relacionar os documentos recebido pelo fisco;

**XI** - Termo de Devolução de Documentos: relacionar os documentos devolvido ao contribuinte;

**XII** - a Notificação Preliminar de Lançamento; notificar o contribuinte do debito fiscal;



Estado do Tocantins  
Prefeitura Municipal de Oliveira de Fátima

**XIII** - o Termo de Encerramento de Ação Fiscal: o término de levantamento homologatório.

**XIV** - Notificação Fiscal: a solicitação de documento, informação e esclarecimento;

**XV** - Ordem de Serviço: ordem direta do secretário ou chefia para cumprimento de um determinado procedimento.

**Art. 419.** As formalidades do procedimento fiscal conterão, ainda, relativamente ao:

**I** - Auto de Apreensão:

a) a relação de bens e documentos apreendidos;  
b) a indicação do lugar onde ficarão depositados;  
c) a assinatura do depositário, o qual será designado pelo autuante, podendo a designação recair no próprio detentor, se for idôneo, a juízo do fisco;

d) a citação expressa do dispositivo legal violado;

**II** - Auto de Infração e Notificação de Lançamento:

a) a descrição do fato que ocasionar a infração;  
b) a citação expressa do dispositivo legal que constitui a violação e comina a sanção;  
c) a comunicação para pagar o tributo e a multa devido, ou apresentar defesa e provas, no prazo previsto.

**III** - Auto de Interdição:

a) a descrição do fato que ocasionar a interdição;  
b) a citação expressa do dispositivo legal que constitui a infração e comina a sanção;  
c) a ciência da condição necessária para a liberação do exercício da atividade interdita.

**IV** - Relatório de Fiscalização:

a) a descrição, circunstanciada, de atos e fatos ocorridos na Auditoria, Levantamento Fiscal, plantão, arbitramento, apuração de estimativa ou homologação de lançamento;  
b) a citação expressa da fundamentação legal e a matéria tributável;

**V** - Termo de Diligência Fiscal:

a) a descrição, circunstanciada, de atos e fatos ocorridos na verificação;  
b) a citação expressa do objetivo da diligência;

**VI** - Termo de Início de Ação Fiscal:

a) a data de início do levantamento homologatório;  
b) o período a ser fiscalizado;  
c) a relação de documentos solicitados;  
d) o prazo para o término do levantamento e devolução dos documentos.

**VII** - Termo de Inspeção Fiscal:

a) a descrição do fato que ocasionar a inspeção;  
b) a citação expressa do dispositivo legal que constitui a infração e comina a sanção;

**VIII** - Termo de Sujeição a Regime Especial de Fiscalização:

a) a descrição do fato que ocasionar o regime;  
b) a citação expressa do dispositivo legal que constitui a infração e comina a sanção;  
c) as prescrições fiscais a serem cumpridas pelo contribuinte;  
d) o prazo de duração do regime.

**IX** - Termo de Intimação:

a) a relação de documentos solicitados;  
b) a modalidade de informação pedida e/ou o tipo de esclarecimento a ser prestado e/ou a decisão fiscal fundamentada;

c) a fundamentação legal;

d) a indicação da penalidade cabível, em caso de descumprimento;

e) o prazo para atendimento do objeto da intimação.

**X** - Notificação Preliminar de Lançamento:

a) a descrição do fato que ocasionar a infração;



Estado do Tocantins  
Prefeitura Municipal de Oliveira de Fátima

b) a citação expressa do dispositivo legal que constitui a violação e comina a sanção;  
c) a comunicação para pagar o tributo e a multa devidos, ou apresentar defesa e provas, no prazo previsto.

**XI - Termo de Encerramento de Ação Fiscal:**

a) a descrição, circunstanciada, de atos e fatos ocorridos no plantão e presentes no levantamento para elaboração de arbitramento, apuração de estimativa e homologação de lançamento;

b) a citação expressa da matéria tributável.

**XII -** Será lavrado um Auto de Infração ou Notificação de Lançamento para cada espécie de tributo, assim como as multas por descumprimento das obrigações acessórias.

**CAPÍTULO II**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO TRIBUTÁRIO**

**Seção I**  
**Disposições Preliminares**

**Art. 420.** O Processo Administrativo Tributário será:

**I** - regido pelas disposições desta Lei;

**II** - iniciado por petição da parte interessada ou de ofício, pela Autoridade Fiscal;

**III** - aquele que versar sobre interpretação ou aplicação de legislação tributária.

**Seção II**  
**Postulantes**

**Art. 421.** O contribuinte poderá postular pessoalmente ou por representante regularmente habilitado ou, ainda, mediante mandato expreso, por intermédio de preposto de representante.

**Art. 422.** Os órgãos de classe poderão representar interesses gerais da respectiva categoria econômica ou profissional.

**Seção III**  
**Prazos**

**Art. 423.** Os prazos:

**I** - são contínuos e peremptórios, excluindo-se, em sua contagem, o dia do início e incluindo-se o do vencimento;

**II** - só se iniciam ou se vencem em dia de expediente normal do órgão em que corra o processo ou em que deva ser praticado o ato;

**III** - serão de 30 (trinta) dias para atendimento ao Termo de Início de Ação Fiscal, Notificação Fiscal, Termo de Intimação:

a) o atendimento do TIAF, Notificação Fiscal ou Termo de Intimação, poderá ser prorrogado por mais 15 (quinze) dias pela autoridade fiscal, quando solicitado por escrito pelo contribuinte;

b) caso o contribuinte não solicite prorrogação previsto a alínea "a" do Inciso III deste artigo, ou tendo solicitado a prorrogação, e não apresentou os documentos solicitados, será lavrado



Estado do Tocantins  
Prefeitura Municipal de Oliveira de Fátima

uma Notificação Fiscal com um prazo de 72 (setenta e duas) horas para apresentação de documentos fiscais;

**c)** após o não cumprimento do prazo previsto na alínea "b" do Inciso III deste artigo, a Autoridade Fiscal Competente, lavrará Auto de Infração com multa por não apresentação de documentos fiscais, ou embaraço à Ação Fiscal, lavrando também, Notificação Fiscal com um novo prazo de 72 (setenta e duas) horas para o contribuinte atender a solicitação fiscal;

**d)** caso o contribuinte após devidamente notificado, nos termos das alíneas "a", "b" e "c" do Inciso III deste artigo, não apresente os documentos solicitados, a Autoridade Fiscal arbitrará o imposto devido.

**III** - serão de 30 (trinta) dias para:

**a)** pagamento, impugnação ou parcelamento do Auto de Infração ou Notificação de Lançamento;

**b)** apresentação de defesa;

**c)** pronunciamento e cumprimento de despacho e decisão;

**d)** interposição de recurso voluntário;

**IV** - serão de 30 (trinta) dias, podendo ser prorrogado por mais 30 (trinta) dias para conclusão de diligência e esclarecimento;

**V** - serão de 30 (trinta) dias, podendo ser prorrogado por mais 30 (trinta) dias para manifestação da Secretaria de Finanças, em quaisquer partes do processo, podendo ser prorrogado por mais um período igual, a pedido de ofício do setor responsável ao Secretário Municipal de Finanças;

**VI** - não estando fixados, serão 30 (trinta) dias para a prática de ato a cargo do interessado ou do servidor;

**VII** - contar-se-ão:

**a)** de defesa, a partir da notificação de lançamento de tributo ou ato administrativo dele decorrente ou da lavratura do Auto de Infração e Termo de Intimação;

**b)** de contestação, diligência, consulta, despacho e decisão, a partir do recebimento do processo;

**c)** de recurso, pedido de reconsideração e cumprimento de despacho e decisão, a partir da ciência da decisão ou publicação do acórdão.

**VIII** - fixados, suspendem-se a partir da data em que for determinada qualquer diligência, recomeçando a fluir no dia em que o processo retornar.

#### Seção IV Petição

**Art. 424.** A petição:

**I** - será feita através de requerimento contendo as seguintes indicações:

**a)** nome ou razão social do sujeito passivo;

**b)** número de inscrição no Cadastro Fiscal;

**c)** domicílio tributário;

**d)** a pretensão e seus fundamentos, assim como declaração do montante que for resultado devido, quando a dúvida ou o litígio versar sobre valor;

**e)** as diligências pretendidas, expostos os motivos que as justifiquem.

**II** - será indeferida quando manifestamente inepta ou a parte for ilegítima, ficando, entretanto, vedado à repartição recusar o seu recebimento;

**III** - não poderá reunir matéria referente a tributos diversos, bem como impugnação ou recurso relativo a mais de um lançamento, decisão, Sujeito Passivo ou Auto de Infração e Termo de Intimação.

#### Seção V



Estado do Tocantins  
Prefeitura Municipal de Oliveira de Fátima

**Instauração**

**Art. 425.** O Processo Administrativo Tributário será instaurado por:

- I - petição do contribuinte, responsável ou seu preposto, reclamando contra lançamento de tributo ou ato administrativo dele decorrente;
- II - Ordem de Serviço;
- II - Auto de Infração e Termo de Intimação.

**Art. 426.** O servidor que instaurar o processo:

- I - receberá a documentação;
- II - certificará a data de recebimento;
- III - numerará e rubricará as folhas dos autos;
- IV - o encaminhará para a devida instrução.

**Seção VI  
Instrução**

**Art. 427.** A autoridade que instruir o processo:

- I - solicitará informações e pareceres;
- II - deferirá ou indeferirá provas requeridas;
- III - numerará e rubricará as folhas apensadas;
- IV - mandará cientificar os interessados, quando for o caso;
- V - abrirá prazo para recurso.

**Seção VII  
Nulidades**

**Art. 428.** São nulos:

- I - os Atos Fiscais praticados e os Autos e Termos de Fiscalização lavrados por pessoa que não seja Autoridade Fiscal;
- II - os atos executados e as decisões proferidas por autoridade incompetente, não fundamentados ou que impliquem pretensão ou prejuízo do direito de defesa.

**Parágrafo Único.** A nulidade do ato não alcança os atos posteriores, salvo quando dele decorram ou dependam.

**Art. 429.** A nulidade será declarada pela autoridade competente para praticar o ato, ou julgar a sua legitimidade.

**Parágrafo Único.** Na declaração de nulidade, a autoridade dirá os atos alcançados e determinará as providências necessárias ao prosseguimento ou à solução do processo.

**Seção VIII  
Disposições Diversas**

**Art. 430.** O processo será organizado em ordem cronológica e terá suas folhas numeradas e rubricadas.

**Art. 431.** É facultado do Sujeito Passivo ou a quem o represente, sempre que necessário, ter vista dos processos em que for parte.





Estado do Tocantins  
Prefeitura Municipal de Oliveira de Fátima

**Art. 432.** Os documentos apresentados pela parte poderão ser restituídos, em qualquer fase do processo, desde que não haja prejuízo para a solução deste, exigindo-se a substituição por cópias autenticadas.

**Art. 433.** Pode o interessado, em quaisquer fase do processo em que seja parte, pedir certidão das peças relativas aos atos decisórios, utilizando-se, sempre que possível, de sistemas reprográficos, com autenticação por funcionário habilitado.

§ 1.º Da certidão constará, expressamente, se a decisão transitou ou não em julgado na via administrativa.

§ 2.º Só será dada Certidão de atos opinativos quando os mesmos forem indicados expressamente, nos atos decisórios, como seu fundamento.

§ 3.º Quando a finalidade da Certidão for instruir processo judicial, mencionar-se-á o direito em questão e fornecer-se-ão dados suficientes para identificar a ação.

**Art. 434.** Os interessados podem apresentar suas petições e os documentos que os instruírem em duas vias, a fim de que a segunda lhes seja devolvida devidamente autenticada pela repartição, valendo como prova de entrega.

**CAPÍTULO III**  
**PROCESSO CONTENCIOSO FISCAL**

**Seção I**  
**Litígio Tributário**

**Art. 435.** O litígio tributário considera-se instaurado com a apresentação, pelo postulante, de impugnação de exigência.

**Parágrafo Único.** O pagamento de Auto de Infração, Notificação de Lançamento e Termo de Intimação ou o pedido de parcelamento importa reconhecimento da dívida, pondo fim ao litígio.

**Seção II**  
**Defesa**

**Art. 436.** A defesa que versar sobre parte da exigência implicará pagamento da parte não-impugnada.

**Parágrafo Único.** Não sendo efetuado o pagamento, no prazo estabelecido, da parte não-impugnada, será promovida a sua cobrança, devendo, para tanto, ser instaurado outro processo com elementos indispensáveis à sua instrução.

**Seção III**  
**Contestação**

**Art. 437.** Apresentada a defesa, o processo será encaminhado à Autoridade Fiscal, responsável pelo procedimento, ou seu substituto, para que ofereça contestação fiscal.

§ 1.º Na contestação, a Autoridade Fiscal alegará a matéria que entender útil, indicando ou requerendo as provas que pretende produzir, juntando desde logo as que constarem do documento.

§ 2.º Não se admitirá prova fundada em depoimento pessoal de funcionário municipal ou representante da Fazenda Pública Municipal.

**Seção IV**



Estado do Tocantins  
Prefeitura Municipal de Oliveira de Fátima

**Competência**

**Art. 438.** São competentes para julgar na esfera administrativa:

**I** – em primeira instância, o Procurador de Finanças Pública Municipal ou na falta a Procuradoria Geral do Município;

**II** – em segunda instância, o Conselho Municipal de Contribuintes.

**III** – em instância especial, o Prefeito Municipal.

**§ 1º.** Só será julgado em instância Especial, caso o município não instituir o Conselho Municipal de Contribuintes, remetendo-se diretamente os autos para o julgamento em instância especial.

**§ 1º.** Não caberá recurso para a instância especial se o município instituir o Conselho Municipal de Contribuintes.

**Seção V**

**Julgamento em Primeira Instância**

**Art. 439.** Elaborada a contestação fiscal, o processo será remetido ao Procurador de Finanças Pública Municipal ou à Procuradoria Geral do Município para proferir a decisão.

**Art. 440.** A autoridade julgadora não ficará adstrita às alegações das partes, devendo julgar de acordo com sua convicção, em face das provas produzidas no processo.

**Art. 441.** Se entender necessárias, o Procurador de Finanças Pública Municipal ou a Procuradoria Geral do Município determinará, de ofício ou a requerimento do sujeito passivo, a realização de diligências, inclusive perícias, indeferindo as que considerar prescindíveis ou impraticáveis.

**Parágrafo Único.** O sujeito passivo apresentará os pontos de discordância e as razões e provas que tiver e indicará, no caso de perícia, o nome e endereço de seu perito.

**Art. 442.** Se deferido o pedido de perícia, a autoridade julgadora de primeira instância designará servidor para, como perito de Finanças, proceder, juntamente com o perito do sujeito passivo, ao exame do requerido.

**§ 1º.** Se as conclusões dos peritos forem divergentes, prevalecerá a que coincidir com o exame impugnado.

**§ 2º.** Não havendo coincidência, a autoridade julgadora designará outro servidor para desempatar.

**Art. 443.** Será reaberto prazo para impugnação se, da realização de diligência, resultar alteração da exigência inicial.

**§ 1º.** Não sendo cumprida nem impugnada a exigência, será declarada a revelia da autoridade julgadora, permanecendo o processo na repartição pelo prazo de 30 (trinta) dias para cobrança amigável do crédito tributário e fiscal.

**§ 2º.** Esgotado o prazo de cobrança amigável, sem que tenha sido pago o crédito tributário e fiscal, a autoridade julgadora encaminhará o processo à Dívida Ativa de Finanças Pública Municipal para promover a cobrança executiva.

**Art. 444.** A decisão:

**I** – será redigida com simplicidade e clareza;

**II** – conterá relatório que mencionará os elementos e Atos informadores, introdutórios e probatórios do processo de forma resumida;

**III** – arrolará os fundamentos de fato e de direito da decisão;

**IV** – indicará os dispositivos legais aplicados;

**V** – apresentará o total do débito, discriminando o tributo devido e as penalidades;



Estado do Tocantins  
Prefeitura Municipal de Oliveira de Fátima

**VI** – concluirá pela procedência ou improcedência do Auto de Infração, Notificação de Lançamento e Termo de Intimação ou da reclamação contra lançamento ou de Ato Administrativo dele decorrente, definindo expressamente os seus efeitos;

**VII** – Será comunicada ao contribuinte mediante lavratura de Termo de Intimação e da Decisão;

**VIII** – de primeira instância não está sujeita a pedido de reconsideração;

**IX** – não sendo proferida, no prazo estabelecido, nem convertido o julgamento em diligência, poderá a parte interpor recurso voluntário como se fora julgado procedente o Auto de Infração, Notificação de Lançamento e Termo de Intimação ou improcedente a reclamação contra lançamento ou Ato Administrativo dele decorrente, cessando, com a interposição do recurso, a jurisdição da autoridade julgadora de primeira instância.

**Art. 445.** As inexatidões materiais devidas a lapso manifesto ou os erros de cálculo existentes na decisão poderão ser corrigidos pelo julgador, ou a requerimento do interessado.

**Seção VI**  
**Recurso Voluntário para a Segunda Instância**

**Art. 446.** Da decisão de primeira instância contrária ao sujeito passivo, caberá recurso voluntário para o Conselho Municipal de Contribuintes.

**Art. 447.** O recurso voluntário:

**I** – será interposto no órgão que julgou o processo em primeira instância;

**II** – poderá conter prova documental, quando contrária ou não apresentada na primeira instância;

**Seção VII**  
**Recurso de Ofício para a Segunda Instância**

**Art. 448.** Da decisão de primeira instância favorável, no todo ou em parte, ao sujeito passivo, caberá recurso de ofício para o Conselho Municipal de Contribuintes.

**Art. 449.** O recurso de ofício:

**I** – será interposto, obrigatoriamente, pela autoridade julgadora, ou autoridade fiscal autoante, mediante simples despacho de encaminhamento, no ato da decisão de primeira instância;

**II** – não sendo interposto, deverá o Conselho Municipal de Contribuintes requisitar o processo.

**Seção VIII**  
**Julgamento em Segunda Instância**

**Art. 450.** Interposto o recurso, voluntário ou de ofício, o processo será encaminhado ao Conselho Municipal de Contribuintes para proferir a decisão.

§ 1.º Quando o processo não se encontrar devidamente instruído, poderá ser convertido em diligência para se determinar novas provas.

§ 2.º Enquanto o processo estiver em diligência, poderá o recorrente juntar documentos ou acompanhar as provas determinadas.



Estado do Tocantins  
Prefeitura Municipal de Oliveira de Fátima

**Art. 451.** O processo que não for relatado ou devolvido, no prazo estabelecido, com voto escrito do relator, poderá ser avocado pelo Presidente do Conselho, que o incluirá em pauta de julgamento, dentro do prazo de 15 (quinze) dias.

**Art. 452.** O autuante, o autuado e o reclamante, poderão representar-se no Conselho Municipal de Contribuintes, sendo-lhes facultado o uso da palavra, por 15 (quinze) minutos, após o resumo do processo feito pelo relator.

**Art. 453.** O Conselho não poderá decidir por equidade, quando o acórdão resultar na dispensa do pagamento de tributo devido.

**Parágrafo único.** A decisão por equidade será admitida somente quando, atendendo às características pessoais ou materiais da espécie julgada, for restrita à dispensa total ou parcial de penalidades pecuniárias, nos casos em que não houver dolo, fraude ou simulação.

**Art. 454.** A decisão referente a processo julgado pelo Conselho Municipal de Contribuintes receberá a forma de Acórdão, cuja conclusão será publicada no Diário Oficial do Município, com ementa sumariando a decisão.

**Parágrafo Único.** O sujeito passivo será cientificado da decisão do Conselho Municipal de Contribuinte e da publicação de Acórdão.

#### Seção IX

##### Pedido de Reconsideração para a Instância Especial

**Art. 455.** Só caberá pedido de reconsideração para a Instância Especial, o Prefeito Municipal, quando o Município não instituir o Conselho Municipal do Contribuinte.

**Art. 456.** Quando caber pedido de reconsideração, será feito na pelo Contribuinte, por escrito a repartição competente.

#### Seção X

##### Recurso de Revista para a Instância Especial

**Art. 457.** Das Decisões em Primeira Instância, quando não houver Conselho Municipal de Contribuintes, caberá recurso de revista para a Instância Especial, o Prefeito Municipal.

**Art. 458.** O recurso de revista:

I - além das razões de cabimento e de mérito, será instruído com cópia ou indicação precisa da decisão divergente;

II - será interposto pelo Procurador de Finanças Pública, ou na sua falta a Procuradoria Geral do Município.

#### Seção XI

##### Julgamento em Instância Especial

**Art. 459.** Recebido o pedido de reconsideração ou interposto o recurso de revista, o processo será encaminhado ao Prefeito Municipal para proferir a decisão.

**Art. 460.** Antes de proferir a decisão, o Prefeito poderá solicitar o pronunciamento de quaisquer órgãos, da Administração Municipal e determinar os exames e diligências que julgar convincentes à instrução e ao esclarecimento do processo.



Estado do Tocantins  
Prefeitura Municipal de Oliveira de Fátima

**Parágrafo Único.** Da decisão do Prefeito Municipal, não caberá recurso na esfera Administrativa.

**Seção XII**  
**Eficácia da Decisão Fiscal**

**Art. 461.** Encerra-se o litígio tributário com:

**I** - a decisão definitiva;

**II** - a desistência de impugnação ou de recurso;

**III** - a extinção do crédito;

**IV** - qualquer ato que importe confissão da dívida ou reconhecimento da existência do crédito.

**Art. 462.** É definitiva a decisão:

**I** - de primeira instância:

**a)** na parte que não for objeto de recurso voluntário ou não estiver sujeita a recurso de ofício;

**b)** esgotado o prazo para recurso voluntário sem que este tenha sido interposto.

**II** - de segunda instância:

**a)** unânime, quando não caiba recurso de revista;

**b)** esgotado o prazo para pedido de reconsideração sem que este tenha sido feito.

**III** - de instância especial.

**Seção XIII**  
**Execução da Decisão Fiscal**

**Art. 463.** A execução da decisão fiscal consistirá:

**I** - na lavratura de Termo de Intimação ao recorrente ou sujeito passivo para pagar a importância da condenação ou satisfazer a obrigação acessória;

**II** - na imediata inscrição, como dívida ativa, para subsequente cobrança por ação executiva, dos débitos constituídos, se não forem pagos nos prazos estabelecidos;

**III** - na ciência do recorrente ou sujeito passivo para receber a importância recolhida indevidamente ou conhecer da decisão favorável que modificará o lançamento ou cancelará o Auto de Infração e Termo de Intimação.

**CAPÍTULO IV**  
**PROCESSO DE CONSULTA**

**Seção I**  
**Consulta**

**Art. 464.** É assegurado ao sujeito passivo da obrigação tributária ou ao seu representante legal o direito de formular consulta sobre a interpretação e a aplicação da legislação tributária municipal, em relação a fato concreto do seu interesse.

**Parágrafo Único.** Também poderão formular consulta os órgãos da administração pública e as entidades representativas de categorias econômicas ou profissionais.

**Art. 465.** A consulta:

**I** - deverá ser dirigida à Procuradoria Geral do Município, constando obrigatoriamente:

**a)** nome, denominação ou razão social do consultente;



Estado do Tocantins  
Prefeitura Municipal de Oliveira de Fátima

- b) número de inscrição no Cadastro Fiscal;
- c) domicílio tributário do consultante;
- d) sistema de recolhimento do imposto, quando for o caso;
- e) se existe procedimento fiscal, iniciado ou concluído, e lavratura de Auto de Infração, Notificação de Lançamento e Termo de Intimação;
- f) a descrição do fato objeto da consulta;
- g) se versa sobre hipótese em relação à qual já ocorreu o fato gerador da obrigação tributária e, em caso positivo, a sua data.

**II** – formulada por procurador, deverá estar acompanhada do respectivo instrumento de mandato.

**III** – não produzirá qualquer efeito e será indeferida de plano, pela Procuradoria Geral do Município, quando:

- a) não observar os requisitos estabelecidos para a sua petição;
- b) formulada depois de iniciado procedimento fiscal contra o contribuinte ou lavrado Auto de Infração e Termo de Intimação, ou notificação de lançamento, cujos fundamentos se relacionem com a matéria consultada;
- c) manifestamente protelatória;
- d) o fato houver sido objeto de decisão anterior, ainda não modificada, proferida em consulta ou litígio em que tenha sido parte o consultante;
- e) a situação estiver disciplinada em ato normativo, publicado antes de sua apresentação, definida ou declarada em disposição literal de lei ou caracterizada como crime ou contravenção penal;
- f) não descrever, completa ou exatamente, a hipótese a que se referir, ou não contiver os elementos necessários à sua solução.

**IV** – uma vez apresentada, produzirá os seguintes efeitos:

- a) suspende o curso do prazo para pagamento do tributo em relação ao fato consultado;
- b) impede, até o término do prazo fixado na resposta, o início de qualquer procedimento fiscal destinado à apuração de faltas relacionadas com a matéria.

§ 1.º A suspensão do prazo não produz efeitos relativamente ao tributo devido sobre as demais operações realizadas.

§ 2.º A consulta formulada sobre matéria relativa à obrigação tributária principal, apresentada após o prazo previsto para o pagamento do tributo a que se referir não elimina, se considerado este devido, a incidência dos acréscimos legais.

**Art. 466.** A Procuradoria Geral do Município, órgão encarregado de responder a consulta, caberá:

- I** – solicitar a emissão de pareceres;
- II** – baixar o processo em diligência;
- III** – proferir a decisão.

**Art. 467.** Da decisão:

- I** – caberá recurso, voluntário ou de ofício, ao Conselho Municipal de Contribuintes, quando a resposta for, respectivamente, contrária ou favorável ao sujeito passivo;
- II** – do Conselho Municipal de Contribuintes, não caberá recurso ou pedido de reconsideração.

**Art. 468.** A decisão definitiva dada à consulta terá efeito normativo e será adotada em circular expedida pelo Secretário, responsável pela área fazendária.

**Art. 469.** Considera-se definitiva a decisão proferida:

- I** – pela Procuradoria Geral do Município, quando não houver recurso;
- II** – pelo Conselho Municipal de Contribuintes.



Estado do Tocantins  
Prefeitura Municipal de Oliveira de Fátima

**Seção II**  
**Procedimento Normativo**

**Art. 470.** A interpretação e a aplicação da Legislação Tributária serão definidas em instrução normativa a ser baixada pelo Secretário, responsável pela área fazendária.

**Art. 471.** Os órgãos da administração fazendária, em caso de dúvida quanto à interpretação e à aplicação da legislação tributária, deverão solicitar a instrução normativa.

**Art. 472.** As decisões de primeira instância observarão a jurisprudência do Conselho Municipal de Contribuintes estabelecida em Acórdão.

**CAPÍTULO V**  
**CONSELHO MUNICIPAL DE CONTRIBUINTES**

**Seção I**  
**Composição**

**Art. 473.** O Conselho Municipal de Contribuintes será composto de **5 (cinco)** Conselheiros efetivos e **5 (cinco)** Conselheiros suplentes.

**Parágrafo Único.** Os representantes do Conselho Municipal de Contribuintes serão nomeados, através de Decreto, pelo Chefe do Executivo.

**Art. 474.** O Conselho Municipal de Contribuintes terá um Secretário Geral, de livre nomeação do Prefeito.

**Art. 475.** A cada Conselheiro, efetivo ou suplente, será atribuído pelo Executivo uma gratificação de função, por comparecimento a sessão de julgamento.

**Seção II**  
**Competência**

**Art. 476.** Compete ao Conselho:

- I** - julgar recurso voluntário contra decisões de órgão julgador de primeira instância;
- II** - julgar recurso de ofício interposto pelo órgão julgador de primeira instância, por decisão contrária à Fazenda Pública Municipal.

**Art. 477.** São atribuições dos Conselheiros:

- I** - examinar os processos que lhes forem distribuídos, e sobre eles, apresentar relatório e parecer conclusivo, por escrito;
- II** - comparecer às sessões e participar dos debates para esclarecimento;
- III** - pedir esclarecimentos, vista ou diligência necessários e solicitar, quando conveniente, destaque de processo constante da pauta de julgamento;
- IV** - proferir voto, na ordem estabelecida;
- V** - redigir os Acórdãos de julgamento em processos que relatar, desde que vencedor o seu voto;
- VI** - redigir, quando designado pelo presidente, Acórdão de julgamento, se vencido o Relator;
- VII** - prolatar, se desejar, voto escrito e fundamentado, quando divergir do Relator.

121



Estado do Tocantins  
Prefeitura Municipal de Oliveira de Fátima

**Art. 478.** Compete ao Secretário Geral do Conselho:

- I** - secretariar os trabalhos das reuniões;
- II** - fazer executar as tarefas administrativas;
- III** - promover o saneamento dos processos, quando se tornar necessário;
- IV** - distribuir, por sorteio, os processos tributários e fiscais aos Conselheiros.

**Art. 479.** Compete ao Presidente do Conselho:

- I** - presidir as sessões;
- II** - convocar sessões extraordinárias, quando necessário;
- III** - determinar as diligências solicitadas;
- IV** - assinar os Acórdãos;
- V** - proferir, em julgamento, além do voto ordinário, o de qualidade;
- VI** - designar redator de Acórdão, quando vencido o voto do relator;
- VII** - interpor recurso de revista, determinando a remessa do processo ao Prefeito.

§ 1.º O presidente do Conselho Municipal de Contribuintes é cargo nato do Secretário, responsável pela área fazendária.

§ 2.º O presidente do Conselho Municipal de Contribuintes será substituído em seus impedimentos pelo Chefe Responsável pela Fiscalização Tributária.

**Seção III**  
**Disposições Gerais**

**Art. 480.** Perde a qualidade de Conselheiro:

- I** - o representante dos contribuintes que não comparecer a 03 (três) sessões consecutivas, sem causa justificada perante o Presidente, devendo a entidade indicadora promover a sua substituição;
- II** - a Autoridade Fiscal que exonerar-se ou for demitida.

**Art. 481.** O Conselho realizará, ordinariamente, uma sessão por semana, em dia e horário fixado no início de cada período anual de sessões, podendo, ainda, realizar sessões extraordinárias, quando necessárias, desde que convocadas pelo Presidente.

**LIVRO SEGUNDO**  
**NORMAS GERAIS DE DIREITO TRIBUTÁRIO**

**TÍTULO I**  
**LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA**

**CAPÍTULO I**  
**NORMAS GERAIS**

**Art. 482.** A legislação tributária municipal compreende as Leis, os Decretos e as normas complementares que versem, no todo ou em parte, sobre tributos de competência municipal.

**Art. 483.** São normas complementares das Leis e Decretos:

- I** - as portarias, as instruções, avisos, ordens de serviço e outros atos normativos expedidos pelas autoridades administrativas;
- II** - as decisões dos órgãos componentes das instâncias administrativas;





Estado do Tocantins  
Prefeitura Municipal de Oliveira de Fátima

**III** – as práticas reiteradamente observadas pelas autoridades administrativas;  
**IV** – os convênios que o Município celebre com as entidades da administração direta ou indireta, da União, Estado ou Municípios.

**Art. 484.** Somente a lei pode estabelecer:

**I** – a instituição, a extinção, a majoração, a redução, o fato gerador, a base de cálculo e a alíquota de tributos;

**II** – a cominação, a dispensa ou a redução de penalidades para as ações ou omissões contrárias a seus dispositivos;

**III** – as hipóteses de exclusão, suspensão e extinção de créditos tributários e fiscais.

**Art. 485.** Constitui majoração de tributo a modificação de sua base de cálculo ou alíquota que importe em torná-lo mais oneroso.

**Art. 486.** Não constitui majoração de tributo a atualização monetária de sua base de cálculo.

## CAPÍTULO II VIGÊNCIA

**Art. 487.** Entram em vigor:

**I** – na data da sua publicação, as portarias, as instruções, avisos, ordens de serviço e outros atos normativos expedidos pelas autoridades administrativas;

**II** – 30 (trinta) dias após a data da sua publicação, as decisões dos órgãos componentes das instâncias administrativas;

**III** – na data neles prevista, os convênios que o Município celebre com as entidades da administração direta ou indireta, da União, Estado, ou Municípios;

**IV** – no primeiro dia do exercício seguinte àquele em que ocorra a sua publicação, os dispositivos de lei que:

**a)** instituem, majorem ou definem novas hipóteses de incidência de tributos;

**b)** extinguem ou reduzem isenções, não concedidas por prazo certo e nem em função de determinadas condições, salvo se a lei dispuser de maneira mais favorável ao contribuinte.

## CAPÍTULO III APLICAÇÃO

**Art. 488.** A legislação tributária aplica-se imediatamente aos fatos geradores futuros e aos pendentes.

**Art. 489.** Fatos geradores pendentes são aqueles que se iniciaram, mas ainda não se completaram pela inexistência de todas as circunstâncias materiais necessárias e indispensáveis à produção de seus efeitos ou desde que se não tenham constituída a situação jurídica em que eles assentam.

**Art. 490.** A lei aplica-se ao ato ou fato pretérito:

**I** – em qualquer caso, quando seja expressamente interpretativa, excluída aplicação de penalidade à infração dos dispositivos interpretados;

**II** – tratando-se de ato não definitivamente julgado:

**a)** quando deixe de defini-lo como infração;



Estado do Tocantins  
Prefeitura Municipal de Oliveira de Fátima

b) quando deixe de tratá-lo como contrário a qualquer exigência de ação ou omissão, desde que não tenha sido fraudulento e não tenha implicado falta de pagamento de tributo;

c) quando lhe comine penalidade menos severa que a prevista na lei vigente ao tempo do tributo;

**Art. 491.** Lei interpretativa é aquela que interpreta outra, no sentido de esclarecer e suprir as suas obscuridades e ambigüidades, aclarando as suas dúvidas.

#### CAPÍTULO IV INTERPRETAÇÃO

**Art. 492.** Na ausência de disposição expressa, a autoridade competente para aplicar a legislação tributária utilizará sucessivamente, na ordem indicada:

- I - a analogia;
- II - os princípios gerais de direito tributário;
- III - os princípios gerais de direito público;
- IV - a eqüidade.

**Art. 493.** O emprego da analogia não poderá resultar na exigência de tributo não previsto em lei.

**Art. 494.** O emprego da eqüidade não poderá resultar na dispensa do pagamento de tributo devido.

**Art. 495.** Interpreta-se literalmente a legislação tributária que disponha sobre:

- I - suspensão ou exclusão do crédito tributário;
- II - outorga de isenção;
- III - dispensa do cumprimento de obrigações acessórias.

**Art. 496.** A lei tributária que define infrações, ou lhe comina penalidades, interpreta-se da maneira mais favorável ao acusado, em caso de dúvida quanto:

- I - à capitulação legal do fato;
- II - à natureza ou às circunstâncias materiais do fato, ou à natureza ou extensão dos seus efeitos;
- III - à autoria, imputabilidade, ou punibilidade;
- IV - à natureza da penalidade aplicável, ou à sua graduação.

#### TÍTULO II OBRIGAÇÃO TRIBUTÁRIA

##### CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

**Art. 497.** A obrigação tributária é principal ou acessória.

**Art. 498.** A obrigação principal surge com a ocorrência do fato gerador, tem por objeto o pagamento de tributo ou penalidade pecuniária e extingue-se juntamente com o crédito dela decorrente.



Estado do Tocantins  
**Prefeitura Municipal de Oliveira de Fátima**

**Art. 499.** A obrigação acessória decorre da legislação tributária e tem por objeto as prestações, positivas ou negativas, nela previstas no interesse da arrecadação ou da fiscalização dos tributos.

**Art. 500.** A obrigação acessória, pelo simples fato da sua inobservância, converte-se em obrigação principal relativamente à penalidade pecuniária.

**CAPÍTULO II  
FATO GERADOR**

**Art. 501.** Fato gerador da obrigação principal é a situação definida em lei como necessária e suficiente à sua ocorrência.

**Art. 502.** Fato gerador da obrigação acessória é qualquer situação que, na forma da legislação aplicável, impõe a prática ou a abstenção de ato que não configure obrigação principal.

**Art. 503.** Salvo disposição de lei em contrário, considera-se ocorrido o fato gerador e existentes os seus efeitos:

**I** - tratando-se de situação de fato, desde o momento em que se verifiquem as circunstâncias materiais necessárias a que produza os efeitos que normalmente lhe são próprios;

**II** - tratando-se de situação jurídica, desde o momento em que esteja definitivamente constituída, nos termos do direito aplicável, sendo que os atos ou negócios condicionais reputam-se perfeitos e acabados:

**a)** sendo suspensiva a condição, desde o momento de seu implemento;

**b)** sendo resolutória a condição, desde o momento da prática do ato ou da celebração do negócio.

**Art. 504.** A definição legal do fato gerador é interpretada abstraindo-se:

**I** - da validade jurídica dos atos efetivamente praticados pelos contribuintes, responsáveis, ou terceiros, bem como da natureza do seu objeto ou dos seus efeitos;

**II** - dos efeitos dos fatos efetivamente ocorridos.

**CAPÍTULO III  
SUJEITO ATIVO**

**Art. 505.** Sujeito ativo da obrigação é a Prefeitura Municipal, pessoa jurídica de direito público titular da competência para exigir o seu cumprimento.

**CAPÍTULO IV  
SUJEITO PASSIVO**

**Seção I  
Disposições Gerais**

**Art. 506.** Sujeito passivo da obrigação principal é a pessoa obrigada ao pagamento de tributo ou penalidade pecuniária.

**Art. 507.** O sujeito passivo da obrigação principal diz-se:

**I** - contribuinte, quando tenha relação pessoal e direta com a situação que constitua o respectivo fato gerador;



Estado do Tocantins  
**Prefeitura Municipal de Oliveira de Fátima**

**II** – responsável, quando, sem revestir a condição de contribuinte, sua obrigação decorra de disposição de lei.

**Art. 508.** Sujeito passivo da obrigação acessória é a pessoa obrigada às prestações que constituam o seu objeto.

**Art. 509.** As convenções particulares, relativas à responsabilidade pelo pagamento de tributos, não podem ser opostas à Fazenda Pública Municipal, para modificar a definição legal do sujeito passivo das obrigações tributárias correspondentes.

**Seção II**  
**Solidariedade**

**Art. 510.** São solidariamente obrigadas:

**I** – as pessoas que tenham interesse comum na situação que constitua o fato gerador da obrigação principal;

**II** – as pessoas expressamente designadas por lei.

**Art. 511.** A solidariedade não comporta benefício de ordem.

**Art. 512.** São os seguintes os efeitos da solidariedade:

**I** – o pagamento efetuado por um dos obrigados aproveita aos demais;

**II** – a isenção ou remissão de crédito exonera todos os obrigados, salvo se outorgada pessoalmente a um deles, subsistindo, nesse caso, a solidariedade quanto aos demais pelo saldo;

**III** – a interrupção da prescrição, em favor ou contra um dos obrigados, favorece ou prejudica aos demais.

**Seção III**  
**Capacidade Tributária**

**Art. 513.** A capacidade tributária passiva independe:

**I** – da capacidade civil das pessoas naturais;

**II** – de achar-se a pessoa natural sujeita a medidas que importem privação ou limitação do exercício de atividades civis, comerciais ou profissionais, ou da administração direta de seus bens ou negócios;

**III** – de estar a pessoa jurídica regularmente constituída, bastando que configure uma unidade econômica ou profissional.

**Seção IV**  
**Domicílio Tributário**

**Art. 514.** Na falta de eleição, pelo contribuinte ou responsável, de domicílio tributário, considera-se como tal:

**I** – tratando-se de pessoa física, o lugar onde reside, e, não sendo este conhecido, o lugar onde se encontra a sede habitual de suas atividades ou negócios;

**II** – tratando-se de pessoa jurídica de direito privado, local de qualquer de seus estabelecimentos;

**III** – tratando de pessoa jurídica de direito público, o local da sede de qualquer de suas repartições administrativas;



Estado do Tocantins  
Prefeitura Municipal de Oliveira de Fátima

**Art. 515.** Quando não couber a aplicação das regras fixadas em qualquer dos incisos do artigo anterior, considerar-se-á como domicílio tributário do contribuinte ou responsável o lugar da situação dos bens ou da ocorrência dos atos ou fatos que deram origem à obrigação.

**Art. 516.** A Autoridade Fiscal pode recusar o domicílio eleito, quando impossibilite ou dificulte a arrecadação ou a fiscalização.

**Art. 517.** O domicílio tributário será consignado nas petições, guias e outros documentos que os obrigados dirijam ou devam apresentar à Fazenda Pública Municipal.

**CAPÍTULO V**  
**RESPONSABILIDADE TRIBUTÁRIA**

**Seção I**  
**Disposição Geral**

**Art. 518.** A responsabilidade pelo crédito tributário e fiscal pode ser atribuída, de forma expressa, a terceira pessoa, vinculada ao fato gerador da respectiva obrigação, excluindo a responsabilidade do contribuinte ou atribuindo-a a este em caráter supletivo do cumprimento total ou parcial da referida obrigação.

**Seção II**  
**Responsabilidade dos Sucessores**

**Art. 519.** Os créditos tributários relativos a impostos cujo fato gerador seja a propriedade, o domínio útil ou a posse de bens imóveis, e bem assim os relativos a taxas pela prestação de serviços referentes a tais bens, ou a contribuições de melhoria, sub-rogam-se na pessoa dos respectivos adquirentes, salvo quando conste do título a prova de sua quitação.

**Art. 520.** No caso de arrematação em hasta pública, a sub-rogação ocorre sobre o respectivo preço.

**Art. 521.** São pessoalmente responsáveis:

**I** – o adquirente ou remitente, pelos tributos relativos aos bens adquiridos ou remidos;

**II** – o sucessor a qualquer título e o cônjuge meeiro, pelos tributos devidos pelo de cujus até a data da partilha ou adjudicação, limitada esta responsabilidade ao montante do quinhão, do legado ou da meação;

**III** – o espólio, pelos tributos devidos pelo de cujus até a data da abertura da sucessão.

**Art. 522.** A pessoa jurídica de direito privado que resultar de fusão, transformação ou incorporação de outra ou em outra é responsável pelos tributos devidos até a data do ato pelas pessoas jurídicas de direito privado fusionadas, transformadas ou incorporadas.

**Art. 523.** O disposto no artigo anterior aplica-se aos casos de extinção de pessoas jurídicas de direito privado, quando a exploração da respectiva atividade seja continuada por qualquer sócio remanescente, ou seu espólio, sob a mesma ou outra razão social, ou sob firma individual.

**Art. 524.** A pessoa natural ou jurídica de direito privado que adquirir de outra, por qualquer título, fundo de comércio ou estabelecimento comercial, industrial ou profissional, e



Estado do Tocantins  
Prefeitura Municipal de Oliveira de Fátima

continuar a respectiva exploração, sob a mesma ou outra razão social ou sob firma ou nome individual, responde pelos tributos, relativos ao fundo ou estabelecimento adquirido, devidos até a data do ato:

**I** - integralmente, se o alienante cessar a exploração do comércio, indústria ou atividade;

**II** - subsidiariamente com o alienante, se este prosseguir na exploração ou iniciar dentro de 6 (seis) meses, a contar da data da alienação, nova atividade no mesmo ou em outro ramo de comércio, indústria ou profissão.

**Seção III**  
**Responsabilidade de Terceiros**

**Art. 525.** Nos casos de impossibilidade de exigência do cumprimento da obrigação principal pelo contribuinte, respondem solidariamente com este nos atos em que intervierem ou pelas omissões de que forem responsáveis:

**I** - os pais, pelos tributos devidos por seus filhos menores;

**II** - os tutores e curadores, pelos tributos devidos por seus tutelados ou curatelados;

**III** - os administradores de bens de terceiros, pelos tributos devidos por estes;

**IV** - o inventariante, pelos tributos devidos pelo espólio;

**V** - o síndico e o comissário, pelos tributos devidos pela massa falida ou pelo concordatário;

**VI** - os tabeliães, escrivães e demais serventuários de ofício, pelos tributos devidos sobre os atos praticados por eles, ou perante eles, em razão do seu ofício;

**VII** - os sócios, no caso de liquidação de sociedade de pessoas.

**Art. 526.** O disposto no **Art. 525** só se aplica, em matéria de penalidades, às de caráter moratório.

**Art. 527.** São pessoalmente responsáveis pelos créditos correspondentes a obrigações tributárias resultantes de atos praticados com excesso de poderes ou infração de lei, contrato social ou estatutos:

**I** - pessoas referidas no **Art. 525** desta lei;

**II** - os mandatários, prepostos e empregados;

**III** - os diretores, gerentes ou representantes de pessoas jurídicas de direito privado.

**Seção IV**  
**Responsabilidade Por Infrações**

**Art. 528.** A responsabilidade por infrações da legislação tributária independe da intenção do agente ou do responsável e da efetividade, natureza e extensão dos efeitos do ato.

**Art. 529.** A responsabilidade é pessoal ao agente:

**I** - quanto às infrações conceituadas por lei como crimes ou contravenções, salvo quando praticadas no exercício regular de administração, mandato, função, cargo ou emprego, ou no cumprimento de ordem expressa emitida por quem de direito;

**II** - quanto às infrações em cuja definição o dolo específico do agente seja elementar;

**III** - quanto às infrações que decorram direta e exclusivamente de dolo específico:

**a)** das pessoas referidas nesta Seção, contra aquelas por quem respondem;

**b)** dos mandatários, prepostos ou empregados, contra seus mandantes, preponentes ou empregadores;



Estado do Tocantins  
Prefeitura Municipal de Oliveira de Fátima

c) dos diretores, gerentes ou representantes de pessoas jurídicas de direito privado, contra estas.

**Art. 530.** A responsabilidade é excluída pela denúncia espontânea da infração, acompanhada, se for o caso, do pagamento do tributo devido e dos juros de mora, ou de depósito da importância arbitrada pela autoridade administrativa, quando o montante do tributo dependa de apuração.

**Art. 531.** Não se considera espontânea a denúncia apresentada após o início de qualquer procedimento administrativo ou medida de fiscalização, relacionados com a infração.

### CAPÍTULO VI OBRIGAÇÕES ACESSÓRIAS

**Art. 532.** Os contribuintes, ou quaisquer responsáveis por tributos são obrigados a cumprir as determinações desta lei, das leis subseqüentes de mesma natureza, bem como dos atos nela previstos, estabelecidos com o fim de facilitar o lançamento, a fiscalização e a cobrança dos tributos.

**Art. 533.** Sem prejuízo do que vier a ser estabelecido de maneira especial, os contribuintes responsáveis por tributos estão obrigados:

**I** - a apresentar declarações e guias e a escriturar em livros próprios os fatos geradores da obrigação tributária, segundo as normas desta lei e dos respectivos regulamentos;

**II** - a conservar e apresentar ao fisco, quando solicitado, qualquer documento que, de algum modo se refira a operações ou situações que constituam fato gerador de obrigações tributárias ou que sirva como comprovante da veracidade dos dados consignados em guias e documentos fiscais;

**III** - a prestar, sempre que solicitados pelas autoridades competentes, informações e esclarecimentos que, a juízo do fisco se refiram a fatos geradores de obrigações tributárias;

**IV** - de modo geral, a facilitar, por todos os meios a seu alcance, as tarefas de cadastramento, lançamento, fiscalização e cobrança dos tributos devidos ao erário municipal.

### TÍTULO III CRÉDITO TRIBUTÁRIO

#### CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

**Art. 534.** O crédito tributário, que é decorrente da obrigação principal, regularmente constituído somente se modifica ou extingue, ou tem sua exigibilidade suspensa ou excluída, nos casos previstos nesta lei, fora quais não podem ser dispensadas a sua efetivação ou as respectivas garantias, sob pena de responsabilidade funcional.

#### CAPÍTULO II CONSTITUIÇÃO

##### Seção I Lançamento



Estado do Tocantins  
Prefeitura Municipal de Oliveira de Fátima

**Art. 535.** O lançamento é o ato privativo da autoridade administrativa destinado a tornar exeqüível o crédito tributário, mediante verificação da ocorrência da obrigação tributária, o cálculo do montante do tributo devido, a identificação do contribuinte, e, sendo o caso, a aplicação de penalidade cabível.

**Art. 536.** O ato de lançamento é vinculado e obrigatório, sob pena de responsabilidade funcional, ressalvadas as hipóteses de exclusão ou suspensão do crédito tributário previstas nesta lei.

**Art. 537.** O lançamento reporta-se a data em que haja surgido a obrigação tributária principal e rege-se pela lei então vigente, ainda que posteriormente modificada ou revogada.

**Art. 538.** Aplica-se ao lançamento a legislação que, posteriormente ao nascimento da obrigação instituindo novos critérios de apuração da base de cálculo, haja estabelecido novos métodos de fiscalização, ampliando os poderes de investigação das autoridades administrativas, ou outorgando maiores garantias e privilégios à Fazenda Pública Municipal, exceto, no último caso, para atribuir responsabilidade tributária a terceiros.

**Art. 539.** Os atos formais relativos aos lançamentos dos tributos ficarão a cargo do órgão fazendário competente.

**Parágrafo Único.** A omissão ou erro de lançamento não isenta o contribuinte do cumprimento da obrigação fiscal, nem de qualquer modo lhe aproveita.

**Art. 540.** O lançamento efetuar-se-á com base em dados constantes do Cadastro Fiscal e declarações apresentadas pelos contribuintes, nas formas e épocas estabelecidas nesta lei.

**§ 1.º** As declarações deverão conter todos os elementos e dados necessários ao conhecimento do fato gerador das obrigações tributárias e a verificação do montante do crédito tributário correspondente.

**§ 2.º** O órgão fazendário competente examinará as declarações para verificar a exatidão dos dados nelas consignados.

**Art. 541.** Com o fim de obter elementos que lhe permita verificar a exatidão das declarações apresentadas pelos contribuintes e responsáveis, e determinar, com precisão, a natureza e o montante dos respectivos créditos tributários, o órgão fazendário competente poderá:

**I** - exigir, a qualquer tempo, a exibição de livros fiscais e comprovantes dos atos e operações que possam constituir fatos geradores de obrigações tributárias;

**II** - fazer diligências, levantamentos e plantões nos locais ou estabelecimentos onde se exercerem as atividades sujeitas a obrigações tributárias ou serviços que constituam matéria imponible;

**III** - exigir informações e comunicações escritas ou verbais;

**IV** - notificar, para comparecer às repartições da prefeitura, o contribuinte ou responsável;

**V** - requisitar o auxílio da força policial para levar a efeito as apreensões, inspeções e interdições fiscais.

**Art. 542.** O lançamento dos tributos e suas modificações serão comunicados aos contribuintes, individual ou globalmente, a critério da administração:

**I** - através de notificação direta, feita como aviso, para servir como guia de recolhimento;

**II** - através de edital publicado no órgão oficial;

**III** - através de edital afixado na Prefeitura.





Estado do Tocantins  
Prefeitura Municipal de Oliveira de Fátima

**Art. 543.** O lançamento regularmente notificado ao sujeito passivo só pode ser alterado em virtude de:

- I** - impugnação do sujeito passivo;
- II** - recurso de ofício;
- III** - iniciativa de ofício da autoridade administrativa, nos casos previstos nesta Lei.

**Art. 544.** A modificação introduzida, de ofício ou em consequência de decisão administrativa ou judicial, nos critérios jurídicos adotados pela autoridade administrativa no exercício do lançamento somente pode ser efetivada, em relação a um mesmo sujeito passivo, quanto a fato gerador ocorrido posteriormente à sua introdução.

**Seção II**  
**Modalidades de Lançamento**

**Art. 545.** O lançamento é efetuado com base na declaração do sujeito passivo ou de terceiro, quando um ou outro, na forma da legislação tributária, presta à autoridade administrativa informações sobre matéria de fato, indispensáveis à sua efetivação.

**§ 1.º** A retificação da declaração por iniciativa do próprio declarante, quando vise a reduzir ou a excluir tributo, só é admissível

mediante comprovação do erro em que se funde, e antes de notificado o lançamento.

**§ 2.º** Os erros contidos na declaração e apuráveis pelo seu exame serão retificados de ofício pela autoridade administrativa a que competir a revisão daquela.

**Art. 546.** Antes de extinto o direito de Finanças Pública Municipal, o lançamento, decorrente ou não de arbitramento, poderá ser efetuado ou revisto de ofício, quando:

**I** - o contribuinte ou o responsável não houver prestado declaração, ou a mesma apresentar-se inexata, por serem falsos ou errôneos os fatos consignados;

**II** - tendo prestado declaração, o contribuinte ou o responsável deixar de atender satisfatoriamente, no prazo e formas legais, pedido de esclarecimento formulado pela autoridade competente;

**III** - por omissão, erro, dolo, fraude ou simulação do sujeito passivo ou de terceiros em benefício daquele, tenha se baseado em dados cadastrais ou declarados que sejam falsos ou inexatos;

**IV** - deva ser apreciado fato não conhecido ou não aprovado por ocasião do lançamento anterior;

**V** - se comprovar que, no lançamento anterior ocorreu dolo, fraude, simulação ou falta funcional da autoridade que o efetuou ou omissão, pela mesma autoridade de ato ou formalidade essencial;

**VI** - se verificar a superveniência de fatores ou provas irrecusáveis incidentes sobre os elementos que constituem cada lançamento.

**CAPÍTULO III**  
**SUSPENSÃO**

**Seção I**  
**Disposições Gerais**

**Art. 547.** Suspendem a exigibilidade do crédito tributário:

- I** - moratória;
- II** - o depósito do seu montante integral ou penhora suficiente de bens;



Estado do Tocantins  
Prefeitura Municipal de Oliveira de Fátima

**III** - as reclamações, os recursos e as consultas, nos termos dos dispositivos legais reguladores do processo tributário fiscal;

**IV** - a concessão de medida liminar em mandado de segurança.

**V** - a concessão de medida liminar ou tutela antecipada, em outras espécies de ação judicial;

**VI** - o parcelamento.

**Seção II**  
**Moratória**

**Art. 548.** O Município poderá conceder moratória, em caráter geral e individual, suspendendo a exigibilidade de créditos tributários e fiscais, mediante despacho do Prefeito, desde que autorizada em lei específica.

**Art. 549.** A lei que conceder moratória em caráter geral ou autorize sua concessão em caráter individual especificará, sem prejuízo de outros requisitos:

**I** - o prazo de duração do favor;

**II** - as condições da concessão do favor em caráter individual;

**III** - sendo caso:

**a)** os créditos tributários e fiscais a que se aplica;

**b)** o número de prestações e seus vencimentos, dentro do prazo a que se refere o inciso I deste **Art. 549**, podendo atribuir a fixação de uns e de outros à autoridade administrativa, para cada caso de concessão em caráter individual;

**c)** as garantias que devem ser fornecidas pelo beneficiário no caso de concessão em caráter individual.

**Art. 550.** A moratória abrange, tão-somente, os créditos tributários e fiscais constituídos à data da lei ou do despacho que a conceder, ou cujo lançamento já tenha sido iniciado àquela data por ato regularmente notificado ao sujeito passivo.

**Parágrafo Único.** A moratória não será concedida nos casos de dolo, fraude ou simulação do sujeito passivo ou de terceiros em benefício daquele.

**CAPÍTULO IV**  
**EXTINÇÃO**

**Seção I**  
**Modalidades**

**Art. 551.** Extinguem o crédito tributário:

**I** - o pagamento;

**II** - a compensação;

**III** - a transação;

**IV** - a remissão;

**V** - a prescrição e a decadência;

**VI** - a conversão de depósito em renda;

**VII** - o pagamento antecipado e a homologação do lançamento;

**VIII** - a consignação em pagamento;

**IX** - a decisão administrativa irreformável, assim entendida a definitiva na órbita administrativa, que não mais possa ser objeto de ação anulatória;

**X** - a decisão judicial passada em julgado.

**XI** - a dação em pagamento em bens imóveis, na forma e condições estabelecidas em lei.



Estado do Tocantins  
Prefeitura Municipal de Oliveira de Fátima

**Seção II**  
**Cobrança e do Recolhimento**

**Art. 552.** A cobrança do crédito tributário e fiscal far-se-á:

- I** – para pagamento a boca do cofre;
- II** – por procedimento amigável;
- III** – mediante ação executiva.

§ 1º A cobrança e o recolhimento do crédito tributário e fiscal far-se-ão pela forma e nos prazos fixados nesta lei.

§ 2º O recolhimento do crédito tributário e fiscal poderá ser feito através de entidades públicas ou privadas, devidamente autorizadas pelo Secretário, responsável pela área fazendária.

§ 3º. Fica o Chefe do Executivo autorizado a realizar licitação com objetivo de selecionar Instituição Financeira de modo a centraliza o Recebimento de Tributos e Preços Públicos Municipais, em conformidade com a Legislação Pertinente.

**Art. 553.** O crédito tributário e fiscal não quitado até o seu vencimento, recolhido espontaneamente pelo contribuinte e no mesmo exercício financeiro do fato gerador, fica sujeito à incidência de:

- I** – juros de mora de 1% (um por cento) ao mês ou fração, devidos a partir do mês seguinte ao vencimento do tributo, calculados sobre o valor corrigido do principal;
- II** – multa de 10% (dez por cento) do valor do tributo corrigido;
- III** – correção monetária, calculada da data do vencimento do crédito tributário, até o efetivo pagamento, nos termos da Legislação Federal específica.

**Parágrafo Único.** A correção monetária será calculada utilizando o INPC (Índice Nacional de Preços ao Consumidor) divulgado pelo IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, ou outro que venha a substituir.

**Art. 554.** Os Documentos de Arrecadação de Receitas Municipais, referentes a créditos tributários e fiscais vencidos terão validade de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de sua emissão.

**Art. 555.** O Documento de Arrecadação de Receitas Municipais, declarações e quaisquer outros documentos necessários ao cumprimento do disposto nesta Seção, obedecerão aos modelos aprovados pelo Secretário, responsável pela área fazendária.

**Seção III**  
**Parcelamento**

**Art. 556.** Poderá ser parcelado, a requerimento do contribuinte, o crédito tributário e fiscal, não quitado até o seu vencimento, que:

- I** – inscrito ou não em Dívida Ativa, ainda que ajuizada a sua cobrança, com ou sem trânsito em julgado;
- II** – tenha sido objeto de notificação ou autuação;
- III** – denunciado espontaneamente pelo contribuinte.

**Art. 557.** O parcelamento de crédito tributário e fiscal, quando ajuizado, deverá ser precedido do pagamento das custas e honorários advocatícios.

**Parágrafo Único.** Deferido o parcelamento, o Procurador Geral do Município autorizará a suspensão da ação de execução fiscal, enquanto estiver sendo cumprido o parcelamento.



Estado do Tocantins  
Prefeitura Municipal de Oliveira de Fátima

**Art. 558.** Fica atribuída, ao Secretário, responsável pela área fazendária, a competência para despachar os pedidos de parcelamento.

**Art. 559.** O parcelamento poderá ser concedido, a critério da autoridade competente, em até **24 (vinte e quatro)** parcelas mensais, atualizadas segundo a variação da Unidade Fiscal do Município - UFM, ou outro índice que venha a substituí-la.

**Parágrafo Único.** O valor mínimo de cada parcela será equivalente a:

**I - 50,00 (cinquenta)** reais, em se tratando de contribuinte pessoa física;

**II - 100,00 (cem)** reais, em se tratando de contribuinte pessoa jurídica.

**Art. 560.** O valor de cada parcela, expresso em moeda corrente, corresponderá ao valor total do crédito, dividido pelo número de parcelas concedidas, sujeitando-se, ainda, à atualização, segundo a variação da Unidade Fiscal do Município - UFM, ou outro índice que venha a substituí-la.

**Parágrafo Único.** Sujeitar-se-á juros de mora de 0,5% (zero vírgula cinco por cento), ao mês ou fração, calculado sobre o valor corrigido monetariamente do crédito tributário, contados da data do vencimento a partir da data base da consolidação.

**Art. 561.** A primeira parcela vencerá 5 (cinco) dias após a concessão do parcelamento e as demais no mesmo dia dos meses subseqüentes.

**Art. 562.** Vencidas e não quitadas 3 (três) parcelas consecutivas, perderá o contribuinte os benefícios desta lei, sendo procedida, no caso de crédito não inscrito em Dívida Ativa, a inscrição do remanescente para cobrança judicial.

**§ 1.º** Em se tratando de crédito já inscrito em Dívida Ativa, proceder-se-á a imediata cobrança judicial do remanescente.

**§ 2.º** Em se tratando de crédito cuja cobrança esteja ajuizada e suspensa, dar-se-á prosseguimento imediato à ação de execução fiscal.

**Art. 563.** O pedido de parcelamento ou de reparcelamento, que será admitido uma única vez, deverá ser formulado pelo sujeito passivo da obrigação tributária ou fiscal, após a assinatura do Termo de Reconhecimento de Dívida.

**Parágrafo Único.** A simples confissão da dívida, acompanhada do seu pedido de parcelamento, não configura denúncia espontânea.

**Art. 564.** Tratando-se de parcelamento de crédito denunciado espontaneamente, referente a impostos cuja forma de lançamento seja por homologação ou declaração, esta deverá ser promovida pelo órgão competente após a quitação da última parcela.

#### Seção IV Restituições

**Art. 565.** O Contribuinte tem direito, independentemente de prévio protesto, a restituição total ou parcial do crédito tributário e fiscal, seja qual for a modalidade de seu pagamento, nos seguintes casos:

**I** - cobrança ou pagamento espontâneo de crédito tributário e fiscal indevido ou maior que o devido em face desta Lei, ou de natureza ou circunstâncias materiais do fato gerador efetivamente ocorrido;

**II** - erro na identificação do contribuinte, na determinação da alíquota aplicável, no cálculo do montante do crédito tributário e fiscal, ou na elaboração ou conferência de qualquer documento relativo ao pagamento;

**III** - reforma, anulação, revogação, ou rescisão de decisão condenatória.



Estado do Tocantins  
Prefeitura Municipal de Oliveira de Fátima

**Art. 566.** A restituição total ou parcial do crédito tributário e fiscal da lugar a restituição, na mesma proporção dos juros de mora e das penalidades pecuniárias, salvo as referentes a infrações de caráter por descumprimento as obrigações acessórias, que não se devam reputar prejudicadas pela causa assecuratória da restituição.

§ 1º. A restituição vence juros não capitalizáveis, a partir do trânsito em julgado da decisão definitiva que a determinar.

§ 2º. Sempre que possível, será realizado uma Auditoria Fiscal no contribuinte que solicitar restituição, a fim de apurar débitos existentes com a Fazenda Pública Municipal.

**Art. 567.** O direito de pleitear a restituição extingue-se com o decurso do prazo de 5 (cinco) anos, contados:

**I** - nas hipóteses previstas nos itens I e II do **Art. 565**, da data do recolhimento indevido;

**II** - nas hipóteses previstas no item III do **Art. 565**, da data em que se tornar definitiva a decisão administrativa, ou passar em julgado a decisão judicial que tenha reformado, anulado, revogado ou rescindindo a decisão condenatória.

**Art. 568.** Prescreve em 2 (dois) anos a ação anulatória da decisão administrativa que denegar a restituição.

**Parágrafo Único.** O prazo de prescrição é interrompido pelo início da ação judicial, recomeçando o seu curso, por metade, a partir da data da intimação validamente feita ao representante judicial de Finanças Pública Municipal.

**Art. 569.** Quando se tratar de crédito tributário e fiscal indevidamente arrecadado, por motivo de erro cometido pelo fisco, ou pelo contribuinte, e apurado pela autoridade competente, a restituição será feita de ofício, mediante determinação do Secretário, responsável pela área fazendária, em representação formulada pelo órgão fazendário e devidamente processada.

**Art. 570.** A restituição de crédito tributário e fiscal, mediante requerimento do contribuinte ou apurada pelo órgão competente, ficará sujeita à atualização monetária, calculada a partir da data do recolhimento indevido.

**Art. 571.** O pedido de restituição será indeferido se o requerente criar qualquer obstáculo ao exame de sua escrita ou documentos, quando isso se torne necessário a verificação da procedência da medida, a juízo da administração.

**Art. 572.** Atendendo à natureza e ao montante do crédito tributário e fiscal a ser restituído, poderá o Secretário, responsável pela área fazendária, determinar que a restituição se processe através da compensação de crédito.

**Seção V**  
**Compensação e da Transação**

**Art. 573.** O Secretário, responsável pela área fazendária, poderá:

**I** - autorizar a compensação de créditos líquidos e certos, vencidos ou á vencer, do sujeito passivo contra a Fazenda Pública Municipal;

**II** - propor a celebração, entre o Município e o sujeito passivo, mediante concessões mútuas, de transação para a terminação do litígio e conseqüente extinção de créditos tributários e fiscais.



Estado do Tocantins  
Prefeitura Municipal de Oliveira de Fátima

**Seção VI**  
**Remissão**

**Art. 574.** O Prefeito Municipal, o Secretário Municipal de Finanças, ou o feche direto da fiscalização, por despacho fundamentado, poderá:

**I** - conceder remissão, total ou parcial, do crédito tributário e fiscal, condicionada à observância de pelo menos um dos seguintes requisitos:

**a)** comprovação, devidamente atestada pelo Órgão Responsável pela Promoção Social, de que a situação econômica do sujeito passivo não permite a liquidação de seu débito;

**b)** constatação de erro ou ignorância escusáveis do sujeito passivo, quanto à matéria de fato;

**c)** diminuta importância de crédito tributário e fiscal;

**d)** considerações de equidade, em relação com as características pessoais ou materiais do caso;

**II** - cancelar administrativamente, de ofício, o crédito tributário e fiscal, quando:

**a)** estiver prescrito;

**b)** o sujeito passivo houver falecido, deixando unicamente bens que, por força de lei, não sejam suscetíveis de execução;

**c)** inscrito em dívida ativa, for de até 50 (cinquenta) UFGs, tornando a cobrança ou execução antieconômica.

**Art. 575.** A remissão não se aplica aos casos em que o sujeito passivo tenha agido com dolo, fraude ou simulação.

**Seção VII**  
**Decadência**

**Art. 576.** O direito de Finanças Pública Municipal constituir o crédito tributário extingue-se após 5 (cinco) anos contados:

**I** - da data da ocorrência do fato gerador, quando se tratar de lançamento por homologação ou declaração; salvo nos casos de dolo, fraude ou simulação;

**II** - do primeiro dia do exercício seguinte àquele em que o lançamento poderia ter sido efetuado;

**III** - da data em que se tornar definitiva a decisão que houver anulado, por vício formal o lançamento anteriormente efetuado.

**Art. 577.** O direito a que se refere este **Art. 576** extingue-se definitivamente com o decurso do prazo nele previsto, contado da data em que tenha sido iniciada a constituição do crédito tributário pela notificação, ao sujeito passivo, de qualquer medida preparatória indispensável ao lançamento.

**Seção VIII**  
**Prescrição**

**Art. 578.** A ação para a cobrança de crédito tributário e fiscal prescreve em 5 (cinco) anos, contados da data da sua constituição definitiva

**Parágrafo Único.** A prescrição se interrompe:

**I** - pela citação pessoal feita ao devedor;

**II** - pelo protesto judicial;

**III** - por qualquer ato judicial que constitua em mora o devedor;



Estado do Tocantins  
Prefeitura Municipal de Oliveira de Fátima

**IV** - por qualquer ato inequívoco ainda que extrajudicial, que importe em reconhecimento do débito pelo devedor.

**CAPÍTULO V  
EXCLUSÃO**

**Seção I  
Disposições Gerais**

**Art. 579.** Excluem o crédito tributário:

- I** - a isenção;
- II** - a anistia.

**Parágrafo Único.** A isenção e a anistia, quando não concedidas em caráter geral, são efetivadas, em cada caso, por despacho do Secretário, responsável pela área fazendária, em requerimento com o qual o interessado faça prova do preenchimento das condições e do cumprimento dos requisitos previsto em lei para a sua concessão.

**Seção II  
Isenção**

**Art. 580.** A isenção é sempre decorrente de lei que especifique as condições e requisitos exigidos para a sua concessão, os tributos a que se aplica e, sendo o caso, o prazo de sua duração.

**Parágrafo Único.** A isenção não será extensiva:

- I** - às contribuições de melhoria;
- II** - aos tributos instituídos posteriormente à sua concessão.

**Seção III  
Anistia**

**Art. 581.** A anistia abrange exclusivamente as infrações cometidas anteriormente à vigência da lei que a concede, não se aplicando:

- I** - aos atos praticados com dolo, fraude ou simulação pelo sujeito passivo ou por terceiro em benefício daquele;
- II** - às infrações resultantes de procedimento ardiloso entre duas ou mais pessoas físicas ou jurídicas.

**Art. 582.** A anistia pode ser concedida:

- I** - em caráter geral;
- II** - limitadamente:
  - a)** às infrações da legislação relativa a determinado tributo;
  - b)** às infrações punidas com penalidades pecuniárias até determinado montante, conjugadas ou não com penalidades de outra natureza;
  - c)** sob condição do pagamento de tributo no prazo fixado pela lei que a conceder.

**TÍTULO IV**



Estado do Tocantins  
Prefeitura Municipal de Oliveira de Fátima

ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA

CAPÍTULO I  
FISCALIZAÇÃO

**Art. 583.** Todas as funções referentes a cadastramento, cobrança, recolhimento, restituição e fiscalização de tributos municipais, aplicação de sanções por infração de disposições desta lei, bem como as medidas de prevenção e repressão às fraudes, serão exercidas pelos órgãos fazendários e repartições a eles subordinados, segundo as suas atribuições.

**Art. 584.** Os órgãos incumbidos da cobrança e fiscalização dos tributos municipais, sem prejuízo do rigor e vigilância indispensáveis ao bom desempenho de suas atividades, darão assistência aos contribuintes sobre a interpretação e fiel observância das leis fiscais.

**Art. 585.** Os órgãos fazendários farão imprimir, distribuir ou autorizar a confecção e comercialização de modelos de declarações e de documentos que devam ser preenchidos obrigatoriamente pelos contribuintes para o efeito de fiscalização, lançamento, cobrança e recolhimento de tributos e preços públicos municipais.

**Art. 586.** A aplicação da Legislação Tributária será privativa das Autoridades Fiscais.

**Art. 587.** São Autoridades Fiscais:

I - o Prefeito;

II - o Secretário, responsável pela área fazendária;

III - os Diretores e os Chefes de Órgãos de Fiscalização;

IV - Os Agentes, da Secretaria, responsável pela área fazendária, incumbidos da Fiscalização dos Tributos Municipais.

**Art. 588.** Mediante intimação escrita, são obrigados a prestar à Autoridade Fiscal no prazo de **30 (trinta) dias**, todas as informações de que disponham com relação aos bens, negócios ou atividades de terceiros:

I - os tabeliães, escrivães e demais serventuários de ofício;

II - os bancos, casas bancárias, caixas econômicas e demais instituições financeiras;

III - as empresas de administração de bens;

IV - os corretores, leiloeiros e despachantes oficiais;

V - os inventariantes;

VI - os síndicos, comissários e liquidatários;

VII - quaisquer outras entidades ou pessoas que a Autoridade Fiscal determinar.

**Parágrafo Único.** A obrigação prevista neste artigo não abrange a prestação de informações quanto a fatos sobre os quais o informante esteja legalmente obrigado a observar segredo em razão de cargo, ofício, função, ministério, atividade ou profissão.

**Art. 589.** Sem prejuízo do disposto na legislação criminal, é vedada a divulgação, para qualquer fim, por parte de Finanças Pública Municipal ou de seus funcionários, de qualquer informação, obtida em razão do ofício, sobre a situação econômica ou financeira dos sujeitos passivos ou de terceiros e sobre a natureza e o estado dos seus negócios ou atividades.

**Art. 590.** A Fazenda Pública Municipal permutará elementos de natureza fiscal com as Fazendas Federal e Estadual, na forma a ser estabelecida em convênio entre elas celebrado, ou independentemente deste ato, sempre que solicitada.

**Art. 591.** No caso de desacato ou de embaraço ao exercício de suas funções ou quando seja necessária a efetivação de medidas acauteladoras no interesse do fisco, ainda que





Estado do Tocantins  
Prefeitura Municipal de Oliveira de Fátima

não configure fato definido como crime, a Autoridade Fiscal poderá, pessoalmente ou através das repartições a que pertencerem, requisitar o auxílio de força policial.

**Art. 592.** Os empresários ou responsáveis por casas, estabelecimentos, locais ou empresas de diversões franquearão os seus salões de exibição ou locais de espetáculos, bilheterias e demais dependências, à Autoridade Fiscal, desde que, portadora de documento de identificação, esteja no exercício regular de sua função.

**CAPÍTULO II  
DÍVIDA ATIVA**

**Art. 593.** Constitui Dívida Ativa de Finanças Pública Municipal os créditos de natureza tributária ou não-tributária, regularmente inscritos na repartição administrativa competente, depois de esgotado o prazo fixado, para pagamento, por lei ou por decisão final proferida em processo regular.

§ 1.º A inscrição far-se-á, após o exercício, quando se tratar de tributos lançados por exercício, e, nos demais casos, a inscrição será feita após o vencimento dos prazos previstos para pagamento, sem prejuízo dos acréscimos legais e moratórios.

§ 2.º A inscrição do débito não poderá ser feita na Dívida Ativa enquanto não forem decidido definitivamente a reclamação, o recurso ou o pedido de reconsideração.

§ 3.º Ao contribuinte não poderá ser negada certidão negativa de débito ou de quitação, desde que garantido o débito fiscal questionado, através de caução do seu valor, em espécie.

**Art. 594.** São de natureza tributária os créditos provenientes de obrigações legais relativas à tributos e respectivos adicionais e multas.

**Art. 595.** São de natureza não-tributária os demais créditos decorrentes de obrigações, de qualquer origem ou modalidade, exceto as tributárias, devidas à Fazenda Pública Municipal.

**Art. 596.** Os créditos de Finanças Pública Municipal, de natureza tributária ou não tributária, serão escriturados como receita do exercício em que forem arrecadados, nas respectivas rubricas orçamentárias.

**Parágrafo Único.** Os créditos de Finanças Pública Municipal, de natureza tributária ou não tributária, exigíveis pelo transcurso do prazo para pagamento, serão inscritos, na forma da legislação própria, como dívida ativa, em registro próprio, depois de efetuado o controle administrativo de sua legalidade e de apurada a sua liquidez e a sua certeza.

**Art. 597.** A DAFAM – Dívida Ativa de Finanças Pública Municipal é constituída pela:

**I** – DAT – Dívida Ativa Tributária;

**II** – DNT – Dívida Ativa Não Tributária.

§ 1.º A DAT – Dívida Ativa Tributária é constituída pelos créditos de Finanças Pública Municipal, de natureza tributária, exigíveis pelo transcurso do prazo para pagamento, inscritos, na forma da legislação própria, como dívida ativa, em registro próprio, depois de efetuado o controle administrativo de sua legalidade e de apurada a sua liquidez e a sua certeza.

§ 2.º A DNT – Dívida Ativa Não Tributária é constituída pelos créditos de Finanças Pública Municipal, de natureza não tributária, exigíveis pelo transcurso do prazo para pagamento, inscritos, na forma da legislação própria, como Dívida Ativa, em registro próprio, depois de efetuado o controle administrativo de sua legalidade e de apurada a sua liquidez e a sua certeza.



Estado do Tocantins  
Prefeitura Municipal de Oliveira de Fátima

**CAPÍTULO III**  
**DAT – DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA**

**Art. 598.** A DAT – Dívida Ativa Tributária, constituída pelos créditos de Finanças Pública Municipal, de natureza tributária, regularmente inscrita na repartição administrativa competente, depois de esgotado o prazo fixado, para pagamento, pela lei ou por decisão final proferida em processo regular, é a proveniente:

- I – de obrigação legal relativa a tributos;
- II – dos respectivos adicionais sobre obrigação legal relativa a tributos.

§ 1.º A obrigação legal relativa a tributos é a obrigação de pagar:

- I – tributo;
- II – penalidade pecuniária tributária.

§ 2.º Os respectivos adicionais sobre obrigação legal relativa a tributos são:

- I – atualização monetária;
- II – multa;
- III – multa de mora;
- IV – juros de mora.

**Art. 599.** A Dívida Ativa Tributária, regularmente inscrita, goza da presunção de certeza e liquidez e tem o efeito de prova pré-constituída.

**CAPÍTULO IV**  
**DNT – DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA**

**Art. 600.** A DNT – Dívida Ativa Não Tributária, constituída pelos créditos de Finanças Pública Municipal, de natureza não tributária, é a proveniente:

- I – de obrigação legal não relativa a tributos;
- II – dos respectivos adicionais sobre obrigação legal não relativa a tributos.

§ 1.º A obrigação legal não relativa a tributos é a obrigação de pagar:

- I – contribuições estabelecidas em lei;
- II – multas de qualquer origem ou natureza, exceto as tributárias;
- III – foros, laudêmios, alugueis ou preços de ocupação;
- IV – custas processuais;
- V – preços de serviços prestados por estabelecimentos públicos;
- VI – indenizações, reposições, restituições, alcances dos responsáveis definitivamente

julgados;

- VII – créditos, não tributários, decorrentes de obrigações em moeda estrangeira;
- VIII – sub-rogação de hipoteca, de fiança, de aval ou de outra garantia;
- IX – contratos em geral;
- X – outras obrigações legais, que não as tributárias;

§ 2.º Os respectivos adicionais sobre obrigação legal não relativa a tributos são:

- I – atualização monetária;
- II – multa;
- III – multa de mora;
- IV – juros de mora;
- V – Demais adicionais.

**Art. 601.** A Dívida Ativa Não Tributária, regularmente inscrita, goza da presunção de certeza e liquidez.

**Parágrafo único.** A presunção de certeza e liquidez da Dívida Ativa Não Tributária é relativa e pode ser ilidida por prova inequívoca, a cargo do executado ou de terceiro, a quem aproveite.



Estado do Tocantins  
Prefeitura Municipal de Oliveira de Fátima

**CAPÍTULO V**  
**TIDA-T – TERMO DE INSCRIÇÃO**  
**DA DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA**

**Art. 602.** O Termo de Inscrição da Dívida Ativa Tributária:

**I** – deverá ser autenticado pelo responsável pelo Órgão de Dívida Ativa;

**II** – indicará obrigatoriamente:

- a) o nome do devedor e, sendo caso, o dos co-responsáveis, bem como, sempre que possível, o domicílio ou a residência de um e de outros;
- b) a quantia devida e a metodologia de cálculo dos juros de mora acrescidos;
- c) a origem, a natureza e a fundamentação legal do crédito tributário;
- d) a data em que foi inscrita;
- e) sendo caso, o número do processo administrativo de que se originar o crédito.

§ 1.º O Termo de Inscrição da Dívida Ativa Tributária será preparado e numerado por processo eletrônico.

§ 2.º O modelo do Termo de Inscrição da Dívida Ativa Tributária será instituído pela Secretária de Finanças Municipal.

**CAPÍTULO VI**  
**LRDA-T – LIVRO DE REGISTRO**  
**DA DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA**

**Art. 603.** O Livro de Registro da Dívida Ativa Tributária:

**I** – é de uso obrigatório para escriturar os Termos de Inscrição da Dívida Ativa Tributária:

**II** – será escriturado, anualmente, em linhas e em folhas numeradas, eletronicamente, ou manualmente, em ordem crescente;

**III** – indicará obrigatoriamente:

- a) o nome do devedor e, sendo caso, o dos co-responsáveis;
- b) a quantia devida;
- c) o número do registro, numerado, por linhas em folhas, eletronicamente, ou manualmente em ordem crescente;
- d) a data e o número da folha do registro da inscrição;
- e) o número do livro, bem como o exercício a que se refere;

**IV** – deverá ser autenticado pelo responsável pelo Órgão de Dívida Ativa.

§ 1.º O Livro de Registro da Dívida Ativa Tributária será preparado e numerado por processo eletrônico, ou manualmente.

§ 2.º O modelo do Livro de Registro da Dívida Ativa Tributária será Instituído pela Secretaria de Finanças Municipal.

**CAPÍTULO VII**  
**CDA-T – CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA**

**Art. 604.** A CDA-T – Certidão de Dívida Ativa Tributária:

**I** – deverá ser autenticada pelo responsável pelo Órgão de Dívida Ativa;

**II** – indicará obrigatoriamente:

- a) o nome do devedor e, sendo caso, o dos co-responsáveis, bem como, sempre que possível o domicílio ou a residência de um e de outros;



Estado do Tocantins  
Prefeitura Municipal de Oliveira de Fátima

- b) a quantia devida e a metodologia de cálculo dos juros de mora acrescidos;
- c) a origem, a natureza e a fundamentação legal do crédito tributário;
- d) a data em que foi inscrita;
- e) sendo caso, o número do processo administrativo de que se originar o crédito;
- f) a indicação do livro e da folha da inscrição.

§ 1.º A Certidão de Dívida Ativa Tributária será preparado e numerado por processo eletrônico.

§ 2.º O modelo da Certidão de Dívida Ativa Tributária será Instituído pela Secretaria de Finanças Municipal.

### CAPÍTULO VIII

#### TIDA-NT-TERMO DE INSCRIÇÃO DA DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA

**Art. 605.** O Termo de Inscrição da Dívida Ativa Não Tributária deverá conter:

**I** - O nome do devedor, dos co-responsáveis e, sempre que conhecido, o domicílio ou a residência de um e de outros;

**II** - O Valor Originário da Dívida;

**III** - O Termo Inicial;

**IV** - A metodologia de cálculo:

a) dos Juros de Mora;

b) dos Demais Encargos previstos em lei ou contrato;

**V** - A origem, a natureza e a fundamentação legal ou contratual da dívida;

**VI** - a indicação, se for o caso, de estar à dívida sujeita à AM - Atualização Monetária, bem como o respectivo fundamento legal e o Termo Inicial para o cálculo;

**VII** - a data e o Número da Inscrição, no registro de dívida ativa;

**VIII** - o Número do Processo Administrativo ou do Auto de Infração, se neles estiver apurado o valor da dívida.

§ 1.º O Termo de Inscrição da Dívida Ativa Não Tributária será preparado e numerado por processo eletrônico, ou manualmente.

§ 2.º O modelo do Termo de Inscrição da Dívida Ativa Não Tributária instituído pela Secretaria Municipal de Finanças.

### CAPÍTULO IX

#### LRDA-NT - LIVRO DE REGISTRO DA DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA

**Art. 606.** O Livro de Registro da Dívida Ativa Não Tributária:

**I** - é de uso obrigatório para escriturar os Termos de Inscrição da Dívida Ativa Não Tributária;

**II** - será escriturado, anualmente, em linhas e em folhas numeradas, eletronicamente, em ordem crescente;

**III** - indicará obrigatoriamente:

a) o nome do devedor e, sendo caso, o dos co-responsáveis;

b) o valor originário;

c) o número do registro, numerado, por linhas em folhas, eletronicamente, em ordem crescente;

d) a data e o número da folha do registro da inscrição;

e) o número do livro, bem como o exercício a que se refere;

**IV** - deverá ser autenticado pelo responsável pelo Órgão de Dívida Ativa.



Estado do Tocantins  
Prefeitura Municipal de Oliveira de Fátima

§ 1.º O Livro de Registro da Dívida Ativa Não Tributária será preparado e numerado por processo eletrônico, ou manualmente.

§ 2.º O modelo do Livro de Registro da Dívida Ativa será instituído pela Secretaria Municipal de Finanças.

**CAPÍTULO X**  
**CDA-NT – CERTIDÃO DE DÍVIDA ATIVA NÃO TRIBUTÁRIA**

**Art. 607.** A Certidão de Dívida Ativa Não Tributária deverá conter:

**I** – o nome do devedor, dos co-responsáveis e, sempre que conhecido, o domicílio ou a residência de um e de outros;

**II** – o Valor Originário da Dívida;

**III** – o Termo Inicial;

**IV** – a metodologia de cálculo:

**a)** dos Juros de Mora;

**b)** dos DE – Demais Encargos previstos em lei ou contrato;

**V** – a origem, a natureza e a fundamentação legal ou contratual da dívida;

**VI** – a indicação, se for o caso, de estar à dívida sujeita à Atualização Monetária, bem como o respectivo fundamento legal e o Termo Inicial para o cálculo;

**VII** – a data e o Número da Inscrição, no registro de dívida ativa;

**VIII** – o Número do Processo Administrativo ou do Auto de Infração, se neles estiver apurado o valor da dívida.

§ 1.º A Certidão de Dívida Ativa Não Tributária será preparado e numerado por processo eletrônico.

§ 2.º O modelo da Certidão de Dívida Ativa Não Tributária será instituído pela Secretaria Municipal de Finanças.

§ 3.º A Certidão de Dívida Ativa Não Tributária será autenticada pelo responsável pelo Órgão de Dívida Ativa.

§ 4.º A Certidão de Dívida Ativa Não Tributária poderá substituir o Termo de Inscrição da Dívida Ativa Não Tributária.

§ 5.º Até a decisão de primeira instância, a Certidão de Dívida Ativa Não Tributária poderá ser emendada ou substituída, assegurada ao executado a devolução do prazo para embargos.

**CAPÍTULO XI**  
**NULIDADE DA INSCRIÇÃO E DO PROCESSO**  
**DE COBRANÇA DA DÍVIDA ATIVA TRIBUTÁRIA**

**Art. 608.** São causas de nulidade da inscrição na Dívida Ativa Tributária e, por conseguinte, também, do Processo de Cobrança da Dívida Ativa Tributária, a omissão, no Termo de Inscrição da Dívida Ativa Tributária:

**I** – da autenticação do responsável pelo Órgão de Dívida Ativa;

**II** – da indicação:

**a)** do nome do devedor e, sendo caso, o dos co-responsáveis;

**b)** da quantia devida e da metodologia de cálculo dos juros de mora acrescidos;

**c)** da origem, da natureza e da fundamentação legal do crédito tributário;

**d)** da data de inscrição da Dívida Ativa Tributária;

**e)** havendo, do número do processo administrativo que originou o crédito tributário.



Estado do Tocantins  
**Prefeitura Municipal de Oliveira de Fátima**

**Art. 609.** São causas de nulidade da inscrição na Dívida Ativa Tributária e, por consequência, também, do Processo de Cobrança da Dívida Ativa Tributária, o erro, no Termo de Inscrição da Dívida Ativa Tributária:

- I** - na autenticação do responsável pelo Órgão de Dívida Ativa;
- II** - na indicação:
  - a) do nome do devedor e, sendo caso, o dos co-responsáveis;
  - b) da quantia devida e da metodologia de cálculo dos juros de mora acrescidos;
  - c) da origem, da natureza e da fundamentação legal do crédito tributário;
  - d) da data de inscrição da Dívida Ativa Tributária;
  - e) havendo, do número do processo administrativo que originou o crédito tributário.

**Art. 610.** São causas de nulidade da inscrição na Dívida Ativa Tributária e, por conseguinte, também, do Processo de Cobrança da Dívida Ativa Tributária, a omissão, na Certidão de Dívida Ativa Tributária:

- I** - da autenticação do responsável pelo Órgão de Dívida Ativa;
- II** - da indicação:
  - a) do nome do devedor e, sendo caso, o dos co-responsáveis;
  - b) da quantia devida e da metodologia de cálculo dos juros de mora acrescidos;
  - c) da origem, da natureza e da fundamentação legal do crédito tributário;
  - d) da data de inscrição da Dívida Ativa Tributária;
  - e) havendo, do número do processo administrativo que originou o crédito tributário;
  - f) da indicação do livro e da folha da inscrição da Dívida Ativa Tributária.

**Art. 611.** São causas de nulidade da inscrição na Dívida Ativa Tributária e, por consequência, também, do Processo de Cobrança da Dívida Ativa Tributária, o erro, na Certidão de Dívida Ativa Tributária:

- I** - na autenticação do responsável pelo Órgão de Dívida Ativa;
- II** - na indicação:
  - a) do nome do devedor e, sendo caso, o dos co-responsáveis;
  - b) da quantia devida e da metodologia de cálculo dos juros de mora acrescidos;
  - c) da origem, da natureza e da fundamentação legal do crédito tributário;
  - d) da data de inscrição da Dívida Ativa Tributária;
  - e) havendo, do número do processo administrativo que originou o crédito tributário;
  - f) da indicação do livro e da folha da inscrição da Dívida Ativa Tributária.

**Art. 612.** A nulidade da inscrição e do processo de cobrança da Dívida Ativa Tributária poderá ser sanada antes de proferida a decisão de primeira instância judicial, mediante substituição da Certidão de Dívida Ativa Tributária nula, devolvido ao sujeito passivo, acusado ou interessado, o prazo para defesa, que somente poderá versar sobre a parte modificada.

§ 1.º Depois de proferida a decisão de primeira instância judicial, a Certidão de Dívida Ativa Tributária não mais poderá ser substituída.

§ 2.º A anulação da inscrição e do processo de cobrança da Dívida Ativa Tributária, não, necessariamente, implica cancelamento do crédito tributário.

§ 3.º Estando, ainda, dentro do prazo prescricional, pode a Fazenda Pública Municipal, novamente, inscrever o crédito tributário na Dívida Ativa Tributária, lavrando, desta vez, corretamente, o Termo de Inscrição em Dívida Ativa Tributária e a Certidão de Dívida Ativa Tributária, abrindo, assim, novo processo de cobrança da Dívida Ativa Tributária.

**CAPÍTULO XII**  
**PAD – PROCESSO ADMINISTRATIVO DE INSCRIÇÃO**  
**DA DAFAM – DÍVIDA ATIVA**  
**DE FINANÇAS PÚBLICA MUNICIPAL**



Estado do Tocantins  
Prefeitura Municipal de Oliveira de Fátima

**Art. 613.** O Processo Administrativo de Inscrição de Dívida Ativa de Finanças Pública Municipal deverá ser mantido no Órgão responsável pela Dívida Ativa.

§ 1.º Havendo requisição pelas partes, pelo juiz ou pelo ministério público, serão extraídas cópias autenticadas ou certidões do Processo Administrativo de Inscrição de Dívida Ativa de Finanças Pública Municipal.

§ 2.º Mediante requisição do Juiz à repartição competente, com dia e hora previamente marcados, poderá o Processo Administrativo de Inscrição de Dívida Ativa de Finanças Pública Municipal ser exibido na sede do juízo, pelo funcionário para esse fim designado, lavrando o serventuário termo da ocorrência, com indicação, se for o caso, das peças a serem trasladadas.

**Art. 614.** O Processo Administrativo de Inscrição de Dívida Ativa de Finanças Pública Municipal será:

**I** – Aberto pelo responsável pelo Órgão de Dívida Ativa;

**II** – Preparado e numerado por processo eletrônico, ou manual;

**III** – Formado, cronologicamente, pelo Mapa de Controle Administrativo da Legalidade, pelo Mapa de Apuração da Liquidez e da Certeza, pelo Termo de Inscrição de Dívida Ativa e pela Certidão de Dívida Ativa.

**CAPÍTULO XIII**  
**CAL-T – CONTROLE ADMINISTRATIVO DA LEGALIDADE**  
**DO CRÉDITO DE FINANÇAS PÚBLICA MUNICIPAL**  
**DE NATUREZA TRIBUTÁRIA**

**Art. 615.** Para o Município estabelecer Controle Administrativo da Legalidade dos Tributos Vencidos, objetivando a Apuração Administrativa de sua Liquidez e Certeza, com a Finalidade de inscrevê-lo na Dívida Ativa Tributária, deverá efetuar 5 (cinco) Subcontroles Administrativos da Legalidade.

**Art. 616.** O 1º (primeiro) Subcontrole Administrativo da Legalidade é o Subcontrole do Princípio da Privatidade.

§ 1.º O Subcontrole do Princípio da Privatidade é a Verificação da Titularidade da Competência Tributária.

§ 2.º A Verificação da Titularidade da Competência Tributária é a constatação se o Município, como a Pessoa Política Titular da Competência Tributária Privativa, está Cobrando um dos Tributos: IPTU, ITBI, ISSQN, Taxa de Poder de Polícia da Competência Municipal, Taxa de Serviço Público Específico ou Divisível da Competência Municipal, ou Contribuição de Melhoria.

**Art. 617.** O 2º (segundo) Subcontrole Administrativo da Legalidade é o Subcontrole do Princípio da Facultatividade.

§ 1.º O Subcontrole do Princípio da Facultatividade é a Verificação do Exercício da Competência Tributária.

§ 2.º A Verificação Exercício da Competência Tributária é a constatação se o Município, como a Pessoa Política Titular da Competência Tributária Privativa, editou Lei instituindo um dos Tributos: IPTU, ITBI, ISSQN, Taxa de Poder de Polícia da Competência Municipal, Taxa de Serviço Público Específico ou Divisível da Competência Municipal, ou Contribuição de Melhoria.

**Art. 618.** O 3º (terceiro) Subcontrole Administrativo da Legalidade é o Subcontrole do Princípio da Permissividade.

§ 1.º O Subcontrole do Princípio da Permissividade é a Verificação da Imunidade e das Vedações Tributárias.

§ 2.º A Verificação da Imunidade Tributária é a constatação se o sujeito passivo, além de apresentar o perfil, atende às exigências legais para gozar do benefício constitucional.



Estado do Tocantins  
Prefeitura Municipal de Oliveira de Fátima

§ 3.º A Verificação das Vedações Tributárias é a constatação se na constituição do crédito tributário, foram observados os Princípios da Reserva Legal, da Igualdade Tributária, da Anterioridade, da Anualidade e da Não-Utilização do Tributo com Efeito de Confisco.

**Art. 619.** O 4º (quarto) Subcontrole Administrativo da Legalidade é o Subcontrole do Princípio da Executoriedade.

§ 1.º O Subcontrole do Princípio da Executoriedade é a Verificação da Norma Constitucional de Competência Tributária e da Regra Infraconstitucional de Capacidade Tributária.

§ 2.º A Verificação da Norma Constitucional de Competência Tributária e da Regra Infraconstitucional de Capacidade Tributária é a constatação se o Fato Gerador, a Hipótese de Incidência, o Sujeito Passivo, a Base de Cálculo e a Alíquota são compatíveis com o tributo, estabelecendo consistências com a Constituição Federal, o Código Tributário Nacional, a Legislação Federal, a Lei Orgânica do Município e a Legislação Tributária Municipal.

**Art. 620.** O 5º (quinto) Subcontrole Administrativo da Legalidade é o Subcontrole do Princípio da Exigibilidade.

§ 1.º O Subcontrole do Princípio da Exigibilidade é a Verificação da Regra Infraconstitucional de Análise de Crédito Tributário.

§ 2.º A Verificação da Regra Infraconstitucional de Análise de Crédito Tributário é a constatação se a Exigibilidade do Crédito Tributário não está:

**I** – Suspensa, pesquisando a existência de moratória, de depósito do seu montante integral, de reclamações e de recursos, nos termos das leis reguladoras do processo tributário administrativo, de concessão de medida liminar em mandado de segurança, de concessão de medida liminar ou de tutela antecipada, em outras espécies de ação judicial e de parcelamento;

**II** – Extinta, pesquisando a existência de pagamento, de compensação, de transação, de remissão, de prescrição, de decadência, de conversão de depósito em renda, de pagamento antecipado e de homologação do lançamento, de consignação em pagamento, de decisão administrativa irreformável, de decisão judicial passada em julgado e de dação em pagamento em bens imóveis;

**III** – Excluída, pesquisando a existência de isenção e de anistia.

**Art. 621.** O Controle Administrativo da Legalidade de Tributo Vencido deverá ser efetuado através do Mapa de Controle Administrativo da Legalidade Tributária.

§ 1.º O Mapa de Controle Administrativo da Legalidade Tributária será preparado e numerado por processo eletrônico, ou manual.

§ 2.º O modelo do Mapa de Controle Administrativo da Legalidade Tributária será instituído pela Secretaria Municipal de Finanças.

§ 3.º O Mapa de Controle Administrativo da Legalidade Tributária será autenticado pelo responsável pelo Órgão de Dívida Ativa.

#### CAPÍTULO XIV

#### ALIC-T – APURAÇÃO ADMINISTRATIVA DA LIQUIDEZ E DA CERTEZA DO CRÉDITO DE FINANÇAS PÚBLICA MUNICIPAL DE NATUREZA TRIBUTÁRIA

**Art. 622.** Para o Município estabelecer Apuração Administrativa da Liquidez e da Certeza dos Tributos Vencidos, com a Finalidade de inscrevê-lo na Dívida Ativa Tributária, deverá efetuar 6 (seis) Sub-apurações Administrativas da Certeza e da Liquidez.

§ 1.º A 1ª (primeira) Sub-apuração Administrativa da Certeza e da Liquidez é a Sub-apuração Administrativa da Certeza e da Liquidez da Base de Cálculo.





Estado do Tocantins  
Prefeitura Municipal de Oliveira de Fátima

**§2º.** A Sub-apuração Administrativa da Certeza e da Liquidez da Base de Cálculo é a Verificação da sua Fundamentação Legal e da sua Metodologia de Apuração.

**Art. 623.** A 2ª (segunda) Sub-apuração Administrativa da Certeza e da Liquidez é a Sub-apuração Administrativa da Certeza e da Liquidez da Alíquota.

**Parágrafo Único.** A Sub-apuração Administrativa da Certeza e da Liquidez da Alíquota é a Verificação da sua Fundamentação Legal e da sua Metodologia de Apuração.

**Art. 624.** A 3ª (terceira) Sub-apuração Administrativa da Certeza e da Liquidez é a Sub-apuração Administrativa da Certeza e da Liquidez da Atualização Monetária.

**Parágrafo Único.** A Sub-apuração Administrativa da Certeza e da Liquidez da Atualização Monetária é a Verificação da sua Fundamentação Legal e da sua Metodologia de Cálculo.

**Art. 625.** A 4ª (quarta) Sub-apuração Administrativa da Certeza e da Liquidez é a SALIC – Sub-apuração Administrativa da Certeza e da Liquidez da Multa.

**Parágrafo único.** A Sub-apuração Administrativa da Certeza e da Liquidez da Multa é a Verificação da sua Fundamentação Legal e da sua Metodologia de Cálculo.

**Art. 626.** A 5ª (quinta) Sub-apuração Administrativa da Certeza e da Liquidez é a Sub-apuração Administrativa da Certeza e da Liquidez da Multa de Mora.

**Parágrafo Único.** A Sub-apuração Administrativa da Certeza e da Liquidez da Multa de Mora é a Verificação da sua Fundamentação Legal e da sua Metodologia de Cálculo.

**Art. 627.** A 6ª (sexta) Sub-apuração Administrativa da Certeza e da Liquidez é a Sub-apuração Administrativa da Certeza e da Liquidez dos Juros de Mora.

**Parágrafo Único.** A Sub-apuração Administrativa da Certeza e da Liquidez dos Juros de Mora é a Verificação da sua Fundamentação Legal e da sua Metodologia de Cálculo.

**Art. 628.** A Apuração Administrativa da Liquidez e da Certeza dos Tributos Vencidos deverá ser efetuada através do Mapa de Apuração da Liquidez e da Certeza Tributária.

**§ 1.º** O Mapa de Apuração da Liquidez e da Certeza Tributária será preparado e numerado por processo eletrônico.

**§ 2.º** O modelo do Mapa de Apuração da Liquidez e da Certeza Tributária será instituído pela Secretaria Municipal de Finanças.

**§ 3.º** O Mapa de Apuração da Liquidez e da Certeza Tributária será autenticado pelo responsável pelo Órgão de Dívida Ativa.

**Art. 629.** A fluência de juros de mora na dinamização da composição da Dívida Ativa Tributária não exclui, não desfigura, não descaracteriza e nem afeta o caráter estático de liquidez do Crédito de Natureza Tributária de Finanças Pública Municipal.

**CAPÍTULO XV**  
**CAL-NT – CONTROLE ADMINISTRATIVO DA LEGALIDADE**  
**DO CRÉDITO DE FINANÇAS PÚBLICA MUNICIPAL**  
**DE NATUREZA NÃO TRIBUTÁRIA**

**Art. 630.** Para o Município estabelecer Controle Administrativo da Legalidade dos Créditos Não Tributários Vencidos, objetivando a Apuração Administrativa de sua Liquidez e Certeza, com a Finalidade de inscrevê-lo na DNT – Dívida Ativa Não Tributária, deverá efetuar 5 (cinco) Subcontroles Administrativos da Legalidade.



Estado do Tocantins  
Prefeitura Municipal de Oliveira de Fátima

**Art. 631.** O 1º (primeiro) Subcontrole Administrativo da Legalidade é o Subcontrole do Princípio da Privatividade.

§ 1.º O Subcontrole do Princípio da Privatividade é a Verificação da Titularidade da Competência Creditícia.

§ 2.º A Verificação da Titularidade da Competência Creditícia é a constatação se o Município, como a Pessoa Política Titular da Competência Creditícia Privativa, está Cobrando um Crédito Não Tributário que lhe pertence.

**Art. 632.** O 2º (segundo) Subcontrole Administrativo da Legalidade é o Subcontrole do Princípio da Facultatividade.

§ 1.º O Subcontrole do Princípio da Facultatividade é a Verificação do Exercício da Competência Creditícia.

§ 2.º A Verificação Exercício da Competência Creditícia é a constatação se o Município, como a Pessoa Política Titular da Competência Creditícia Privativa, editou Lei instituindo ou assinou Contrato fazendo jus a um Crédito Não Tributário que lhe pertence.

**Art. 633.** O 3º (terceiro) Subcontrole Administrativo da Legalidade é o Subcontrole do Princípio da Permissividade.

§ 1.º O Subcontrole do Princípio da Permissividade é a Verificação de Impedimento Legal ou de Vedação Contratual.

§ 2.º A Verificação do Impedimento Legal é a constatação se o Município não está sendo alcançado por algum Diploma Legal que o impeça de receber o crédito de natureza não tributária.

§ 3.º A Verificação da Vedação Contratual é a constatação se o Município não está sendo alcançado por alguma Cláusula Proibitiva que o impeça de receber o crédito de natureza não tributária.

**Art. 634.** O 4º (quarto) Subcontrole Administrativo da Legalidade é o Subcontrole do Princípio da Executoriedade.

§ 1.º O Subcontrole do Princípio da Executoriedade é a Verificação da Norma Legal de Competência Creditícia ou da Cláusula Contratual de Capacidade Creditícia.

§ 2.º A Verificação da Norma Legal de Competência Creditícia é a constatação se há Fundamentação Legal para a cobrança do crédito de natureza não tributária.

§ 3.º A Verificação da Cláusula Contratual de Capacidade Creditícia é a constatação se há Embassamento Contratual para a cobrança do crédito de natureza não tributária.

**Art. 635.** O 5º (quinto) Subcontrole Administrativo da Legalidade é o Subcontrole do Princípio da Exigibilidade.

§ 1.º O Subcontrole do Princípio da Exigibilidade é a Verificação da Análise do Crédito Não Tributário.

§ 2.º A Verificação da Análise do Crédito Não Tributário é a constatação se a Exigibilidade do Crédito Não Tributário não está:

**I** - Suspensa, pesquisando a existência de moratória, de depósito do seu montante integral, de reclamações e de recursos, nos termos das leis reguladoras do processo administrativo, de concessão de medida liminar em mandado de segurança, de concessão de medida liminar ou de tutela antecipada, em outras espécies de ação judicial e de parcelamento;

**II** - Extinta, pesquisando a existência de pagamento, de compensação, de transação, de remissão, de prescrição, de decadência, de conversão de depósito em renda, de consignação em pagamento, de decisão administrativa irreformável, de decisão judicial passada em julgado e de dação em pagamento em bens imóveis;

**III** - Excluída, pesquisando a existência de perdão de crédito não tributário.



Estado do Tocantins  
Prefeitura Municipal de Oliveira de Fátima

**Art. 636.** O Controle Administrativo da Legalidade de Crédito Não Tributário Vencido deverá ser efetuado através do Mapa de Controle Administrativo da Legalidade Não Tributária.

§ 1.º O Mapa de Controle Administrativo da Legalidade Não Tributária será preparado e numerado por processo eletrônico.

§ 2.º O modelo do Mapa de Controle Administrativo da Legalidade Não Tributária será instituído pela Secretaria Municipal de Finanças.

§ 3.º O Mapa de Controle Administrativo da Legalidade Não Tributária será autenticado pelo responsável pelo Órgão de Dívida Ativa.

## CAPÍTULO XVI

### ALIC-NT – APURAÇÃO ADMINISTRATIVA DA LIQUIDEZ E DA CERTEZA DO CRÉDITO DE FINANÇAS PÚBLICA MUNICIPAL DE NATUREZA NÃO TRIBUTÁRIA

**Art. 637.** Para o Município estabelecer Apuração Administrativa da Liquidez e da Certeza dos Créditos Não Tributários Vencidos, com a Finalidade de inscrevê-lo na Dívida Ativa Não Tributária, deverá efetuar 6 (seis) Sub-apurações Administrativas da Certeza e da Liquidez.

**Art. 638.** A 1ª (primeira) Sub-apuração Administrativa da Certeza e da Liquidez é a SALIC – Sub-apuração Administrativa da Certeza e da Liquidez do Principal.

**Parágrafo Único.** A Sub-apuração Administrativa da Certeza e da Liquidez do Principal é a Verificação da sua Fundamentação Legal ou Contratual e da sua Metodologia de Apuração.

**Art. 639.** A 2ª (segunda) Sub-apuração Administrativa da Certeza e da Liquidez é a Sub-apuração Administrativa da Certeza e da Liquidez da Atualização Monetária.

**Parágrafo Único.** A Sub-apuração Administrativa da Certeza e da Liquidez da Atualização Monetária é a Verificação da sua Fundamentação Legal ou Contratual da sua Metodologia de Cálculo.

**Art. 640.** A 3ª (terceira) Sub-apuração Administrativa da Certeza e da Liquidez é a Sub-apuração Administrativa da Certeza e da Liquidez da Multa.

**Parágrafo Único.** A Sub-apuração Administrativa da Certeza e da Liquidez da Multa é a Verificação da sua Fundamentação Legal ou Contratual da sua Metodologia de Cálculo.

**Art. 641.** A 4ª (quarta) Sub-apuração Administrativa da Certeza e da Liquidez é a Sub-apuração Administrativa da Certeza e da Liquidez da Multa de Mora.

**Parágrafo Único.** A Sub-apuração Administrativa da Certeza e da Liquidez da Multa de Mora é a Verificação da sua Fundamentação Legal ou Contratual da sua Metodologia de Cálculo.

**Art. 642.** A 5ª (quinta) Sub-apuração Administrativa da Certeza e da Liquidez é a Sub-apuração Administrativa da Certeza e da Liquidez dos Juros de Mora.

**Parágrafo Único.** A Sub-apuração Administrativa da Certeza e da Liquidez dos Juros de Mora é a Verificação da sua Fundamentação Legal ou Contratual da sua Metodologia de Cálculo.

**Art. 643.** A 6ª (sexta) Sub-apuração Administrativa da Certeza e da Liquidez é a Sub-apuração Administrativa da Certeza e da Liquidez dos Demais Adicionais.

**Parágrafo Único.** A Sub-apuração Administrativa da Certeza e da Liquidez dos Demais Adicionais é a Verificação da sua Fundamentação Legal ou Contratual da sua Metodologia de Cálculo.



Estado do Tocantins  
Prefeitura Municipal de Oliveira de Fátima

**Art. 644.** A Apuração Administrativa da Liquidez e da Certeza dos Créditos Não Tributários Vencidos deverá ser efetuada através do Mapa de Apuração da Liquidez e da Certeza Não Tributária.

§ 1.º O Mapa de Apuração da Liquidez e da Certeza Não Tributária será preparado e numerado por processo eletrônico.

§ 2.º O modelo do Mapa de Apuração da Liquidez e da Certeza Não Tributária será instituído Pela Secretaria Municipal de Finanças.

§ 3.º O Mapa de Apuração da Liquidez e da Certeza Não Tributária será autenticado pelo responsável pelo Órgão de Dívida Ativa.

**CAPÍTULO XVII**  
**CERTIDÕES NEGATIVAS**

**Art. 645.** Ficam instituídas a CND – Certidão Negativa de Débito, a CPD – Certidão Positiva de Débito e a CPND – Certidão Positiva com Efeito de Negativa de Débito.

**Art. 646.** A Fazenda Pública Municipal exigirá a Certidão Negativa de Débito ou a Certidão Positiva com Efeito de Negativa de Débito, como prova de quitação ou regularidade de créditos tributários e não-tributários.

**Art. 647.** A Certidão Negativa de Débito, a Certidão Positiva de Débito e a Certidão Positiva com Efeito de Negativa de Débito serão expedidas mediante Requerimento do Interessado ou de seu representante legal, devidamente habilitados.

**Art. 648.** O Requerimento do Interessado deverá conter:

**I** – o(s) Tributo(s) a que se Refere(m);

**II** – o(s) Estabelecimento(s) a que se Refere(m);

**III** – o(s) Imóvel(is) a que se Refere(m);

**IV** – as Informações Necessárias à Identificação do Interessado:

**a)** – o Nome ou a Razão Social;

**b)** – a Residência ou o Domicílio Fiscal;

**c)** – o Ramo de Negócio ou a Atividade;

**V** – a Indicação do Período a que se refere o Pedido.

**Parágrafo Único.** O modelo de Requerimento do Interessado será instituído pela Secretaria Municipal de Finanças.

**Art. 649.** A Certidão Negativa de Débito, a Certidão Positiva de Débito e a Certidão Positiva com Efeito de Negativa de Débito, relativas à situação fiscal e a dados cadastrais, só serão expedidas após as informações fornecidas pelos órgãos responsáveis pelos dados a serem certificados.

**Art. 650.** Será expedida a Certidão Negativa de Débito se não for constatado a existência de créditos não vencidos:

**I** – em curso de cobrança executiva em que não tenha sido efetivada a penhora;

**II** – cuja exigibilidade não esteja suspensa.

§ 1.º A Certidão Negativa de Débito terá validade de 90 (noventa dias) dias.

§ 2.º O modelo de Certidão Negativa de Débito será Instituído pela Secretaria Municipal de Finanças.

**Art. 651.** Será expedida a Certidão Positiva com Efeito de Negativa de Débito se for constatado a existência de créditos não vencidos:

**I** – em curso de cobrança executiva em que tenha sido efetivada a penhora;



Estado do Tocantins  
Prefeitura Municipal de Oliveira de Fátima

**II** – cuja exigibilidade esteja suspensa.

§ 1.º A Certidão Positiva com Efeito de Negativa de Débito surtirá os mesmos efeitos que a Certidão Negativa de Débito.

§ 2.º A Certidão Positiva com Efeito de Negativa de Débito terá validade de 60 (sessenta) dias.

§ 3.º O modelo de Certidão Positiva com Efeito de Negativa de Débito será instituído pela Secretaria Municipal de Finanças.

**Art. 652.** Será expedida a Certidão Positiva de Débito se for constatado a existência de créditos vencidos:

**I** – em curso de cobrança executiva em que não tenha sido efetivada a penhora;

**II** – cuja exigibilidade não esteja suspensa.

§ 1.º A Certidão Positiva de Débito não surtirá os mesmos efeitos que a Certidão Negativa de Débito.

§ 2.º A Certidão Positiva de Débito terá validade de 90 (noventa) dias.

§ 3.º O modelo de Certidão Positiva de Débito será baixado, instituída pela Secretaria Municipal de Finanças.

**Art. 653.** O prazo máximo para a expedição de certidão será de 10 (dez) dias, contados a partir do primeiro dia útil após a entrada do requerimento na repartição competente.

§ 1.º As certidões poderão ser expedidas pelo processo mecânico ou eletrônico.

§ 2.º As certidões serão assinadas pelo Responsável pelo Órgão de Dívida Ativa.

**Art. 654.** A Certidão Negativa de Débito, a Certidão Positiva de Débito e a Certidão Positiva com Efeito de Negativa de Débito Certidão Negativa:

**I** – não servirão de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a recolhimentos que não tenham sido efetuados e que venham a ser apurados pela Fazenda Pública Municipal, conforme prerrogativa legal prevista nos Incisos de I a IX do Artigo 149 da Lei Federal Nº 5172, de 25-10-1966 – Código Tributário Nacional;

**II** – serão eficazes, dentro de seu prazo de validade e para o fim a que se destinam, perante qualquer órgão ou entidade da Administração Federal, Estadual e Municipal, Direta ou Indireta.

**Art. 655.** A prática de ato indispensável para evitar a caducidade de direito dispensa a prova de quitação de tributos, a CND – Certidão Negativa de Débito.

**Parágrafo Único.** A dispensa a prova de quitação de tributos, a CND – Certidão Negativa de Débito, não elimina, porém, a responsabilidade:

**I** – de todos os participantes responderem, no ato, pelo tributo, porventura, devido, pelos juros de mora e pelas penalidades cabíveis, excetuadas às relativas a infrações;

**II** – pessoal do infrator responder, no ato, pelas penalidades cabíveis, relativas a infrações.

**Art. 656.** A Certidão Negativa de Débito expedida com dolo ou fraude, contendo erro contra a Fazenda Pública, responsabiliza, pessoalmente, o funcionário responsável pela expedição, pelo crédito tributário e pelos juros de mora acrescidos.

**Art. 657.** Na expedição de Certidão Negativa de Débito dolosa ou fraudulenta contra a Fazenda Pública, a responsabilidade pessoal, do funcionário responsável, pelo crédito tributário e pelos juros de mora acrescidos, não exclui a responsabilidade criminal e funcional que no caso couber.



Estado do Tocantins  
Prefeitura Municipal de Oliveira de Fátima

**Art. 658.** Sem prejuízo das Responsabilidades Pessoal e Criminal, será exonerado, a bem do serviço público, o servidor que expedir Certidão dolosa ou fraudulenta contra a Fazenda Pública Municipal.

**Art. 659.** As certidões serão solicitadas mediante requerimento da parte interessada ou de seu representante legal, devidamente habilitados, o qual deverá conter:

- a) nome ou razão social;
- b) endereço ou domicílio tributário;
- c) profissão, ramo de atividade e número de inscrição;
- d) início de atividade;
- e) finalidade a que se destina;
- f) o período a que se refere o pedido, quando for o caso;
- g) assinatura do requerente.

**Art. 660.** As certidões relativas à situação fiscal e dados cadastrais só serão expedidas após as informações fornecidas pelos órgãos responsáveis pelos dados a serem certificados.

**Art. 661.** Da certidão constará o crédito tributário e fiscal devidamente constituído.

**Parágrafo Único.** Considera-se crédito tributário e fiscal devidamente constituído, para efeito deste artigo:

- I - o crédito tributário e fiscal lançado e não quitado à época própria;
- II - a existência de débito inscrito em Dívida Ativa;
- III - a existência de débito em cobrança executiva;
- IV - o débito confessado.

**Art. 662.** Na hipótese de comprovação, pelo interessado, de ocorrência de fato que importe em suspensão de exigibilidade de crédito tributário e fiscal ou no adiantamento de seu vencimento, a certidão será expedida com as ressalvas necessárias.

**Parágrafo Único.** A certidão emitida nos termos deste capítulo terá validade de certidão negativa enquanto persistir a situação.

**Art. 663.** Será pessoalmente responsável, criminal e funcionalmente, o servidor que, por dolo, fraude, simulação ou negligência, expedir ou der causa à expedição de certidão incorreta.

**Art. 664.** O prazo máximo para a expedição de certidão será de 10 (dez) dias, contados a partir do primeiro dia útil após a entrada do requerimento na repartição competente.

§ 1.º As certidões poderão ser expedidas pelo processo mecânico ou eletrônico e terão validade de 180 (cento e oitenta) dias.

§ 2.º As certidões serão assinadas pelo Diretor do Departamento responsável pela sua expedição.

**Art. 665.** A Certidão Negativa será eficaz, dentro de seu prazo de validade e para o fim a que se destina, perante qualquer órgão ou entidade da Administração Federal, Estadual e Municipal, Direta ou Indireta.

### CAPÍTULO XVIII COBRANÇA FAZENDÁRIA

**Art. 666.** O crédito de Finanças pública municipal, de natureza tributária e não tributária, exigível após o vencimento do prazo para pagamento, não liquidado, em cada exercício, até o dia 30 de setembro, depois da verificação do controle administrativo da sua legalidade e da



Estado do Tocantins  
Prefeitura Municipal de Oliveira de Fátima

apuração administrativa da sua liquidez e da sua certeza, será inscrito, até o dia 31 de dezembro, como dívida ativa de Finanças pública municipal.

**Art. 667.** A dívida ativa de Finanças pública municipal, enquanto não liquidada, sobre o montante do débito de 31 de dezembro do ano anterior, estará sujeita, a partir de primeiro de janeiro de cada exercício subsequente:

**I** - em caráter de continuidade:

**a)** à atualização monetária, pelo Índice oficial de inflação que sofrer a maior variação no período;

**b)** a juros de mora de 1% ao mês ou fração, sobre o valor do crédito corrigido.

**II** - à multa de 5% (cinco por cento), sobre o valor do crédito corrigido.

**Art. 668.** Enquanto não for iniciada a cobrança judicial, os débitos inscritos em dívida ativa deverão ser incluídos na guia de arrecadação dos exercícios subsequentes, para sua liquidação conjunta ou separada.

**Art. 669.** Fica o Chefe do Executivo autorizado, concedendo remissão, por se tratar de débito cujo montante é inferior ao dos respectivos custos de cobrança:

**I** - a não inscrever, como Dívida Ativa, o crédito de Finanças pública municipal, de natureza tributária e não tributária, exigível após o vencimento do prazo para pagamento, de valor consolidado igual ou inferior a 20 UFMs;

**II** - a não protestar o crédito de Finanças pública municipal, de natureza tributária e não tributária, exigível após o vencimento do prazo para pagamento, inscrito em Dívida Ativa, de valor consolidado igual ou inferior a 50 UFMs;

**III** - a não executar o crédito de Finanças pública municipal, de natureza tributária e não tributária, exigível após o vencimento do prazo para pagamento, inscrito em Dívida Ativa, de valor consolidado igual ou inferior a 80 UFMs.

**Parágrafo Único.** Entende-se por valor consolidado o resultante da atualização do valor originário mais os encargos e os acréscimos legais ou contratuais vencidos, até a data da apuração.

**Art. 670.** Os Créditos de Finanças Pública Municipal, de natureza tributária e não tributária, exigíveis após vencimento do prazo para pagamento, regularmente inscritos em Dívida Ativa:

**I** - após a expedição da Certidão de Dívida Ativa, dentro de um período de 60 (sessenta) dias, poderão ser objeto de cobrança amigável;

**II** - que, após 6 (seis) meses de cobrança administrativa amigável, não forem quitados e nem parcelados, poderão ser objeto de protesto.

**III** - que, após 6 (seis) meses de protesto, não forem quitados e nem parcelados, poderão ser objeto de terceirização.

**Parágrafo Único.** A terceirização da cobrança da Dívida Ativa deverá ocorrer mediante assinatura de convênio com instituições financeiras ou empresa privada capacitada, nos termos da legislação vigente.

**IV** - que, após 6 (seis) meses de cobrança terceirizada, não forem quitados e nem parcelados, poderão ser objeto de execução fiscal.

**CAPÍTULO XIX**  
**EXECUÇÃO FISCAL**

**Art. 671.** A execução fiscal poderá ser promovida contra:

**I** - o devedor;

**II** - o fiador;



Estado do Tocantins  
Prefeitura Municipal de Oliveira de Fátima

**III** - o espólio;

**IV** - a massa;

**V** - o responsável, nos termos da lei, por dívidas, tributárias ou não-tributárias, de pessoas físicas ou jurídicas de direito privado;

**VI** - os sucessores a qualquer título.

§ 1.º O síndico, o comissário, o liquidante, o inventariante e o administrador, nos casos de falência, concordata, liquidação, inventário, insolvência ou concurso de credores, se, antes de garantidos os créditos de Finanças Pública Municipal, alienarem ou derem em garantia quaisquer dos bens administrados, respondem, solidariamente, pelo valor desses bens, ressalvado o disposto nesta Legislação.

§ 2.º A Dívida Ativa de Finanças Pública Municipal, de qualquer natureza, aplicam-se as normas relativas à responsabilidade prevista na legislação tributária, civil e comercial.

§ 3.º Os responsáveis poderão nomear bens livres e desembaraçados do devedor, tantos quantos bastem para pagar a dívida. Os bens dos responsáveis ficarão, porém, sujeitos à execução, se os do devedor forem insuficientes à satisfação da dívida.

**Art. 672.** A petição inicial indicará apenas:

**I** - o juiz a quem é dirigida;

**II** - o pedido;

**III** - o requerimento para citação.

§ 1.º A petição inicial será instruída com a Certidão da Dívida Ativa, que dela fará parte integrante, como se estivesse transcrita.

§ 2.º A petição inicial e a Certidão da Dívida Ativa poderão constituir um Único documento, preparado inclusive por processo eletrônico.

§ 3.º A produção de provas pela Fazenda Pública Municipal independe de requerimento na petição inicial.

§ 4.º O valor da causa será o da dívida constante da certidão, com os encargos legais.

**Art. 673.** Em garantia da execução, pelo valor da dívida, juros e multa de mora e encargos indicados na Certidão da Dívida Ativa, o executado poderá:

**I** - efetuar depósito em dinheiro, a ordem do juízo, em estabelecimento oficial de crédito, que assegure atualização monetária;

**II** - oferecer fiança bancária;

**III** - nomear bens à penhora;

**IV** - indicar à penhora bens oferecidos por terceiros e aceitos pela Fazenda Pública Municipal.

§ 1.º O executado só poderá indicar e o terceiro oferecer bem imóvel à penhora com o consentimento expresso do respectivo cônjuge.

§ 2.º Juntar-se-á aos autos a prova do depósito, da fiança bancária ou da penhora dos bens do executado ou de terceiros.

§ 3.º A garantia da execução, por meio de depósito em dinheiro ou fiança bancária, produz os mesmos efeitos da penhora.

§ 4.º Somente o depósito em dinheiro faz cessar a responsabilidade pela atualização monetária e juros de mora.

§ 5.º A fiança bancária obedecerá às condições preestabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional.

§ 6.º O executado poderá pagar parcela da dívida, que julgar incontroversa, e garantir a execução do saldo devedor.

**Art. 674.** Não ocorrendo o pagamento, nem a garantia da execução, a penhora poderá recair em qualquer bem do executado, exceto os que a lei declare absolutamente impenhoráveis.





Estado do Tocantins  
Prefeitura Municipal de Oliveira de Fátima

**Art. 675.** Se, antes da decisão de primeira instância, a inscrição de Dívida Ativa for, a qualquer título, cancelada, a execução fiscal será extinta, sem qualquer ônus para as partes.

**Art. 676.** A discussão judicial da Dívida Ativa da Fazenda Pública Municipal só é admissível em execução, na forma da Lei Federal nº 6.830, de 22 de setembro de 1980, salvo as hipóteses de mandado de segurança, ação de repetição do indébito ou ação anulatória do ato declarativo da dívida, esta precedida do depósito preparatório do valor do débito, monetariamente corrigido e acrescido dos juros e multa de mora e demais encargos.

**Parágrafo Único.** A propositura, pelo contribuinte, da ação prevista neste artigo, importa em renúncia ao poder de recorrer na esfera administrativa e desistência do recurso acaso interposto.

**Art. 677.** A Fazenda Pública Municipal não está sujeita ao pagamento de custas e emolumentos. A prática dos atos judiciais de seu interesse independe de preparo ou de prévio depósito.

**Parágrafo Único.** Se vencida, a Fazenda Pública Municipal ressarcirá o valor das despesas feitas pela parte contrária.

**Art. 678.** O processo administrativo correspondente à inscrição de Dívida Ativa, à execução fiscal ou à ação proposta contra a Fazenda Pública Municipal será mantido na repartição competente, dele se extraindo as cópias autenticadas ou certidões que forem requeridas pelas partes ou requisitadas pelo juiz ou pelo Ministério Público.

**Parágrafo Único.** Mediante requisição do juiz à repartição competente, com dia e hora previamente marcados, poderá o processo administrativo ser exibido, na sede do juízo, pelo funcionário para esse fim designado, lavrando o serventuário termo da ocorrência, com indicação, se for o caso, das peças a serem trasladadas.

## CAPÍTULO XX GARANTIAS E PRIVILÉGIOS

### Seção I Disposições Gerais

**Art. 679.** Sem prejuízo dos privilégios especiais sobre determinados bens, que sejam previsto em lei, responde pelo pagamento do crédito tributário a totalidade dos bens e das rendas, de qualquer origem ou natureza, do sujeito passivo, seu espólio ou sua massa falida, inclusive os gravados por ônus real ou cláusula de inalienabilidade ou impenhorabilidade, seja qual for a data da constituição do ônus ou da cláusula, excetuados unicamente os bens e rendas que a lei declare absolutamente impenhoráveis.

**Art. 680.** Presume-se fraudulenta a alienação ou oneração de bens ou rendas, ou seu começo, por sujeito passivo em débito para com a Fazenda Pública Municipal por crédito tributário regularmente inscrito como dívida ativa em fase de execução.

**Parágrafo Único.** O disposto nesta seção não se aplica na hipótese de terem sido reservados pelo devedor bens ou rendas suficientes ao total pagamento da dívida em fase de execução.

### Seção II Preferências



Estado do Tocantins  
Prefeitura Municipal de Oliveira de Fátima

**Art. 681.** A cobrança judicial do crédito tributário não é sujeita a concurso de credores ou habilitação em falência, concordata, inventário ou arrolamento.

**Parágrafo Único.** O concurso de preferência somente se verifica entre pessoas jurídicas de direito público, na seguinte ordem:

**I** - União;

**II** - Estados, Distrito Federal e Territórios, conjuntamente e pro rata;

**III** - Municípios, conjuntamente e "pro rata".

**Art. 682.** São encargos da massa falida, pagáveis preferencialmente a quaisquer outros e às dívidas da massa, os créditos tributários vencidos e vincendos, exigíveis no decurso do processo de falência.

**Art. 683.** São pagos preferencialmente a quaisquer créditos habilitados em inventário ou arrolamento, ou a outros encargos do monte, os créditos tributários vencidos ou vincendos, a cargo do de cujus ou de seu espólio, exigíveis no decurso do processo de inventário ou arrolamento.

**Art. 684.** São pagos preferencialmente a quaisquer outros os créditos tributários vencidos ou vincendos, a cargo de pessoas jurídicas de direito privado em liquidação judicial ou voluntária, exigíveis no decurso da liquidação.

**Art. 685.** Não será concedida concordata nem declarada a extinção das obrigações do falido, sem que o requerente faça prova da quitação de todos os tributos relativos à sua atividade mercantil.

**Art. 686.** Nenhuma sentença de julgamento de partilha ou adjudicação será proferida sem prova da quitação de todos os tributos relativos aos bens do espólio, ou às suas rendas.

**Art. 687.** O Município não celebrará contrato ou aceitará proposta em concorrência pública sem que contratante ou proponente faça prova da quitação de todos os créditos tributários e fiscais devidos à Fazenda Pública Municipal, relativos à atividade em cujo exercício contrata ou concorre.

**TÍTULO V**  
**TRATAMENTO DIFERENCIADO ÀS MICROEMPRESAS - ME**  
**E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE - EPP**

**CAPÍTULO I**  
**DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**Art. 688.** Fica regulamentado o tratamento jurídico diferenciado, simplificado e favorecido assegurado às Microempresas - ME e Empresas de Pequeno Porte - EPP, em conformidade com o que dispõe os artigos 146, III, "d", 170, IX e 179 da Constituição Federal e a Lei Complementar Federal nº. 123, de 14 de dezembro de 2006.

**Art. 689.** O Município estabelece normas relativas:

**I** - à inovação tecnológica e à educação empreendedora;

**II** - ao associativismo e às regras de inclusão;

**III** ao incentivo à geração de empregos;

**IV** ao incentivo à formalização de empreendimentos;



Estado do Tocantins  
Prefeitura Municipal de Oliveira de Fátima

**V** - unicidade do processo de inscrição cadastral e de legalização de empresários e pessoas jurídicas no Município;

**VI** - simplificação, racionalização e uniformização dos requisitos para localização de autônomos e pessoas jurídicas, inclusive com a definição das atividades de alto risco, observadas as disposições contidas na classificação de atividades definida pela Vigilância Sanitária;

**VIII** - preferência nas aquisições de bens e serviços pelos órgãos públicos municipais.

**CAPÍTULO II**  
**DA INSCRIÇÃO, LEGALIZAÇÃO E BAIXA**

**Seção I**  
**Da Consulta para o Alvará**

**Art. 690.** A autorização para localização de empresas deve ser simplificada de modo a evitar exigências superpostas e inúteis, procedimentos e trâmites procrastinatórios e custos elevados.

**Parágrafo Único.** Os procedimentos para a implementação de medidas que viabilizem o alcance das determinações contidas no *caput* deste artigo serão definidos e coordenados pela Secretaria Municipal de Fazenda.

**Seção II**  
**Do Cadastro Sincronizado e Entrada Única de Documentos**

**Art. 691.** A Administração Pública Municipal deverá aderir efetivamente ao "Projeto Cadastro Sincronizado Nacional" que tem como objetivo a simplificação da burocracia nos procedimentos de abertura, alteração e baixa de empresas, quando ocorrer a sua implantação pela Receita Federal do Brasil.

**Art. 692.** Todos os órgãos públicos municipais envolvidos no processo de abertura e fechamento de empresas observarão a unicidade do processo de legalização, devendo, para tanto, articular as competências próprias com aquelas dos demais órgãos de outras esferas envolvidos na formalização empresarial, buscando, em conjunto, compatibilizar e integrar procedimentos, de modo a evitar a duplicidade de exigências e garantir a linearidade do processo, da perspectiva do usuário.

**Art. 693.** A Administração Pública Municipal criará um banco de dados com informações, orientações e instrumentos à disposição dos usuários, de forma presencial e pela rede mundial de computadores, de forma integrada e consolidada, que permita pesquisas prévias às etapas de inscrição, alteração e baixa de empresas, de modo a prover ao usuário certeza quanto à documentação exigível e quanto à viabilidade do pedido formulado.

**Parágrafo Único.** Para o disposto nesse artigo a Administração Pública Municipal poderá se valer de convênios com instituições de representação e apoio das ME e EPP.

**Seção III**  
**Da Baixa Cadastral**

**Art. 694.** Não poderá ser exigido pelos órgãos municipais envolvidos no fechamento de ME e EPP:

**I** - quaisquer documentos adicionais aos requeridos pelos órgãos executores do Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins e do Registro Civil de Pessoas Jurídicas;



Estado do Tocantins  
**Prefeitura Municipal de Oliveira de Fátima**

**II** - comprovação de regularidade fiscal de prepostos dos empresários ou pessoas jurídicas com seus órgãos de classe, sob qualquer forma, como requisito para deferimento de ato de baixa da inscrição municipal, bem como para autenticação de instrumento de escrituração;

**III** - a baixa da inscrição dar-se-á a pedido formal do contribuinte independente de débito tributário com o Fisco Municipal.

**§ 1º.** Fica vedada a instituição de qualquer tipo de exigência de natureza documental ou formal, restritiva ou condicionante, pelos órgãos municipais envolvidos no fechamento de ME e EPP, que exceda o estrito limite dos requisitos pertinentes à essência do ato de baixa da empresa.

**§ 2º.** O crédito tributário consolidado e não pago, apurado antes ou após o ato de baixa da inscrição, será inscrito na dívida ativa em nome dos titulares, dos sócios e dos administradores que responderão pelas obrigações fiscais, observadas as disposições contidas nesta Lei.

**Seção IV**  
**Da Central de Atendimento**

**Art. 695.** Com o objetivo de orientar os empreendedores simplificando os procedimentos de registro de empresas no Município, fica criada a Central de Atendimento, com as seguintes atribuições:

**I** - disponibilizar aos interessados as informações necessárias à emissão da inscrição municipal e alvará de funcionamento, mantendo-as atualizadas nos meios eletrônicos de comunicação oficial;

**II** - orientação sobre os procedimentos necessários para a regularização da situação fiscal e tributária dos contribuintes;

**III** - emissão de Certidões de Regularidade Fiscal e Tributária;

**IV** - outros serviços municipais afins.

**§ 1º.** Na hipótese de indeferimento de Alvará ou Inscrição Municipal, o interessado será informado sobre os fundamentos e será oferecida orientação para adequação à exigência legal na Central de Atendimento.

**§ 2º.** Para a consecução dos seus objetivos, na implantação da Central de Atendimento, a Administração Pública Municipal firmará parcerias com outras instituições, para oferecer orientação sobre a abertura, funcionamento e encerramento de empresas, incluindo apoio para elaboração de plano de negócios, pesquisa de mercado, orientação sobre crédito, associativismo e programas de apoio oferecidos no Município.

**CAPÍTULO III**  
**DO REGIME TRIBUTÁRIO**

**Art. 696.** O prazo máximo a ser concedido para utilização dos documentos fiscais a serem impressos não poderá ultrapassar o período de 4 (quatro) anos, a contar da data da concessão, pela repartição fiscal, da Autorização para Impressão de Documentos Fiscais - AIDF.

**Parágrafo Único.** Havendo mudança de categoria fica a empresa obrigada a substituir os documentos fiscais, mediante nova Autorização para Impressão de Documentos Fiscais - AIDF.

**Art. 697.** Observadas as disposições do § 6º, do art. 18, da Lei Complementar nº. 123/2006, bem como, o art. 6º, da Lei Complementar nº. 116/2003, as ME e as EPP obrigar-se-ão a:

**I** - reter o imposto devido sobre os serviços tomados, de acordo com **Artigos 50 e 51** desta Lei;

**II** - ter o ISS retido pelos responsáveis tributários designados pelo Município, de acordo com os **Artigos 50 e 51** desta Lei.



Estado do Tocantins  
Prefeitura Municipal de Oliveira de Fátima

**CAPÍTULO IV  
DA FISCALIZAÇÃO ORIENTADORA**

**Art. 698.** Sem prejuízo de sua ação específica, os agentes da fiscalização prestarão, prioritariamente, orientação às ME e EPP do Município.

**Art. 699.** Na ocorrência de infração não dolosa de lei ou regulamento, será expedida notificação preliminar contra o contribuinte para que regularize a situação no prazo de 30 (trinta) dias, sob pena de ser convertida em auto de infração.

§ 1º. Na lavratura da notificação preliminar exclui-se a aplicação de multa de infração.

§ 2º. Esgotado o prazo de que trata este artigo sem que o contribuinte tenha regularizado a situação, lavrar-se-á auto de infração quando serão incluídos os acréscimos legais.

§ 3º. Lavrar-se-á, igualmente, auto de infração quando o contribuinte se recusar a tomar conhecimento da notificação preliminar.

§ 4º. A reincidência em infração da mesma natureza será punida com multa em dobro, acrescida em 10% (dez por cento) a cada nova reincidência.

§ 5º. Caracteriza reincidência a prática de nova infração de um mesmo dispositivo da legislação tributária pelo mesmo contribuinte, dentro de 5 (cinco) anos a contar da data do pagamento da exigência ou do término do prazo para interposição da defesa ou da data da decisão condenatória irrecorrível na esfera administrativa relativamente a infração anterior.

§ 6º. As demais situações não mencionadas neste artigo serão objeto da lavratura de auto de infração.

**Art. 700.** O valor das multas constantes do auto de infração sofrerá, desde que haja renúncia à apresentação de defesa ou recurso, as seguintes reduções:

**I** - 50% (cinquenta por cento) do valor da multa fiscal, se paga em 30 (trinta) dias contados da lavratura do auto;

**II** - 30% (trinta por cento) do valor da multa fiscal, se paga em 45 (quarenta e cinco) dias contados da lavratura do auto;

**III** - 10% (dez por cento) do valor da multa fiscal, se paga em 60 (sessenta) dias contados da lavratura do auto.

**Art. 701.** As ME e EPP ficam obrigadas a apresentar Declarações Mensais de Serviços Prestados e Tomados - DMS, na forma desta Lei.

**CAPÍTULO V  
DO ACESSO AOS MERCADOS  
Seção I**

**Do Acesso às Compras Públicas**

**Art. 702.** Nas contratações públicas de bens e serviços do Município deverá ser concedido tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as ME e EPP objetivando:

**I** - a promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal;

**II** - a ampliação da eficiência das políticas públicas;

**III** - o fomento do desenvolvimento local, através do apoio aos arranjos produtivos locais.

**Art. 703.** Para a ampliação da participação das ME e EPP nas licitações, a Administração Pública Municipal deverá:

**I** - instituir cadastro próprio para as ME e EPP sediadas localmente, com a identificação das linhas de fornecimento de bens e serviços, de modo a possibilitar a capacitação e



Estado do Tocantins  
Prefeitura Municipal de Oliveira de Fátima

notificação das licitações e facilitar a formação de parcerias e subcontratações, além de estimular o cadastramento destas empresas nos sistemas eletrônicos de compras;

**II** - divulgar, obrigatoriamente, os avisos de licitações na modalidade convite, a serem realizados, no site oficial do Município e, facultativamente, em murais públicos, jornais ou outros meios de divulgação;

**III** - divulgar os avisos das demais modalidades licitatórias no Diário Oficial do Município, no site oficial do Município, em jornal de grande circulação e outros meios a critério da administração.

**Art. 704.** As contratações diretas por dispensa de licitação com base nos termos dos artigos 24 e 25 da Lei nº. 8.666, de 1993, deverão ser preferencialmente realizadas com ME e EPP sediadas no Município.

**Art. 705.** As microempresas e empresas de pequeno porte, fornecedoras de bens e serviços, que desejarem cadastrar-se junto ao Município, deverão fazê-lo junto à Central Permanente de Licitação do Município, apresentando os seguintes documentos:

**I** - contrato original com Certidão Simplificada da Junta Comercial do Estado do Tocantins;

**II** - carteira de identidade do titular responsável;

**III** - CNPJ;

**IV** - certidão de regularidade junto aos fiscos federal, estadual e municipal;

**V** - prova de regularidade junto ao INSS e FGTS;

**VI** - regularidade de inscrição na entidade profissional competente se for o caso;

**VII** - comprovante de entrega de declaração de Imposto de Renda Pessoa Jurídica e cópia da última declaração.

**Parágrafo único.** O cadastro efetuado junto à Central Permanente de Licitação do Município terá a validade de 01 (um) ano, devendo ser renovado após o vencimento, com a nova apresentação dos documentos necessários.

**Art. 706.** As empresas devidamente cadastradas junto à Central Permanente de Licitação do Município e que desejarem participar de certame licitatório junto ao Município, deverão apresentar à Comissão de Licitação competente os seguintes documentos:

**I** - certidão de regularidade cadastral na Central Permanente de Licitação do Município;

**II** - certidões de regularidade fiscal junto ao fisco federal, estadual e municipal;

**III** - cópia da declaração do Imposto de Renda Pessoa Jurídica.

**Art. 707.** Nas licitações públicas do Município, a comprovação de regularidade fiscal das ME e EPP somente será exigida para homologação da licitação.

**§ 1º** Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 2 (dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública Municipal, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.

**§ 2º** A não regularização da documentação, no prazo previsto no § 1º, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

**Art. 708.** Nas contratações públicas do Município será concedido tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte objetivando a promoção do desenvolvimento econômico e social no âmbito municipal, a ampliação da eficiência



Estado do Tocantins  
Prefeitura Municipal de Oliveira de Fátima

das políticas públicas e o incentivo à inovação tecnológica, desde que previsto e regulamentado na legislação do respectivo ente.

**Art. 709.** Para o cumprimento do disposto no artigo anterior desta Lei, a Administração Pública Municipal poderá realizar processo licitatório:

**I** - destinado exclusivamente à participação de microempresas e empresas de pequeno porte nas contratações cujo valor seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais);

**II** - em que seja exigida dos licitantes a subcontratação de microempresa ou de empresa de pequeno porte, desde que o percentual máximo do objeto a ser subcontratado não exceda a 30% (trinta por cento) do total licitado;

**III** - em que se estabeleça cota de até 25% (vinte e cinco por cento) do objeto para a contratação de microempresas e empresas de pequeno porte, em certames para a aquisição de bens e serviços de natureza divisível.

§ 1º. O valor licitado por meio do disposto neste artigo não poderá exceder a 25% (vinte e cinco por cento) do total licitado em cada ano civil.

§ 2º. Na hipótese do inciso II do *caput* deste artigo, os empenhos e pagamentos do órgão ou entidade da Administração Pública Municipal poderão ser destinados diretamente às microempresas e empresas de pequeno porte subcontratadas.

§ 3º. Caso haja revisão do valor constante no Inciso I deste artigo, pelo gestor, de que trata o § 1º do artigo 1º da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006, o novo valor será aplicável para as contratações, do Município, previstas naquele dispositivo.

**Art. 710.** Não se aplica o disposto nos arts. 708 e 709 desta Lei quando:

**I** - os critérios de tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não forem expressamente previstos no instrumento convocatório;

**II** - não houver um mínimo de 3 (três) fornecedores competitivos enquadrados como microempresas ou empresas de pequeno porte sediadas no Município e capazes de cumprir as exigências estabelecidas no instrumento convocatório;

**III** - o tratamento diferenciado e simplificado para as microempresas e empresas de pequeno porte não for vantajoso para a administração pública ou representar prejuízo ao conjunto ou complexo do objeto a ser contratado;

**IV** - a licitação for dispensável ou inexigível, nos termos dos arts. 24 e 25 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

**Art. 711.** Nas licitações será assegurado, como critério de desempate, preferência de contratação para as ME e EPP.

§ 1º. Entende-se por empate aquelas situações em que as ofertas apresentadas pelas ME e EPP sejam iguais ou até 10% (dez inteiros por cento) superiores àquelas apresentadas pelas demais empresas.

§ 2º. Na modalidade de pregão, o intervalo percentual estabelecido no § 1º será de até 5 % (cinco por cento) superior ao melhor preço.

**Art. 712.** Para efeito do disposto no artigo anterior, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:

**I** - a microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado o contrato em seu favor;

**II** - na hipótese da não contratação da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do inciso I, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese do § 1º, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito;

**III** - no caso de equivalência dos valores apresentados pelas ME e EPP que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos §§ 1º e 2º do artigo anterior será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.



Estado do Tocantins  
Prefeitura Municipal de Oliveira de Fátima

§ 1º. Na hipótese da não contratação nos termos previstos no *caput*, o contrato será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.

§ 2º. O disposto neste artigo somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

§ 3º. No caso de *pregão*, a microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão, observado o disposto no inciso III do *caput*.

Seção II  
Do Estímulo ao Mercado Local

**Art. 713.** A Administração Pública Municipal incentivará a realização de feiras de produtores e artesãos, assim como apoiará missão técnica para exposição e venda de produtos locais em outros Municípios de grande comercialização.

CAPÍTULO VI  
DO ESTÍMULO AO CRÉDITO E CAPITALIZAÇÃO

**Art. 714.** O Município, para estimular o crédito a empreendedores e às ME e EPP, reservará em seu orçamento anual, percentual a ser utilizado para apoiar programas de crédito e/ou garantias, isolados ou suplementarmente aos programas instituídos pelo Estado ou a União, de acordo com regulamentação do Poder Executivo.

**Art. 715.** O Município, através de convênios firmados, ou não, com entidades governamentais e outras, fomentará e apoiará a instalação e a manutenção de cooperativas de crédito, sociedade de crédito ao empreendedor e organizações da sociedade civil de interesse público, que operem linhas de financiamento.

**Art. 716.** O Município fomentará e apoiará a criação e o funcionamento de fundos de garantia destinados a lastrear operações de crédito de ME e EPP pertencentes a projetos estruturantes executados pela Administração Municipal, mediante lei específica.

CAPÍTULO VII  
DO ACESSO À JUSTIÇA

**Art. 717.** A Administração Pública Municipal poderá realizar parcerias com a iniciativa privada, através de convênios com entidades de classe, instituições de ensino superior, ONG, OAB Ordem dos Advogados do Brasil, CRC - Conselho Regional de Contabilidade e outras instituições semelhantes, a fim de orientar e facilitar às empresas de pequeno porte e microempresas o acesso à justiça, priorizando a aplicação do disposto no art. 74 da Lei Complementar n.º123, de 14 de dezembro de 2006.

**Art. 718.** O Município poderá celebrar parcerias com entidades locais, inclusive com o Poder Judiciário Estadual, objetivando a estimulação e utilização dos institutos de conciliação prévia, mediação e arbitragem para solução de conflitos de interesse das ME e EPP localizadas em seu território.

§ 1º. Serão reconhecidos de pleno direito os acordos celebrados no âmbito das comissões de conciliação prévia.

§ 2º. O estímulo a que se refere o *caput* deste artigo compreenderá campanhas de divulgação, serviços de esclarecimento e tratamento diferenciado, simplificado e favorecido no tocante aos custos administrativos e honorários cobrados.





Estado do Tocantins  
**Prefeitura Municipal de Oliveira de Fátima**

§ 3º. Com base no *caput* deste artigo, a Administração Pública Municipal poderá formar parceria com Poder Judiciário, OAB, CRC, Universidades e outros, com a finalidade de criar e implantar o Setor de Conciliação Extrajudicial, como um serviço gratuito.

**CAPÍTULO VIII  
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**Art. 719.** Para o cumprimento do disposto neste Título, bem como, para desenvolver e acompanhar políticas públicas voltadas as ME e EPP, a Administração Pública Municipal poderá incentivar e apoiar a criação de fóruns com participação dos órgãos públicos competentes e das entidades vinculadas ao setor.

**Parágrafo único.** A participação de instituições de apoio ou representação em conselhos e grupos técnicos poderá ser incentivada e apoiada pelo Poder Público.

**TÍTULO VI  
DO CADIN MUNICIPAL  
CADASTRO INFORMATIVO MUNICIPAL**

**Art. 720.** - Fica criado o Cadastro Informativo Municipal - CADIN MUNICIPAL, contendo as pendências de pessoas físicas e jurídicas perante órgãos e entidades da Administração Pública Direta e Indireta do Município.

**Art. 721.** - São consideradas pendências passíveis de inclusão no CADIN MUNICIPAL:

**I** - as seguintes obrigações pecuniárias vencidas e não pagas:

- a) tributos e contribuições;
- b) débitos para com empresas públicas, autarquias e fundações;
- c) preços públicos;
- d) multas tributárias e não tributárias, inclusive as de trânsito;
- e) outros débitos de qualquer natureza para com a Administração Pública Direta e

Indireta do Município;

**II** - a ausência de prestação de contas, exigível em razão de disposição legal ou cláusulas de convênio, acordo ou contrato.

**Art. 722.** - A existência de registro no CADIN MUNICIPAL impede os órgãos e entidades da Administração Municipal de realizarem os seguintes atos, com relação às pessoas físicas e jurídicas a que se refere:

**I** - celebração de convênios, acordos, ajustes ou contratos que envolvam o desembolso, a qualquer título, de recursos financeiros;

**II** - repasses de valores de convênios ou pagamentos referentes a contratos;

**III** - concessão de auxílios e subvenções;

**IV** - concessão de incentivos fiscais e financeiros;

**V** - expedição de autos de licença de funcionamento e de novos alvarás de funcionamento.

**Parágrafo único** - O disposto neste artigo não se aplica às operações destinadas à composição e regularização das obrigações e deveres objeto de registro no CADIN MUNICIPAL, sem desembolso de recursos por parte do órgão ou da entidade credora.

**Art. 723.** - A inclusão de pendências no CADIN MUNICIPAL deverá ser realizada no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da inadimplência, pelas seguintes autoridades:



Estado do Tocantins  
Prefeitura Municipal de Oliveira de Fátima

**I** - Secretário Municipal, no caso de inadimplência com relação a deveres subordinados à respectiva Pasta;

**II** - Superintendente, Diretor, Chefe do Departamento no caso de inadimplência com relação a deveres subordinados à respectiva Autarquia Municipal;

**III** - Presidente, no caso de inadimplência com relação a deveres subordinados à respectiva Empresa Municipal.

§ 1º - A atribuição prevista no "caput" deste artigo poderá ser delegada, pelas autoridades ali indicadas, a servidor lotado na respectiva Secretaria, Autarquia ou Empresa Municipal, mediante ato devidamente publicado no Diário Oficial do Município.

§ 2º - A inclusão no CADIN no prazo previsto no "caput" deste artigo somente será feita após a comunicação por escrito, seja via postal ou telegráfica, ao devedor, no endereço indicado no instrumento que deu origem ao débito, considerando-se entregue após 15 (quinze) dias da respectiva expedição.

**Art. 724.** O CADIN MUNICIPAL conterà as seguintes informações:

**I** - identificação do devedor, na forma do regulamento;

**II** - data da inclusão no cadastro;

**III** - órgão responsável pela inclusão.

**Art. 725.** Os órgãos e entidades da Administração Municipal manterão registros detalhados das pendências incluídas no CADIN MUNICIPAL, permitindo irrestrita consulta pelos devedores aos seus respectivos registros, nos termos do regulamento.

**Art. 726.** A inexistência de registro no CADIN MUNICIPAL não configura reconhecimento de regularidade de situação, nem elide a apresentação dos documentos exigidos em lei, decreto e demais atos normativos.

**Art. 727.** O registro do devedor no CADIN MUNICIPAL ficará suspenso nas hipóteses em que a exigibilidade da pendência objeto do registro estiver suspensa, nos termos da lei.

**Parágrafo único.** A suspensão do registro não acarreta a sua exclusão do CADIN MUNICIPAL, mas apenas a suspensão dos impedimentos previstos nesse capítulo.

**Art. 728.** Uma vez comprovada a regularização da situação que deu causa à inclusão no CADIN MUNICIPAL, o registro correspondente deverá ser excluído no prazo de até 5 (cinco) dias úteis pelas autoridades competente.

**Art. 729.** A inclusão ou exclusão de pendências no CADIN MUNICIPAL sem observância das formalidades ou fora das hipóteses previstas nesta lei, sujeitará o responsável às penalidades cominadas no Estatuto do Servidor, Legislação Criminal, ou na Consolidação das Leis Trabalhistas.

**Art. 730.** A Secretaria Municipal de Finanças será a gestora do CADIN MUNICIPAL, sem prejuízo da responsabilidade das autoridades indicadas desta lei.

**Parágrafo único** - O Departamento de Auditoria, da Secretaria Municipal de Finanças, fiscalizará os procedimentos de inclusão e exclusão de registros no CADIN MUNICIPAL.

**Art. 731.** O descumprimento, pela autoridade administrativa ou por seu delegado, dos deveres impostos neste capítulo, será considerado falta de cumprimento dos deveres funcionais para fins de aplicação das penalidades previstas.

**Parágrafo único** - A aplicação das penalidades previstas não exclui a responsabilidade do servidor por todos os prejuízos que seu ato ou sua omissão tenham eventualmente causado ao Município.



Estado do Tocantins  
**Prefeitura Municipal de Oliveira de Fátima**

**Art. 732.** As despesas decorrentes da execução deste capítulo correrão por conta das dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

**TÍTULO VII  
PREÇO PÚBLICO**

**CAPÍTULO I  
Seção I  
Disposição Preliminares**

**Art. 733.** Os Serviços Públicos compreendem toda e qualquer prestação, de natureza técnica ou administrativa, prestada pelo Município, de maneira regular e contínua, às pessoas físicas e jurídicas que venham a solicitá-los e/ou utilizá-los, para satisfazer a ordem pública ou garantir-lhe a organização.

**Art. 734.** Os Serviços Públicos prestado pelo Município são:

- I** – pertinentes a obras em geral;
- II** – pertinentes a atividades comerciais e outras de fins econômicos;
- III** – pertinentes a serviços de cemitério;
- IV** – pertinentes a uso de próprios públicos municipais, aluguéis em geral;
- V** – pertinentes a transito, transportes e congêneres;
- VI** – pertinentes a área e serviços Aeroportuários;
- VII** – pertinentes a utilização o sub-solo;
- VIII** – pertinentes a utilização do solo;
- IX** – pertinentes a utilização do espaço aéreo;
- X** – pertinentes a serviços diversos;
- XI** – expediente diversos.

**Art. 735.** A fixação dos preços público para os serviços prestados exclusivamente pelo Município, será lançado e cobrado de acordo com a **Tabela I - Anexo III** a esta Lei.

**Seção II  
Ocupação e Permanência em Áreas, em Vias e em logradouros  
Públicos, Inclusive do Espaço Aéreo e do  
Subsolo e de Obras de Arte Especiais de  
Domínio Municipal**

**Art. 736.** - O Poder Executivo Municipal fica autorizado a fixar e a cobrar mensalmente, através da Secretaria Municipal de Finanças, a utilização e o Uso do Subsolo, do Solo e do Espaço Aéreo, das Áreas, das Vias e dos Logradouros Públicos, para colocação, montagem, instalação, passagem, implantação e implementação de dutos, cabos, manilhas e demais equipamentos, destinados à prestação de serviços de telecomunicações, de energia elétrica, de água, de gás, de esgoto, de televisão por assinatura, de Internet e de outros processos de transmissão, de transporte, e de infra-estrutura.

**Art. 737.** O Preço Público para o Uso do Subsolo, do Solo e do Espaço Aéreo das Vias e dos Logradouros Públicos, para colocação, montagem, instalação, passagem, implantação, implementação e permanência de dutos, cabos, manilhas e demais equipamentos, será devido mensalmente e lançado de acordo com a **Tabela II, Anexo III** a esta Lei.



Estado do Tocantins  
**Prefeitura Municipal de Oliveira de Fátima**

**§ 1º.** O preço público previsto neste artigo será devido pelo proprietário do poste e o usuário do poste será responsável solidariamente pelo preço público.

**§1º.** Postes são as estruturas de concreto, metal, madeira ou outro material, que suportam os fios, cabos e equipamentos das redes de energia elétrica, telefonia, iluminação pública, difusão de imagens e sons, entre outras.

**Seção III**  
**Do Fato Gerador e da Incidência**

**Art. 738.** A Cobrança de Preço Público (Tarifa) pela Ocupação e Permanência em Áreas, em Vias e em Logradouros Públicos, inclusive do espaço aéreo e do subsolo e de obras de arte especiais de domínio municipal, para implantação, instalação e passagem de equipamentos urbanos destinados à prestação de serviços de infra-estrutura de utilidades por entidades de direito público e privado, concernente ao ordenamento da utilização dos bens públicos de uso comum, tem como fato gerador a concessão onerosa do bem público.

**Art. 739.** O fato gerador do Preço Público (Tarifa) considera-se ocorrido com a localização, a instalação e a permanência de móveis, equipamentos, veículos, utensílios e quaisquer outros objetos em áreas, em vias e em logradouros públicos, inclusive do espaço aéreo e do subsolo e de obras de arte especiais de domínio municipal.

**Art. 740.** Para efeito do disposto no art. 738 desta Lei, são consideradas áreas públicas do município: solos, subsolos, espaços aéreos das estradas, ruas, avenidas, praças, jardins, passeios públicos e logradouros similares.

**§ 1º.** Os bens públicos, assim considerados o mobiliário urbano, os espaços utilizados pelas estações de rádio-base de telefonia celular, os prédios públicos, as obras de arte, os logradouros, bem como a utilização de via aérea com ponto de apoio nos postes, ou na parte inferior da via ou leito, com postos de visita ou não, quando utilizados, serão remuneradas.

**§ 2º.** Estão incluídas entre as concessionárias de serviço público, das quais está o poder público autorizado a cobrar, as concessionárias de serviço público de energia elétrica e água, bem como as que exploram as atividades relativas a telecomunicações, incluindo qualquer tipo de cabeamento ou equipamento que se utilize da estrutura física, televisão a cabo, petróleo, gás e seus derivados, e ainda as que vinculam propaganda e publicidade através de painéis e pórticos ao ar livre.

**Art. 741.** A concessão, permissão ou autorização de uso serão os instrumentos utilizados pelo Município para facultar a utilização dos bens públicos, observando o disposto na legislação de postura.

**Seção IV**  
**Do Sujeito Passivo**

**Art. 742.** O sujeito passivo do Preço Público (Tarifa) referente a Ocupação e Permanência em Áreas, em Vias e em Logradouros Públicos, inclusive do espaço aéreo e do subsolo e de obras de arte especiais de domínio municipal é a pessoa física ou jurídica, públicas ou privada, proprietária, cessionária, titular do domínio útil ou possuidora, a qualquer título, de móvel, equipamento, utensílio e quaisquer outros objeto em áreas, em vias ou em logradouros públicos.



Estado do Tocantins  
Prefeitura Municipal de Oliveira de Fátima

**Seção V**  
**Solidariedade**

**Art. 743.** São solidariamente responsáveis pelo pagamento do Preço Público (Tarifa), as pessoas físicas ou jurídicas, privadas ou públicas, que direta ou indiretamente estiver envolvida na localização, na instalação e na permanência de móvel, equipamento, utensílio, veículo ou quaisquer outro objeto em áreas, em vias e em logradouros públicos, do espaço aéreo e do subsolo e de obras de arte especiais de domínio municipal, para implantação, instalação e passagem de equipamentos urbanos destinados à prestação de serviços de infra-estrutura de utilidades por entidades de direito público e privado.

**Seção VI**  
**Da Base de Cálculo**

**Art. 744.** A base de cálculo do Preço Público (Tarifa) referente a Ocupação e Permanência em Áreas, em Vias e em Logradouros Públicos, inclusive do espaço aéreo e do subsolo e de obras de arte especiais de domínio municipal será determinada em função da natureza, da atividade e da finalidade de utilização do móvel, equipamento, utensílio, veículo e ou quaisquer outro objeto, e será calculada de acordo com a **Tabela II, Anexo III** desta Lei.

**Parágrafo Único** – A partir da vigência desta Lei, qualquer obra de implantação ou extensão das já existentes dependerão da expressa autorização do Poder Executivo.

**Art. 745.** Enquadrando-se o sujeito passivo da obrigação do Preço Público (Tarifa), em mais de uma das especificações, será utilizada, para efeito de cálculo, aquela que conduzir ao maior valor.

**Art. 746.** Caso as concessionárias que utilizam os bens públicos municipais deixem de informar e assinar os instrumentos da espécie no prazo que lhe foi concedido, e após notificados, fica o Poder Executivo autorizado a proceder os lançamentos devidos de seu crédito, calculado na forma estabelecida na **Tabela II, anexo III** desta Lei.

**Seção VII**  
**Do Lançamento e do Recolhimento**

**Art. 747.** O Preço Público será devido mensalmente, e será recolhido, através de Documento de Arrecadação de Receitas Municipais, pela rede bancária, devidamente, autorizada pela Prefeitura.

**Parágrafo Único.** As condições de pagamento e data de vencimento do Preço Público, será estabelecida pelo calendário fiscal.

**Seção VIII**  
**Disposições Finais**

**Art. 748.** As entidades de direito público ou privado, que tenham equipamentos de sua propriedade já implantados, em caráter permanente, nos logradouros públicos e obras de arte especiais do Município, fornecerão à Secretaria Municipal de Finanças, em meio digital, cópia dos



Estado do Tocantins  
Prefeitura Municipal de Oliveira de Fátima

elementos cadastrais disponíveis, a fim de serem complementados os registros existentes e organizados em banco de dados, para posterior expedição do Termo de Permissão de Uso.

**Art. 749.** É obrigatória a utilização de tecnologia não destrutiva, na forma regulamentada pelo Poder Executivo, sendo responsabilidade da autorizada a restauração das condições anteriores à execução, devendo os próprios municípios voltar ao estado em que se encontravam antes, consideradas as características do projeto executado.

**Art. 750.** As prestadoras de serviços de telecomunicações, de energia elétrica, de água, gás, de esgoto, de televisão por assinatura, de Internet e de outros processos de transmissão, de transporte, e de infra-estrutura que tenham dutos, cabos, manilhas e demais equipamentos já colocados, montados, instalados, passados, implantados e implementados no Subsolo, no Solo e no Espaço Aéreo, das Áreas, das Vias e dos Logradouros Públicos do Município Deverão:

**I** - no prazo de **06 (seis) meses** para se adequarem às disposições desta Lei, sendo o Preço Público devido desde a data de sua publicação;

**II** - apresentar cadastro e projeto técnico dos dutos, dos cabos, das manilhas, postes, torres de transmissão, telefone público "orelhões", e dos demais equipamentos já existentes;

**III** - solicitar o Termo de Autorização de Uso, de acordo com modelo a ser instituído pela Secretaria Municipal de Finanças.

**Art. 751.** As prestadoras de serviços de telecomunicações, de energia elétrica, de água, gás, de esgoto, de televisão por assinatura, de Internet e de outros processos de transmissão, de transporte, e de infra-estrutura, que não cumprir com o disposto nos **artigos 748 e 750**, desta Lei, sofrerão as seguintes penalidades após a devida notificação:

**I** - multa de **R\$ 500,00 (quinhentos reais)** e será lavrado outra notificação;

**II** - multa de **R\$ 1.000,00 (um mil reais)** por não cumprimento do disposto no inciso I deste artigo, e será lavrado outra notificação;

**III** - multa de **R\$ 3.000,00 (três mil reais)** por não cumprimento do disposto nos incisos I e II deste artigo.

**§ 1.** Após a aplicação das penalidades previstas nos incisos I, II e III deste artigo, a Secretaria Municipal de Finanças, sem prejuízos de outras garantias, lançará o valor devido por estimativa.

**§ 2º.** Constituído e Lançado o crédito e não pago, o contribuinte será inscrito em dívida ativa, no CADIN Municipal e posterior cobrança judicial.

**TÍTULO VIII  
DISPOSIÇÕES FINAIS  
E TRANSITÓRIAS**

**CAPÍTULO I  
DISPOSIÇÕES FINAIS**

**Art. 752.** O regime tributário favorecido não dispensa a microempresa do cumprimento de obrigações acessórias, nem modifica a responsabilidade decorrente da sucessão, da solidariedade e da substituição tributária.

**Art. 753.** A critério do Secretário, responsável pela área da Finanças, e a requerimento da microempresa, poder-se-á instituir regime especial de escrituração fiscal e regime simplificado de emissão de documento fiscal.



Estado do Tocantins  
**Prefeitura Municipal de Oliveira de Fátima**

**Art. 754.** Fica instituída a Unidade Fiscal do Município – UFM, que terá seu valor unitário, a partir de **1.º de janeiro de 2010 de R\$ 1,00 (um real)**, corrigido monetariamente, pelo INPC ou outro índice que venha a substituí-lo do Governo Federal.

**Art. 755.** A concessão de moratória, anistia, isenção e imunidade não gera direito adquirido em caráter individual e será revogada de ofício, sempre que se apure que o beneficiado não satisfazia ou deixou de satisfazer as condições ou não cumpria ou deixou de cumprir os requisitos para a concessão do favor, cobrando-se, assim, os créditos devidos acrescidos de juros de mora:

**I** – com imposição da penalidade cabível, nos casos de dolo, fraude ou simulação do beneficiado, ou de terceiro em benefício daquele;

**II** – sem imposição de penalidade, nos demais casos.

**§ 1.º** No caso do inciso I deste artigo, o tempo decorrido entre a concessão do benefício e sua revogação não se computa para efeito da prescrição do direito à cobrança do crédito.

**§ 2.º** No caso do inciso II deste artigo, a revogação só pode ocorrer antes de prescrito o referido direito.

**Art. 756.** A concessão de moratória, anistia, isenção e imunidade não dispensa o cumprimento de obrigações acessórias.

**CAPÍTULO II**  
**DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS**

**Art. 757.** A partir de **1.º de janeiro de 2010**, ficam sem validade, sendo vedado a sua utilização, os documentos fiscais confeccionados há mais de 12 (doze) meses, bem como aqueles que venham a completar este prazo de confecção, à medida da data de seu respectivo alcance.

**§ 1.º** O prazo de 12 (doze) meses será contado a partir da data da AI-NF constante de forma impressa no documento fiscal, sendo que após o encerramento do mesmo, os documentos fiscais, ainda não utilizados, serão cancelados na forma prevista nesta Lei.

**§ 2.º** As situações excepcionais decorrentes da aplicação do disposto no caput deste artigo serão resolvidas pelo responsável pela Finanças Pública Municipal.

**Art. 758.** Os anexos específicos próprios das taxas em razão do exercício regular do poder de polícia e de serviços públicos específicos e divisíveis, não constantes em anexo a esta Lei, deverão ser estabelecido por decreto do chefe do executivo e publicado.

**§ 1.º** Não havendo atualização dos valores correspondentes as taxas, permanecerão os valores já instituídos e estabelecidos.

**Art. 759.** Permanece em vigor a PVG – Planta de Valores Genéricos, para fins de cálculo do IPTU.

**Art. 760.** A taxa de expediente, taxa abate de animais, taxa de animais apreendidos, taxa de embarque, aluguel de box, quiosque, taxa de aluguel de mercado, taxa de expediente e serviços diversos e foros, passará a ser denominada Preço Público.

**§ 1.º.** Para lançamento e recolhimento do Preço Público mencionado no **caput** deste artigo, considera-se os valores constantes na **Tabela I Anexo III** a esta Lei.

**§ 2.º.** Fica o Chefe do executivo autorizado a instituir outras tabelas através de Decreto para a cobrança e recolhimento de Preço Público, em conformidade com as Legislações Vigentes.



Estado do Tocantins  
**Prefeitura Municipal de Oliveira de Fátima**

**Art. 761.** Ficam revogadas todas as normas tributárias que, direta ou indiretamente, disponham em contrário ao previsto neste instrumento, bem como todas as leis incorporadas ao Código Tributário Municipal, em especial a **Lei nº. 033 de 18 de dezembro de 1997** sem modificação do alcance nem interrupção da força normativa dos dispositivos codificados.

**Art. 762.** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação oficial, produzindo efeitos a partir do terceiro mês subsequente à mesma, observado o disposto na alínea "b" do inciso III do art. 150 da Constituição Federal.

**Gabinete do Prefeito Municipal de Oliveira de Fátima, Estado do Tocantins, em 25 de novembro de 2009.**

---

**IZÍDIO JANUÁRIO DA SILVA**  
Prefeito Municipal





## ANEXO I

### Tabela I

Lista de serviços sujeito ao Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN

#### 1 - Serviços de informática e congêneres.

1.01 - Análise e desenvolvimento de sistemas.	5%
1.02 - Programação.	5%
1.03 - Processamento de dados e congêneres.	5%
1.04 - Elaboração de programas de computadores, inclusive de jogos eletrônicos.	5%
1.05 - Licenciamento ou cessão de direito de uso de programas de computação.	5%
1.06 - Assessoria e consultoria em informática.	5%
1.07 - Suporte técnico em informática, inclusive instalação, configuração e manutenção de programas de computação e bancos de dados.	5%
1.08 - Planejamento, confecção, manutenção e atualização de páginas eletrônicas.	5%

#### 2 - Serviços de pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza.

2.01 - Serviços de pesquisas e desenvolvimento de qualquer natureza.	5%
--	----

#### 3 - Serviços prestados mediante locação, cessão de direito de uso e congêneres.

3.01 - (VETADO) - Presidência da República.	
3.02 - Cessão de direito de uso de marcas e de sinais de propaganda.	5%
3.03 - Exploração de salões de festas, centro de convenções, escritórios virtuais, stands, quadras esportivas, estádios, ginásios, auditórios, casas de espetáculos, parques de diversões, canchas e congêneres, para realização de eventos ou negócios de qualquer natureza.	5%
3.04 - Locação, sublocação, arrendamento, direito de passagem ou permissão de uso, compartilhado ou não, de ferrovia, rodovia, postes, cabos, dutos e condutos de qualquer natureza.	5%
3.05 - Cessão de andaimes, palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário.	5%

#### 4 - Serviços de saúde, assistência médica e congêneres.

4.01 - Medicina e biomedicina.	3%
4.02 - Análises clínicas, patologia, eletricidade médica, radioterapia, quimioterapia, ultrassonografia, ressonância magnética, radiologia, tomografia e congêneres.	3%
4.03 - Hospitais, clínicas, laboratórios, sanatórios, manicômios, casas de saúde, prontos-socorros, ambulatórios e congêneres.	3%
4.04 - Instrumentação cirúrgica.	3%
4.05 - Acupuntura.	3%
4.06 - Enfermagem, inclusive serviços auxiliares.	3%
4.07 - Serviços farmacêuticos.	3%
4.08 - Terapia ocupacional, fisioterapia e fonoaudiologia.	3%



Estado do Tocantins  
Prefeitura Municipal de Oliveira de Fátima

4.09 - Terapias de qualquer espécie destinadas ao tratamento físico, orgânico e mental.	3%
4.10 - Nutrição.	3%
4.11 - Obstetrícia.	3%
4.12 - Odontologia.	3%
4.13 - Ortóptica.	3%
4.14 - Próteses sob encomenda.	3%
4.15 - Psicanálise.	3%
4.16 - Psicologia.	3%
4.17 - Casas de repouso e de recuperação, creches, asilos e congêneres.	3%
4.18 - Inseminação artificial, fertilização in vitro e congêneres.	3%
4.19 - Bancos de sangue, leite, pele, olhos, óvulos, sêmen e congêneres.	3%
4.20 - Coleta de sangue, leite, tecidos, sêmen, órgãos e materiais biológicos de qualquer espécie.	3%
4.21 - Unidade de atendimento, assistência ou tratamento móvel e congêneres.	3%
4.22 - Planos de medicina de grupo ou individual e convênios para prestação de assistência médica, hospitalar, odontológica e congêneres.	5%
4.23 - Outros planos de saúde que se cumpram através de serviços de terceiros contratados, credenciados, cooperados ou apenas pagos pelo operador do plano mediante indicação do beneficiário.	5%

**5 - Serviços de medicina e assistência veterinária e congêneres.**

5.01 - Medicina veterinária e zootecnia.	5%
5.02 - Hospitais, clínicas, ambulatórios, prontos-socorros e congêneres, na área veterinária.	5%
5.03 - Laboratórios de análise na área veterinária.	5%
5.04 - Inseminação artificial, fertilização in vitro e congêneres.	5%
5.05 - Bancos de sangue e de órgãos e congêneres.	5%
5.06 - Coleta de sangue, leite, tecidos, sêmen, órgãos e materiais biológicos de qualquer espécie.	5%
5.07 - Unidade de atendimento, assistência ou tratamento móvel e congêneres.	5%
5.08 - Guarda, tratamento, amestramento, embelezamento, alojamento e congêneres.	5%
5.09 - Planos de atendimento e assistência médico - veterinária.	5%

**6 - Serviços de cuidados pessoais, estética, atividades físicas e congêneres.**

6.01 - Barbearia, cabeleireiros, manicuros, pedicuros e congêneres.	3%
6.02 - Esteticistas, tratamento de pele, depilação e congêneres.	3%
6.03 - Banhos, duchas, sauna, massagens e congêneres.	3%
6.04 - Ginástica, dança, esportes, natação, artes marciais e demais atividades físicas.	3%
6.05 - Centros de emagrecimento, spa e congêneres.	3%

**7 - Serviços relativos a engenharia, arquitetura, geologia, urbanismo, construção civil, manutenção, limpeza, meio ambiente, saneamento e congêneres.**

7.01 - Engenharia, agronomia, agrimensura, arquitetura, geologia, urbanismo, paisagismo e congêneres.	5%
7.02 - Execução, por administração, empreitada ou subempreitada, de obras de construção civil, hidráulica ou elétrica e de outras obras semelhantes, inclusive sondagem, perfuração de poços, escavação, drenagem e irrigação, terraplanagem, pavimentação, concretagem e a instalação e montagem de produtos, peças e equipamentos (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador de serviços fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS).	5%
7.03 - Elaboração de planos diretores, estudos de viabilidade, estudos organizacionais e outros, relacionados com obras e serviços de engenharia; elaboração de anteprojetos, projetos básicos e projetos executivos para trabalhos de engenharia.	5%



Estado do Tocantins  
Prefeitura Municipal de Oliveira de Fátima

7.04 - Demolição.	5%
7.05 - Reparação, conservação e reforma de edifícios, estradas, pontes, portos e congêneres (exceto o fornecimento de mercadorias produzidas pelo prestador dos serviços, fora do local da prestação dos serviços, que fica sujeito ao ICMS).	5%
7.06 - Colocação e instalação de tapetes, carpetes, assoalhos, cortinas, revestimentos de parede, vidros, divisórias, placas de gesso e congêneres, com material fornecido pelo tomador do serviço.	5%
7.07 - Recuperação, raspagem, polimento e lustração de pisos e congêneres.	5%
7.08 - Calafetação.	5%
7.09 - Varrição, coleta, remoção, incineração, tratamento, reciclagem, separação e destinação final de lixo, rejeitos e outros resíduos quaisquer.	5%
7.10 - Limpeza, manutenção e conservação de vias e logradouros públicos, imóveis, chaminés, piscinas, parques, jardins e congêneres.	5%
7.11 - Decoração e jardinagem, inclusive corte e poda de árvores.	5%
7.12 - Controle e tratamento de efluentes de qualquer natureza e de agentes físicos, químicos e biológicos.	5%
7.13 - Dedetização, desinfecção, desinsetização, imunização, higienização, desratização, pulverização e congêneres.	5%
7.14 - (VETADO) - Presidência da República.	
7.15 - (VETADO) - Presidência da República.	
7.16 - Florestamento, reflorestamento, sementeira, adubação e congêneres.	5%
7.17 - Escoramento, contenção de encostas e serviços congêneres.	5%
7.18 - Limpeza e dragagem de rios, portos, canais, baías, lagos, lagoas, represas, açudes e congêneres.	5%
7.19 - Acompanhamento e fiscalização da execução de obras de engenharia, arquitetura e urbanismo.	5%
7.20 - Aerofotogrametria (inclusive interpretação), cartografia, mapeamento, levantamentos topográficos, batimétricos, geográficos, geodésicos, geológicos, geofísicos e congêneres.	5%
7.21 - Pesquisa, perfuração, cimentação, mergulho, perfilagem, concretagem, testemunhagem, pescaria, estimulação e outros serviços relacionados com a exploração e exploração de petróleo, gás natural e de outros recursos minerais.	5%
7.22 - Nucleação e bombardeamento de nuvens e congêneres.	5%

**8 - Serviços de educação, ensino, orientação pedagógica e educacional, instrução, treinamento e avaliação pessoal de qualquer grau ou natureza.**

8.01 - Ensino regular pré - escolar, fundamental, médio e superior.	2%
8.02 - Instrução, treinamento, orientação pedagógica e educacional, avaliação de conhecimentos de qualquer natureza.	2%

**9 - Serviços relativos a hospedagem, turismo, viagens e congêneres.**

9.01 - Hospedagem de qualquer natureza em hotéis, apart - service condominiais, flat, apart - hotéis, hotéis residência, residence - service, suite service, hotelaria marítima, motéis, pensões e congêneres; ocupação por temporada com fornecimento de serviço (o valor da alimentação e gorjeta, quando incluído no preço da diária, fica sujeito ao Imposto Sobre Serviços).	5%
9.02 - Agenciamento, organização, promoção, intermediação e execução de programas de turismo, passeios, viagens, excursões, hospedagens e congêneres.	5%
9.03 - Guias de turismo.	5%

**10 - Serviços de intermediação e congêneres.**



Estado do Tocantins  
Prefeitura Municipal de Oliveira de Fátima

10.01 - Agenciamento, corretagem ou intermediação de câmbio, de seguros, de cartões de crédito, de planos de saúde e de planos de previdência privada.	5%
10.02 - Agenciamento, corretagem ou intermediação de títulos em geral, valores mobiliários e contratos quaisquer.	5%
10.03 - Agenciamento, corretagem ou intermediação de direitos de propriedade industrial, artística ou literária.	5%
10.04 - Agenciamento, corretagem ou intermediação de contratos de arrendamento mercantil (leasing), de franquia (franchising) e de faturização (factoring).	5%
10.05 - Agenciamento, corretagem ou intermediação de bens móveis ou imóveis, não abrangidos em outros itens ou sub itens, inclusive aqueles realizados no âmbito de Bolsas de Mercadorias e Futuros, por quaisquer meios.	5%
10.06 - Agenciamento marítimo.	5%
10.07 - Agenciamento de notícias.	5%
10.08 - Agenciamento de publicidade e propaganda, inclusive o agenciamento de veiculação por quaisquer meios.	5%
10.09 - Representação de qualquer natureza, inclusive comercial.	5%
10.10 - Distribuição de bens de terceiros.	5%

**11 - Serviços de guarda, estacionamento, armazenamento, vigilância e congêneres.**

11.01 - Guarda e estacionamento de veículos terrestres automotores, de aeronaves e de embarcações.	5%
11.02 - Vigilância, segurança ou monitoramento de bens e pessoas.	5%
11.03 - Escolta, inclusive de veículos e cargas.	5%
11.04 - Armazenamento, depósito, carga, descarga, arrumação e guarda de bens de qualquer espécie.	5%

**12 - Serviços de diversões, lazer, entretenimento e congêneres.**

12.01 - Espetáculos teatrais.	5%
12.02 - Exibições cinematográficas.	5%
12.03 - Espetáculos circenses.	5%
12.04 - Programas de auditório.	5%
12.05 - Parques de diversões, centros de lazer e congêneres.	5%
12.06 - Boates, taxi - dancing e congêneres.	5%
12.07 - Shows, ballet, danças, desfiles, bailes, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres.	5%
12.08 - Feiras, exposições, congressos e congêneres.	5%
12.09 - Bilhares, boliches e diversões eletrônicas ou não.	5%
12.10 - Corridas e competições de animais.	5%
12.11 - Competições esportivas ou de destreza física ou intelectual, com ou sem a participação do espectador.	5%
12.12 - Execução de música.	5%
12.13 - Produção, mediante ou sem encomenda prévia, de eventos, espetáculos, entrevistas, shows, ballet, danças, desfiles, bailes, teatros, óperas, concertos, recitais, festivais e congêneres.	5%
12.14 - Fornecimento de música para ambientes fechados ou não, mediante transmissão por qualquer processo.	5%
12.15 - Desfiles de blocos carnavalescos ou folclóricos, trios elétricos e congêneres.	5%
12.16 - Exibição de filmes, entrevistas, musicais, espetáculos, shows, concertos, desfiles, óperas, competições esportivas, de destreza intelectual ou congêneres.	5%
12.17 - Recreação e animação, inclusive em festas e eventos de qualquer natureza.	5%



Estado do Tocantins  
Prefeitura Municipal de Oliveira de Fátima

**13 - Serviços relativos a fonografia, fotografia, cinematografia e reprografia.**

13.01 - (VETADO) - Presidência da República.	
13.02 - Fonografia ou gravação de sons, inclusive trucagem, dublagem, mixagem e congêneres.	5%
13.03 - Fotografia e cinematografia, inclusive revelação, ampliação, cópia, reprodução, trucagem e congêneres.	5%
13.04 - Reprografia, microfilmagem e digitalização.	5%
13.05 - Composição gráfica, fotocomposição, clichéria, zincografia, litografia, fotolitografia.	5%

**14 - Serviços relativos a bens de terceiros.**

14.01 - Lubrificação, limpeza, lustração, revisão, carga e recarga, conserto, restauração, blindagem, manutenção e conservação de máquinas, veículos, aparelhos, equipamentos, motores, elevadores ou de qualquer objeto (exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS).	2%
14.02 - Assistência técnica.	2%
14.03 - Recondicionamento de motores (exceto peças e partes empregadas, que ficam sujeitas ao ICMS).	2%
14.04 - Recauchutagem ou regeneração de pneus.	2%
14.05 - Restauração, recondicionamento, acondicionamento, pintura, beneficiamento, lavagem, secagem, tingimento, galvanoplastia, anodização, corte, recorte, polimento, plastificação e congêneres, de objetos quaisquer.	2%
14.06 - Instalação e montagem de aparelhos, máquinas e equipamentos, inclusive montagem industrial, prestados ao usuário final, exclusivamente com material por ele fornecido.	2%
14.07 - Colocação de molduras e congêneres.	2%
14.08 - Encadernação, gravação e douração de livros, revistas e congêneres.	2%
14.09 - Alfaiataria e costura, quando o material for fornecido pelo usuário final, exceto aviamento.	2%
14.10 - Tinturaria e lavanderia.	2%
14.11 - Tapeçaria e reforma de estofamentos em geral.	2%
14.12 - Funilaria e lanternagem.	2%
14.13 - Carpintaria e serralheria.	2%

**15 - Serviços relacionados ao setor bancário ou financeiro, inclusive aqueles prestados por instituições financeiras autorizadas a funcionar pela União ou por quem de direito.**

15.01 - Administração de fundos quaisquer, de consórcio, de cartão de crédito ou débito e congêneres, de carteira de clientes, de cheques pré - datados e congêneres.	5%
15.02 - Abertura de contas em geral, inclusive conta - corrente, conta de investimentos e aplicação e caderneta de poupança, no País e no exterior, bem como a manutenção das referidas contas ativas e inativas.	5%
15.03 - Locação e manutenção de cofres particulares, de terminais eletrônicos, de terminais de atendimento e de bens e equipamentos em geral.	5%
15.04 - Fornecimento ou emissão de atestados em geral, inclusive atestado de idoneidade, atestado de capacidade financeira e congêneres.	5%
15.05 - Cadastro, elaboração de ficha cadastral, renovação cadastral e congêneres, inclusão ou exclusão no Cadastro de Emitentes de Cheques sem Fundos - CCF ou em quaisquer outros bancos cadastrais.	5%
15.06 - Emissão, reemissão e fornecimento de avisos, comprovantes e documentos em geral; abono de firmas; coleta e entrega de documentos, bens e valores; comunicação com outra agência ou com a administração central; licenciamento eletrônico de veículos; transferência de veículos; agenciamento fiduciário ou depositário; devolução de bens em custódia.	5%



Estado do Tocantins  
Prefeitura Municipal de Oliveira de Fátima

15.07 - Acesso, movimentação, atendimento e consulta a contas em geral, por Qualquer meio ou processo, inclusive por telefone, fac - símile, internet e telex, acesso a terminais de atendimento, inclusive vinte e quatro horas; acesso a outro banco e a rede compartilhada; fornecimento de saldo, extrato e demais informações relativas a contas em geral, por qualquer meio ou processo.	5%
15.08 - Emissão, reemissão, alteração, cessão, substituição, cancelamento e registro de contrato de crédito; estudo, análise e avaliação de operações de crédito; emissão, concessão, alteração ou contratação de aval, fiança, anuência e congêneres; serviços relativos a abertura de crédito, para quaisquer fins.	5%
15.09 - Arrendamento mercantil (leasing) de quaisquer bens, inclusive cessão de direitos e obrigações, substituição de garantia, alteração, cancelamento e registro de contrato, e demais serviços relacionados ao arrendamento mercantil (leasing).	5%
15.10 - Serviços relacionados a cobranças, recebimentos ou pagamentos em geral, de títulos quaisquer, de contas ou carnês, de câmbio, de tributos e por conta de terceiros, inclusive os efetuados por meio eletrônico, automático ou por máquinas de atendimento; fornecimento de posição de cobrança, recebimento ou pagamento; emissão de carnês, fichas de compensação, impressos e documentos em geral.	5%
15.11 - Devolução de títulos, protesto de títulos, sustação de protesto, manutenção de títulos, reapresentação de títulos, e demais serviços a eles relacionados.	5%
15.12 - Custódia em geral, inclusive de títulos e valores mobiliários.	5%
15.13 - Serviços relacionados a operações de câmbio em geral, edição, alteração, prorrogação, cancelamento e baixa de contrato de câmbio; emissão de registro de exportação ou de crédito; cobrança ou depósito no exterior; emissão, fornecimento e cancelamento de cheques de viagem; fornecimento, transferência, cancelamento e demais serviços relativos a carta de crédito de importação, exportação e garantias recebidas; envio e recebimento de mensagens em geral relacionadas a operações de câmbio.	5%
15.14 - Fornecimento, emissão, reemissão, renovação e manutenção de cartão magnético, cartão de crédito, cartão de débito, cartão salário e congêneres.	5%
15.15 - Compensação de cheques e títulos quaisquer; serviços relacionados a depósito, inclusive depósito identificado, a saque de contas quaisquer, por qualquer meio ou processo, inclusive em terminais eletrônicos e de atendimento.	5%
15.16 - Emissão, reemissão, liquidação, alteração, cancelamento e baixa de ordens de pagamento, ordens de crédito e similares, por qualquer meio ou processo; serviços relacionados à transferência de valores, dados, fundos, pagamentos e similares, inclusive entre contas em geral.	5%
15.17 - Emissão, fornecimento, devolução, sustação, cancelamento e oposição de cheques quaisquer, avulso ou por talão.	5%
15.18 - Serviços relacionados a crédito imobiliário, avaliação e vistoria de imóvel ou obra, análise técnica e jurídica, emissão, reemissão, alteração, transferência e renegociação de contrato, emissão e reemissão do termo de quitação e demais serviços relacionados a crédito imobiliário.	5%

**16 - Serviços de transporte de natureza municipal.**

16.01 - Serviços de transporte de natureza municipal.	2%
---	----

**17 - Serviços de apoio técnico, administrativo, jurídico, contábil, comercial e congêneres.**

17.01 - Assessoria ou consultoria de qualquer natureza, não contida em outros itens desta lista; análise, exame, pesquisa, coleta, compilação e fornecimento de dados e informações de qualquer natureza, inclusive cadastro e similares.	5%
17.02 - Datilografia, digitação, estenografia, expediente, secretaria em geral, resposta audível, redação, edição, interpretação, revisão, tradução, apoio e infra-estrutura administrativa e congêneres.	5%



Estado do Tocantins  
Prefeitura Municipal de Oliveira de Fátima

17.03 - Planejamento, coordenação, programação ou organização técnica, financeira ou administrativa.	5%
17.04 - Recrutamento, agenciamento, seleção e colocação de mão-de-obra.	5%
17.05 - Fornecimento de mão-de-obra, mesmo em caráter temporário, inclusive de empregados ou trabalhadores, avulsos ou temporários, contratados pelo prestador de serviço.	5%
17.06 - Propaganda e publicidade, inclusive promoção de vendas, planejamento de campanhas ou sistemas de publicidade, elaboração de desenhos, textos e demais materiais publicitários.	5%
17.07 - (VETADO) - Presidência da República.	
17.08 - Franquia (franchising).	5%
17.09 - Perícias, laudos, exames técnicos e análises técnicas.	5%
17.10 - Planejamento, organização e administração de feiras, exposições, congressos e congêneres.	5%
17.11 - Organização de festas e recepções; bufet (exceto o fornecimento de alimentação e bebidas, que fica sujeito ao ICMS).	5%
17.12 - Administração em geral, inclusive de bens e negócios de terceiros.	5%
17.13 - Leilão e congêneres.	5%
17.14 - Advocacia.	5%
17.15 - Arbitragem de qualquer espécie, inclusive jurídica.	5%
17.16 - Auditoria.	5%
17.17 - Análise de Organização e Métodos.	5%
17.18 - Atuária e cálculos técnicos de qualquer natureza.	5%
17.19 - Contabilidade, inclusive serviços técnicos e auxiliares.	5%
17.20 - Consultoria e assessoria econômica ou financeira.	5%
17.21 - Estatística.	5%
17.22 - Cobrança em geral.	5%
17.23 - Assessoria, análise, avaliação, atendimento, consulta, cadastro, seleção, gerenciamento de informações, administração de contas a receber ou a pagar e em geral, relacionados a operações de faturização (factoring).	5%
17.24 - Apresentação de palestras, conferências, seminários e congêneres.	5%

**18 - Serviços de regulação de sinistros vinculados a contratos de seguros; inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros; prevenção e gerência de riscos seguráveis e congêneres.**

18.01 - Serviços de regulação de sinistros vinculados a contratos de seguros; inspeção e avaliação de riscos para cobertura de contratos de seguros; prevenção e gerência de riscos seguráveis e congêneres.	5%
--	----

**19 - Serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de títulos de capitalização e congêneres.**

19.01 - Serviços de distribuição e venda de bilhetes e demais produtos de loteria, bingos, cartões, pules ou cupons de apostas, sorteios, prêmios, inclusive os decorrentes de títulos de capitalização e congêneres.	5%
---	----

**20 - Serviços portuários, aeroportuários, ferroportuários, de terminais rodoviários, ferroviários e metroviários.**



Estado do Tocantins  
Prefeitura Municipal de Oliveira de Fátima

20.01 - Serviços portuários, ferroportuários, utilização de porto, movimentação de passageiros, reboque de embarcações, rebocador escoteiro, atracação, desatracação, serviços de praticagem, capatazia, armazenagem de qualquer natureza, serviços acessórios, movimentação de mercadorias, serviços de apoio marítimo, de movimentação ao largo, serviços de armadores, estiva, conferência, logística e congêneres.	5%
20.02 - Serviços aeroportuários, utilização de aeroporto, movimentação de passageiros, armazenagem de qualquer natureza, capatazia, movimentação de aeronaves, serviços de apoio aeroportuários, serviços acessórios, movimentação de mercadorias, logística e congêneres.	5%
20.03 - Serviços de terminais rodoviários, ferroviários, metroviários, movimentação de passageiros, mercadorias, inclusive suas operações, logística e congêneres.	5%

**21 - Serviços de registros públicos, cartorários e notariais.**

21.01 - Serviços de registros públicos, cartorários e notariais.	5%
--	----

**22 - Serviços de exploração de rodovia.**

22.01 - Serviços de exploração de rodovia mediante cobrança de preço ou pedágio dos usuários, envolvendo execução de serviços de conservação, manutenção, melhoramentos para adequação de capacidade e segurança de trânsito, operação, monitoração, assistência aos usuários e outros serviços definidos em contratos, atos de concessão ou de permissão ou em normas oficiais.	5%
--	----

**23 - Serviços de programação e comunicação visual, desenho industrial e congêneres.**

23.01 - Serviços de programação e comunicação visual, desenho industrial e congêneres.	3%
--	----

**24 - Serviços de chaveiros, confecção de carimbos, placas, sinalização visual, banners, adesivos e congêneres.**

24.01 - Serviços de chaveiros, confecção de carimbos, placas, sinalização visual, banners, adesivos e congêneres.	3%
---	----

**25 - Serviços funerários.**

25.01 - Funerais, inclusive fornecimento de caixão, urna ou esquifes; aluguel de capela; transporte do corpo cadavérico; fornecimento de flores, coroas e outros paramentos; desembaraço de certidão de óbito; fornecimento de véu, essa e outros adornos; embalsamento, embelezamento, conservação ou restauração de cadáveres.	5%
25.02 - Cremação de corpos e partes de corpos cadavéricos.	5%
25.03 - Planos ou convênio funerários.	5%
25.04 - Manutenção e conservação de jazigos e cemitérios.	5%

**26 - Serviços de coleta, remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos, bens ou valores, inclusive pelos correios e suas agências franqueadas; courier e congêneres.**

26.01 - Serviços de coleta, remessa ou entrega de correspondências, documentos, objetos, bens ou valores, inclusive pelos correios e suas agências franqueadas, courier e congêneres.	5%
---	----

**27 - Serviços de assistência social.**

27.01 - Serviços de assistência social.	5%
---	----

**28 - Serviços de avaliação de bens e serviços de qualquer natureza.**

28.01 - Serviços de avaliação de bens e serviços de qualquer natureza.	5%
--	----





Estado do Tocantins  
Prefeitura Municipal de Oliveira de Fátima

**29 - Serviços de biblioteconomia.**

29.01 - Serviços de biblioteconomia.	5%
--------------------------------------	----

**30 - Serviços de biologia, biotecnologia e química.**

30.01 - Serviços de biologia, biotecnologia e química.	5%
--	----

**31 - Serviços técnicos em edificações, eletrônica, eletrotécnica, mecânica, telecomunicações e congêneres.**

31.01 - Serviços técnicos em edificações, eletrônica, eletrotécnica, mecânica, telecomunicações e congêneres.	5%
---	----

**32 - Serviços de desenhos técnicos.**

32.01 - Serviços de desenhos técnicos.	5%
--	----

**33 - Serviços de desembaraço aduaneiro, comissários, despachantes e congêneres.**

33.01 - Serviços de desembaraço aduaneiro, comissários, despachantes e congêneres.	5%
--	----

**34 - Serviços de investigações particulares, detetives e congêneres.**

34.01 - Serviços de investigações particulares, detetives e congêneres.	5%
---	----

**35 - Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas.**

35.01 - Serviços de reportagem, assessoria de imprensa, jornalismo e relações públicas.	5%
---	----

**36 - Serviços de meteorologia.**

36.01 - Serviços de meteorologia.	5%
-----------------------------------	----

**37 - Serviços de artistas, atletas, modelos e manequins.**

37.01 - Serviços de artistas, atletas, modelos e manequins.	5%
---	----

**38 - Serviços de museologia.**

38.01 - Serviços de museologia.	5%
---------------------------------	----

**39 - Serviços de ourivesaria e lapidação.**

39.01 - Serviços de ourivesaria e lapidação (quando o material for fornecido pelo tomador do serviço).	5%
--	----

**40 - Serviços relativos a obras de arte sob encomenda.**

40.01 - Obras de arte sob encomenda.	5%
--------------------------------------	----



Estado do Tocantins  
Prefeitura Municipal de Oliveira de Fátima

04	REDE HOTELEIRA	
04.01	Pensões e Similares	180,00
04.02	Hotéis	250,00
04.03	Motéis	350,00
05	REPRESENTANTES COMERCIAIS AUTÔNOMOS, CORRETORES, DESPACHANTES, AGENTES E PREPOSTOS EM GERAL - Pessoa Física	75,00
06	TRANSPORTADORES	
06.01	Ônibus e caminhões(Pessoa Física) - por veículo	150,00
06.02	Utilitários, veículos e táxi (Pessoa Física) - por veículo	40,00
06.03	Moto-táxi (Pessoa Física) - por veículo	20,00
06.04	Empresas de Transporte de passageiros urbano e interurbano	530,00
06.05	Empresas de Transporte Rodoviário de Cargas	530,00
06.06	Empresas de Transporte Aéreo.	800,00
06.07	Carroceiros	Isento
07	PROFISSIONAIS AUTÔNOMOS (não incluídos em outro item desta lista) - Pessoa Física	
07.01	Nível Superior	75,00
07.02	Nível Médio	50,00
07.03	Sem qualificação	20,00
08	OFICINAS DE CONSERTOS EM GERAL	
08.01	Porte Pequeno	50,00
08.02	Porte Médio	100,00
08.03	Porte Grande	150,00
09	POSTOS DE SERVIÇOS PARA VEÍCULOS (lavagem, lubrificação, borracharia e similares)	30,00
10	POSTOS DE VENDAS DE COMBUSTÍVEIS.	200,00
11	DEPÓSITOS DE INFLAMÁVEIS, EXPLOSIVOS e SIMILARES.	150,00
12	TINTURARIAS e LAVANDERIAS	90,00
13	ESTABELECIMENTOS DE BANHOS, DUCHAS, MASSAGENS, GINÁSTICAS ACADEMIAS, etc.	80,00
14	INSTITUTO DE BELEZA.	
14.01	Barbearias	25,00
14.02	Salões de Beleza	30,00
15	ENSINO DE QUALQUER GRAU OU NATUREZA.	
15.01	Ensino Superior	500,00
15.02	Ensino Fundamental e Médio	150,00
15.03	Ensino Infantil, Creches e outros	100,00
15.04	Auto Escola	100,00
15.05	Cursos de Línguas em Geral	100,00
15.06	Ensino Diversos	100,00
16	HOSPITAIS e CLÍNICAS.	250,00
17	CONSULTORIOS	110,00
18	LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS EM GERAL	205,00
19	PLANOS DE SAÚDE E/OU PREVIDÊNCIA	330,00
20	DIVERSÕES PÚBLICAS	
20.01	Cinemas e teatros até 150 lugares	50,00
20.02	Cinemas e teatros com mais de 150 lugares	100,00



Estado do Tocantins  
Prefeitura Municipal de Oliveira de Fátima

20.03	Danceterias e Boates	150,00
20.04	Bilhares e quaisquer outros jogos.	100,00
20.05	Circo e parques de diversões, por dia.	15,00
20.06	Casa de Shows e eventos em geral.	150,00
20.07	Clube Social, esportivo e Parques Aquáticos.	150,00
21	AGROPECUÁRIA	
21.01	Comercio de Produtos Veterinários	100,00
21.02	Comercio de Ferragens	100,00
21.03	Comercio de Defensivos agrícolas	100,00
21.04	Outros Comércio Agrícolas.	100,00
22	COMUNICAÇÃO EM GERAL	
22.01	Emissora de Rádio e/ou Televisão	250,00
22.02	Telecomunicação Móvel (operadoras de celular)	500,00
22.03	Telecomunicação Fixa	500,00
22.04	Correios	300,00
23	INFORMÁTICA EM GERAL	
23.01	Escola de informática	150,00
23.02	Cyber Café, Lan House e similares.	50,00
23.03	Provedores de Telecomunicação/internet	150,00
24	CARTORIOS	350,00
25	LOJAS DE VEICULOS	
25.01	Concessionárias de Veículos Novos.	350,00
25.02	Lojas de Veículos Usados (garagem).	250,00
25.03	Concessionárias de Motos	250,00
25.04	Locadoras de Veículos	120,00
26	ASSESSORIAS, CONSULTORIAS E PROJETOS TÉCNICOS EM GERAL.	150,00
27	PRODUTORAS E/OU GRAVADORAS DE ÁUDIO E VIDEO	100,00
28	EMPRESA DE LIMPEZA E CONSERVAÇÃO	120,00
29	GRAFICAS	120,00
30	IMOBILIÁRIAS	100,00
31	EMPRESA DE SEGURANÇA	
31.01	Transporte de Valores ou Similares	170,00
31.02	Empresa de Segurança em Geral	200,00
32	SERVIÇOS FUNERARIOS	100,00
33	OPERADORA DE CELULAR POR ESTAÇÃO RADIO BASE	250,00
34	OPERADORA DE TELEFONIA FIXA POR ESTAÇÃO OU UNIDADE REMOTA DE ASSINANTES	250,00
35	CONCESSIONARIA DE SERVIÇOS PÚBLICOS	500,00
36	SUBESTAÇÃO DE ENERGIA ELETRICA	200,00
37	DEMAIS ATIVIDADES SUJEITAS À LICENÇA DE LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO NÃO CONSTANTES NESTA TABELA	100,00



## ANEXO I

### Tabela II

Tabela para lançamento do ISSQN quando exigível em valores fixos

1) Pagamento Anual:

<b>Profissional Autônomo</b>	<b>R\$</b>
Profissionais autônomos ou aqueles que exerçam pessoalmente uma atividade em caráter privado, cujo desenvolvimento exige formação em nível superior.	915,27
Profissionais autônomos que desenvolvam atividade que exija formação em nível médio.	305,56
Profissionais autônomos que desenvolvam atividades que não exija formação específica.	190,99

2) Pagamento Mensal:

<b>Profissional Autônomo</b>	<b>R\$</b>
Profissionais autônomos ou aqueles que exerçam pessoalmente uma atividade em caráter privado, cujo desenvolvimento exige formação em nível superior.	96,20
Profissionais autônomos que desenvolvam atividade que exija formação em nível médio.	39,10
Profissionais autônomos que desenvolvam atividade que não exija formação específica.	21,80

Tabela para lançamento do ISSQN na forma do  
Parágrafo Único do Artigo 63 data Lei

<b>Descrição</b>	<b>R\$</b>
Prestação de Serviços de Escritorios Contabeis, por Profissional, Habilitado ou não, que exercem a mesma função do habilitado. (Mensal por Profissional)	88,00
Prestação de Serviços de Escritorios Contabeis, por Profissional, Habilitado, ou não, que exercem a mesma função do habilitado. (Anual por Profissional)	890,90



## ANEXO II

### Tabela I

TABELA PARA COBRANÇA DA TAXA DE LICENÇA RELATIVA À  
LOCALIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DE ESTABELECIMENTOS - TFL

ITEM	TIPO DE ESTABELECIMENTO	VALOR R\$
01	INDÚSTRIAS, CONSTRUTORAS, EMPREITEIRAS, INCORPORADORAS.	
01.01	Industria de Confeção, moveis, sapatos, cerâmicas e calçados	175,00
01.02	Industria de Processamento Sólido	235,00
01.03	Construtora em geral, inclusive fornecimento de concreto	600,00
01.04	Construção Civil não especificados nesta tabela	300,00
01.05	Mineração	250,00
01.06	Pré-Moldados (cimento)	60,00
01.07	Industria de derivados de ferro, ferraria, Marmoraria, pedreiras, Olarias e Derivados de fibras.	70,00
02	COMÉRCIO E SUPERMERCADOS EM GERAL	
02.01	Supermercados	450,00
02.02	Mercearias	80,00
02.03	Bares	50,00
02.04	Restaurantes, churrascaria	95,00
02.05	Lanchonete	50,00
02.06	Panificadora, Padaria	175,00
02.07	Farmácias, drogarias, perfumarias.	175,00
02.08	Relojoarias e joalherias	80,00
02.09	Lojas de Departamento, Lojas Eletrodoméstico	300,00
02.10	Depósitos, inclusive armazéns e unidades de armazenagens, lojas de tecidos.	120,00
02.11	Atacadista em Geral	600,00
02.12	Lojas de Material de Construção	230,00
02.13	Deposito de bebidas em geral	95,00
02.14	Deposito de Madeira	235,00
02.25	Comercio de GLP (Gás)	200,00
02.16	Quaisquer outros ramos de atividades comerciais não constantes neste item	50,00
03	INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	
03.01	Estabelecimentos bancários	1.500,00
03.02	Postos bancários para pagamentos/recebimentos	400,00
03.03	Caixas eletrônicos, por máquina.	250,00
03.04	Corretoras de Seguros	300,00
03.05	Empresas de Empréstimos e Créditos e Financeiras	350,00
03.05	Casas Lotéricas, ou Representante vinculado ao sistema financeiro.	350,00



## ANEXO II

### Tabela II

TABELA PARA COBRANÇA DA TAXA DE  
FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA - TFS

ITEM	TIPO DE ESTABELECIMENTO	VALOR EM R\$
01	COMÉRCIO E SUPERMERCADOS EM GERAL	
01.01	Supermercados	100,00
01.02	Mercearias	70,00
01.03	Bares, Cantina, Cerealista	50,00
01.04	Restaurantes.	100,00
01.05	Lanchonete	50,00
01.06	Panificadora, Padaria	50,00
01.07	Farmácias, drogarias, perfumarias.	100,00
01.08	Depósitos, inclusive armazéns e unidades de armazenagens.	100,00
01.09	Atacadista em Geral	100,00
01.10	Açougue	50,00
01.11	Churrascaria	70,00
01.12	Fabrica de Bebidas	100,00
01.13	Fabrica de Gelo	50,00
01.14	Peixaria	50,00
01.15	Pit. Dog, Sorveterias	30,00
01.16	Laticínios	70,00
01.17	Quaisquer outros ramos de atividades comerciais não constantes neste item	70,00
01.18	Preparadores e distribuidores de produtos alimentícios, congelados ou prontos para consumo, e estabelecimentos assemelhados.	90,00
02	REDE HOTELEIRA	R\$
02.01	Pensões e Similares	50,00
02.02	Hotéis	70,00
02.03	Motéis	70,00
03	PROFISSIONAIS AUTÔNOMOS (não incluídos em outro item desta lista) - Pessoa Física	R\$
03.01	Nível Superior	100,00
03.02	Nível Médio	80,00
03.03	Sem qualificação	70,00
04	POSTOS DE VENDAS DE COMBUSTÍVEIS. (Loja de conveniências)	300,00
05	INSTITUTO DE BELEZA	R\$
05.01	Barbearias	40,00
05.02	Salões de Beleza	40,00
05.03	Academia de Ginástica	50,00
06	HOSPITAIS e CLÍNICAS.	150,00
07	LABORATÓRIO DE ANÁLISES CLÍNICAS	150,00
08	CONSULTÓRIOS	50,00
09	DIVERSÕES PÚBLICAS	R\$
09.01	Cinemas e teatros	100,00
09.02	Danceterias e Boates	150,00
09.03	Bilhares e quaisquer outros jogos.	100,00
09.04	Circo e parques de diversões, por dia.	70,00
09.05	Casa de Shows e eventos em geral.	150,00



Estado do Tocantins  
Prefeitura Municipal de Oliveira de Fátima

09.06	Clube Social, esportivo e Parques Aquáticos.	100,00
10	AGROPECUÁRIA	<b>R\$</b>
10.01	Comercio de Produtos Veterinários	70,00
11	DEMAIS ATIVIDADES SUJEITAS À LICENÇA, FISCALIZAÇÃO SANITÁRIA NÃO CONSTANTE NESTA TABELA	100,00



Estado do Tocantins  
Prefeitura Municipal de Oliveira de Fátima

**ANEXO II**

**Tabela III**

**TABELA PARA COBRANÇA DA TAXA DE  
FISCALIZAÇÃO DE ANÚNCIO**

ESPECIFICAÇÃO	VALOR EM R\$
Alto-falantes, rádio e congêneres, por Aparelho / por ano, quando permitido, No interior de estabelecimentos comerciais, Industriais e prestacionais.	50,00
Alto-falantes, por aparelho, e por mês, Quando instalados em veículos para fins de Publicidade e divulgação.	50,00
Propaganda por meio de conjuntos musicais/dia.	30,00
Anúncio sob forma de cartaz ou folhetos Distribuídos pelo correio, em mãos ou a Domicílio, por milheiro ou fração.	30,00
Anúncio no interior ou exterior de veículos, Por veículo e por mês.	10,00
Anúncios em faixas, em logradouros Públicos, por faixa e por mês ou fração.	30,00
Anúncios projetados em tela de cinema, Por filme ou chapa, e por mês ou fração.	30,00
Anúncios luminosos, letreiros, placas ou Dísticos, metálicos ou não, com indicações De profissão, arte, ofício, comércio ou indústria, Nome ou endereço, quando colocado na parte Externa de qualquer prédio, parede, muro, Armação ou aparelho semelhante ou Congêneres, por anúncio luminoso, placa ou Dístico, por mês, por m <sup>2</sup> ou fração, por local.	30,00
Painel, cartaz ou pôster colocado, na parte Externa de edifício ou fachadas, por qualquer Processo e voltados para as vias ou Logradouros públicos, por mês, por m <sup>2</sup> ou fração E por local.	60,00
Vitrine para exposição de artigos estranhos ao Negócio do estabelecimento ou alugados a Terceiros, por vitrine, por mês ou fração E por local	20,00
Propaganda ao ar livre em engenhos dos tipos Out door em unidade, ano ou fração	80,00
Propaganda ao ar livre em engenhos dos tipos painéis com suporte auto-portante (backlight, Frontlight, biface, triface, eletrônico (Publicitário e outros).	200,00
DEMAIS ATIVIDADES SUJEITAS À LICENÇA, FISCALIZAÇÃO DE ANUNCIO NÃO CONSTANTE NESTA TABELA	80,00





Estado do Tocantins  
Prefeitura Municipal de Oliveira de Fátima

**ANEXO II**

**Tabela IV**

**LICENÇA PARA FUNCIONAMENTO DE  
ESTABELECIMENTOS EM HORÁRIO ESPECIAL.**

<b>ATIVIDADES COMERCIAIS</b>	<b>VALOR EM R\$</b>
1.1 CONCESSIONÁRIAS DE VENDA DE VEÍCULOS	70,00
1.2 SUPERMERCADO	80,00
1.3 COMÉRCIO VAREJISTA DE COMBUSTÍVEIS LÍQUIDOS E GASOSOS	150,00
1.4 RESTAURANTE	90,00
1.5 COMÉRCIO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO, COMÉRCIO OU DEPÓSITO DE BEBIDAS ALCOÓLICAS.	90,00
1.6 PADARIA	40,00
1.7 FARMÁCIA, DROGARIA	50,00
1.8 COMÉRCIO DE MÓVEIS E ELETRODOMÉSTICOS	80,00
1.9 MERCEARIA, HORTIFRUTIGRANJEIROS	60,00
1.10 DEMAIS ATIVIDADES	70,00
<b>ATIVIDADES INDUSTRIAIS</b>	<b>R\$</b>
2.1. INDÚSTRIA DE PEQUENO PORTE	100,00
2.2. INDUSTRIA DE PROCESSAMENTO DE DERIVADO	100,00
2.3. INDUSTRIA DIVERSAS	100,00
<b>3. ATIVIDADES PRESTACIONAIS</b>	<b>R\$</b>
3.1 ESTABELECIMENTOS DE CRÉDITO	150,00
3.2 ESTABELECIMENTOS DE ENSINO	40,00
3.3 HOTEL	
3.3.1. Por quarto	10,00
3.3.2. Por apartamento	15,00
3.4. MOTEL	
3.4.1 . Por Quarto	15,00
3.4.2. Por apartamento	20,00
3.4 HOSPITAL	
3.4.1. Por enfermaria	10,00
3.4.2. Por quarto	15,00
3.4.3. Por apartamento	30,00
3.5 IMOBILIÁRIA	50,00
3.6 CONSTRUÇÃO CIVIL	150,00
3.7 GRÁFICA	80,00
3.8 LABORATÓRIO, CLÍNICA	100,00
3.9 ACADEMIA	40,00
3.10 POSTO BANCÁRIO, CAIXA ELETRÔNICO.	150,00
3.11 DEMAIS	100,00
OCORRENDO ENQUADRAMENTO EM MAIS DE UM GRUPO OU ITEM, PREVALECERÁ O DE ATIVIDADE PREPONDERANTE.	



Estado do Tocantins  
Prefeitura Municipal de Oliveira de Fátima

**ANEXO II**

**Tabela V**

**TABELA PARA COBRANÇA DA TAXA DE FISCALIZAÇÃO  
DE ATIVIDADE AMBULANTE E EVENTUAL – TFE**

ITEM	TIPO DE PUBLICIDADE	VALOR EM R\$
01	CIRCOS, PARQUES DE DIVERSÕES E SIMILARES	R\$
01.01	Inferior a um mês	100,00
01.02	De um a dois meses	200,00
01.03	Acima de dois meses	350,00
02	EXERCÍCIO DE ATIVIDADE AMBULANTE	R\$
2.01	Por dia	10,00
2.02	Por mês	30,00
2.03	Por ano	150,00
03	DIVERSÕES E EVENTOS ESPECIFICOS	R\$
3.01	Feiras de artesanatos, livros, roupas, calçados, ciências e congêneres, realizados em locais fechados como parques de exposições, estádio, casas de eventos e similares, por dia,	50,00
3.02	Exposições, festejos, cavalgadas e vaquejadas, por dia.	80,00
3.02	Shows em Estádio, parque de exposições, e ambiente fechado, específicos por Shows.	150,00
4	DEMAIS ATIVIDADES SUJEITAS À LICENÇA EVENTUAL	<b>100,00</b>



Estado do Tocantins  
Prefeitura Municipal de Oliveira de Fátima

**ANEXO II**

**Tabela VI**

**TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE OBRA PARTICULAR**

<b>CONSTRUÇÃO OU AMPLIAÇÃO DE EDIFICAÇÃO, POR M<sup>2</sup> DE ÁREA CONSTRUÍDA.</b>	<b>R\$</b>
Residencial, por M <sup>2</sup> .	0,30
Industrial, por área coberta	0,70
Outras Edificações	0,40
<b>CONCESSÃO DE "HABITE-SE", POR M<sup>2</sup>.</b>	<b>0,20</b>
<b>DESMEMBRAMENTO DE LOTE, POR LOTE</b>	<b>30,00</b>
<b>REMEMBRAMENTO DE LOTES, POR LOTE</b>	<b>50,00</b>
<b>RECEBIMENTO DE ANÁLISE DE PROJETO PARA LOTEAMENTO, POR PROJETO</b>	<b>130,00</b>
<b>DEMOLIÇÃO</b>	<b>R\$</b>
Por m <sup>2</sup> de área construída a ser demolida	0,25
<b>OUTRAS TAXAS DE FISCALIZAÇÃO DE OBRA NÃO ESPECIFICADA ESSA TABELA, POR EVENTO</b>	<b>100,00</b>



Estado do Tocantins  
Prefeitura Municipal de Oliveira de Fátima

**ANEXO II**

**Tabela VII**

**TABELA PARA COBRANÇA DA TAXA DE FISCALIZAÇÃO DE  
OCUPAÇÃO E DE PERMANÊNCIA EM ÁREAS,  
EM VIAS E EM LOGRADOUROS PÚBLICOS.**

ITEM	TIPO	VOLOR EM R\$
01	FEIRANTES	
01.01	Inferior a Trinta Dias, Por dia	5,00
01.02	Por mês	20,00
01.03	Por ano	60,00
02	VEÍCULOS	
02.01	Carros de passeio por dia	10,00
02.02	Caminhões e ônibus por dia	15,00
02.03	Outros veículos não relacionados acima por dia.	15,00
04	DEMAIS PESSOAS QUE OCUPEM ÁREA EM TERRENO OU VIAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS	
04.01	Por dia e por m <sup>2</sup>	0,50
04.02	Por mês e por m <sup>2</sup>	5,00
04.03	Por ano e por m <sup>2</sup>	15,00



Estado do Tocantins  
Prefeitura Municipal de Oliveira de Fátima

**ANEXO II**

**Tabela VIII**

**TABELA PARA COBRANÇA DA TAXA DE SERVIÇO  
DE COLETA E DE REMOÇÃO DE LIXO - TSCL**

BASE DE CÁLCULO DA TSCL		Valor Total do Metro Linear por tipo do Imóvel e Quantidade de Coleta de Lixo Semanal- UFM		
ITEM	TIPO DO IMÓVEL - ANUAL	2 VEZES POR SEMANA	3 VEZES POR SEMANA	4 VEZES POR SEMANA
01	Exclusivamente Residencial por metro linear de testada	2,19	3,20	4,05
02	Exclusivamente Comercial, por metro linear de testada.	3,70	4,19	5,00
03	Exclusivamente Hospitalar, clinicas e laboratórios, por metro linear de testada.	6,78	7,48	8,18
04	Exclusivamente Industrial	6,22	6,92	7,62
<b>LEGENDA DO CÁLCULO</b>				
TSCL	Taxa de Serviço de Coleta de Lixo			
MLI	Metro Linear do Imóvel			
UFM	Unidade Fiscal Municipal			
<b>FORMULA DO CÁLCULO</b>				
<b>MLI X UFM = TSCL (anual)</b>				
OBS: A TSCL Será Lançada e Cobrada Juntamente com o IPTU				



Estado do Tocantins  
Prefeitura Municipal de Oliveira de Fátima

**ANEXO II**

**Tabela IX**

**CONTRIBUIÇÃO PARA O CUSTEIO  
DOS SERVIÇOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA**

ITEM	BASE DE CÁLCULO DA CONTRIBUIÇÃO	
<b>01</b>	<b>EXCLUSIVAMENTE RESIDENCIAL FAIXA DE CONSUMO - KW/h - MENSAL</b>	<b>VALOR R\$</b>
01.01	0 a 30 KW/h	Isento
01.02	31 a 60 KW/h	3,00
01.03	61 a 100 KW/h	4,50
01.04	101 a 200 KW/h	7,00
01.05	Acima de 201 KW/h	10,00
<b>02</b>	<b>DEMAIS USOS - FAIXA DE CONSUMO - KW/h - MENSAL</b>	<b>VALOR R\$</b>
02.01	0 a 50 KW/h	4,00
02.02	51 a 100 KW/h	6,50
02.03	101 a 250 KW/h	10,00
02.04	251 A 500 KW/h	14,00
02.05	501 A 1.000 KW/h	20,00
02.04	Acima de 1.001 KW/h	28,00



Estado do Tocantins  
Prefeitura Municipal de Oliveira de Fátima

**ANEXO III**

**Tabela I**

**TABELA PARA COBRANÇA DE PREÇO PÚBLICO  
ATOS E SERVIÇOS PÚBLICOS**

ATOS E SERVIÇOS RELACIONADOS À FAZENDA PÚBLICA MUNICIPAL INSCRIÇÕES, BAIXAS, ALTERAÇÕES E REATIVAÇÕES.		R\$
2ª via de Inscrição Cadastral		12,00
2º via de documento de arrecadação		2,00
Baixa no Cadastro de Atividades Econômicas e Sociais		12,00
Baixa no Cadastro Imobiliário		8,00
Inscrição no Cadastro de Atividades Econômicas e Sociais		8,00
Reativação Cadastral		20,00
Autenticação de blocos de notas fiscais, por nota		0,20
Autenticação de livros fiscais, por livro		10,00
Emissão de nota avulsa		7,00
<b>DIVERSOS</b>		
Expedição de Alvará de Licença para localização e para funcionamento		5,00
Expedição de Alvará e Atestados não especificados		15,00
Expedição de ato declaratório de isenção, imunidade Ou não incidência do imposto.		10,00
Expedição de Certificado de Registro Cadastral Para habilitação em processo licitatório		20,00
Expedições de 2ª via de jogos de Documentos de Arrecadação		5,00
Laudos de avaliação de bens, imóveis ou móveis.		10,00
Pela autenticação de formulário contínuo, por 50 folhas.		5,00
Pela autenticação de Livros fiscais, por livro.		10,00
Pela autenticação de Talonário, por talão.		5,00
<b>ABATE DE ANIMAIS</b>		<b>R\$</b>
Bovinos/Bufalinos	01 Unidades	15,00
Ovinos/Caprinos	01 Unidades	8,00
Suínos	01 Unidades	8,00
<b>ANIMAIS APREENDIDO - POR DIA DE PERMANÊNCIA</b>		<b>R\$</b>
Animais pequenos (canino, felino, ave)		20,00
Animais médios (suíno, caprino, ovino)		10,00
Animais grandes (bovino, bufalino, eqüinos, muares, etc).		30,00
E outros não especificados.		20,00
<b>ATOS E SERVIÇOS RELACIONADOS A URBANISMO E POSTURAS - INFRA-ESTRUTURA</b>		<b>R\$</b>
Limpeza de entulhos de terrenos particulares, por M <sup>2</sup>		0,10
Capina de terrenos particulares, por M <sup>2</sup>		0,05
Recomposição de capa asfáltica danificada por particular, por M <sup>2</sup>		19,00
<b>CEMITÉRIOS</b>		<b>R\$</b>
Inumação		20,00
Exumação		40,00
Ocupação de ossuário, por cinco anos.		80,00
Depósito, retirada ou remoção de ossada.		15,00
Título de concessão de sepultura, jazigo, carneira, Mausoléu ou ossuário.		25,00
<b>LOTEAMENTO</b>		<b>R\$</b>
Consulta técnica, por hectare de área ou fração.		2,00



Estado do Tocantins  
Prefeitura Municipal de Oliveira de Fátima

Vistoria para liberação, por m <sup>2</sup> da área total.	0,05
<b>DIVERSOS</b>	
Certificação de uso do solo na área urbana, por lote.	25,00
Concessão de carrinhos de ambulantes e similares	10,00
Demarcação ou redemarcação de lote, por m <sup>2</sup>	0,60
Expedição de "HABITE-SE", por m <sup>2</sup> de Área construída (incluindo vistoria)	0,60
Levantamento planialtimétrico de área, por m <sup>2</sup>	0,25
Liberação de bens apreendidos ou depositados, Por dia ou fração.	25,00
Registro de marcas para animais, por ano.	10,00
Remanejamento de lotes (remembramento ou desmembramento), por m <sup>2</sup>	0,60
Remanejamento de lotes (remembramento ou desmembramento), por m <sup>2</sup>	0,60
<b>ATOS E SERVIÇOS RELACIONADOS AO MEIO AMBIENTE</b>	
<b>R\$</b>	
Autorização e declarações diversas para realização de obras e serviços em logradouros públicos, praças, jardins, canteiros centrais e demais locais, por local.	50,00
Cadastro de pessoa física junto ao Sistema de Informação e Cadastro Ambiental	70,00
Cadastro de pessoa jurídica junto ao Sistema de Informação e Cadastro Ambiental	125,00
Certificação do uso do solo em Área de Preservação Ambiental - APA e em área de contorno de APA	35,00
Certificação de uso do solo em área rural	30,00
Pela extirpação completa de árvores, por unidade.	30,00
Pela poda de árvores, por unidade.	15,00
<b>ATOS E SERVIÇOS RELACIONADOS À LIMPEZA PÚBLICA</b>	
<b>R\$</b>	
Limpeza de entulhos de terrenos por m <sup>3</sup>	0,50
Roçagem e limpeza de terrenos particulares por m <sup>2</sup>	0,30
Recomposição de capa asfáltica danificada por particular por m <sup>2</sup>	16,00
<b>ATOS E SERVIÇOS RELACIONADOS A TRÂNSITO E TRANSPORTES</b>	
<b>R\$</b>	
Alteração de ponto de táxi (por vaga)	100,00
Apreensão e remoção de bens apreendidos	15,00
Autorização para exploração de publicidade impressa no táxi (por seis meses)	50,00
Autorização para exploração de publicidade luminosa no táxi (por seis meses)	15,00
Autorização para ficar fora de circulação	11,00
Autorização para interdição de vias para realização de eventos e festas (por dia)	11,00
Autorização para mudança de taxímetro	0,60
Autorização para realização de obras em vias públicas (por local)	10,00
Autorização para tráfego de terra e entulho (por veículo)	10,00
Autorização para transporte de cargas especiais	10,00
Baixa do Cadastro	10,00
Cadastro de acompanhante para o transporte escolar	20,00
Cadastro de condutor auxiliar	20,00
Inclusão de permissionário em ponto de táxi	75,00
Pedido de criação de ponto de táxi e transporte escolar (por vaga)	40,00
Pedido de desmembramento de ponto de táxi e transporte escolar	30,00
Pedido de exclusão de permissão de ponto de táxi	10,00
Pedido de extensão de ponto de táxi e transporte escolar (individual)	30,00
Permanência de bens apreendidos e/ou removidos por bens e por dia	10,00
Permissão para postular em nome de permissionário	15,00
Permuta de veículos	15,00
Renovação anual de cadastro de acompanhante para o transporte escolar	10,00
Renovação anual do cadastro de condutor auxiliar	10,00
Renovação anual do termo de permissão	20,00
Revalidação de 2ª vistoria (vencida a validade da 1ª)	10,00





Estado do Tocantins  
Prefeitura Municipal de Oliveira de Fátima

Segunda via de documento	15,00
Substituição de veículo de aluguel	15,00
Taxa de permanência de bens apreendidos (por dia)	15,00
Taxa de vistoria de: moto, ônibus, táxi, caminhão e transporte escolar.	10,00
Transferência de permissão	100,00
Transferência de vaga de estabelecimento	40,00
<b>ATOS E SERVIÇOS DIVERSOS</b>	<b>R\$</b>
Consulta técnica escrita (exceto quanto a loteamentos) Fornecimento de certidões ou declarações	15,00
(exceto Certidão Negativa de Débitos)	15,00
Fotocópias de documentos a serem fornecidos a particulares, por folha.	0,50
Vistoria em Área de Preservação Ambiental - APA ou em área de contorno de APA, por propriedade.	40,00
Vistoria em área rural, por propriedade.	50,00
Vistoria em área urbana, por imóvel.	20,00
Cópia do Código Tributário Municipal	25,00



Estado do Tocantins  
Prefeitura Municipal de Oliveira de Fátima

**ANEXO III**

**Tabela II**

**TABELA PARA COBRANÇA DE PREÇO PÚBLICO PARA O USO DO  
SUBSOLO, DO SOLO E DO ESPAÇO AÉREO DAS VIAS E DOS  
LOGRADOUROS PÚBLICOS**

ITEM	TIPO DE ESTABELECIMENTO	VALOR R\$
01	<b>USO DO SUBSOLO, DO SOLO E DO ESPAÇO AÉREO DAS VIAS E DOS LOGRADOUROS PÚBLICOS.</b>	
01.01	Postes ou similares, por unidade, por mês.	4,00
01.02	Telefone Público (orelhões), por unidade e por mês,	10,00
01.03	Tampas de Galerias e Bueiros, por unidade e por mês	3,00
01.04	Galerias subterrâneas para uso de energia elétrica, saneamento e telefonia, por metro linear e por mês.	0,50
01.05	Galerias subterrâneas para uso de tubulações de Gás, por metro linear e por mês.	0,70
01.06	Cabos aéreos e similares, por metro linear e por mês.	0,30
01.07	Caixa Postal ou similar, por unidade e por mês	10,00
01.08	Posto de Atendimento Bancário, por unidade e por mês.	120,00
01.09	Torre de Transmissão de Energia Elétrica, Telecomunicação, por unidade e por mês.	100,00
01.10	Torre de Antena de celular, televisão e similar, por unidade e por mês.	80,00
01.11	Out door, painéis, backlight, Frontlight, biface, triface, eletrônico (Publicitário e outros), com suporte, por unidade e por mês.	20,00